

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Pamela Iris Mello da Silva

“NEGRAS, *NÓS*”
ENTRE ELEITAS, CANDIDATAS E NÃO-CANDIDATA NA REGIÃO SUL DO
BRASIL

PORTO ALEGRE
2020

Pamela Iris Mello da Silva

“NEGRAS, *NÓS*”
ENTRE ELEITAS, CANDIDATAS E NÃO-CANDIDATA NA REGIÃO SUL DO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ceres Gomes Víctora

PORTO ALEGRE
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Prof^ª. Dr^ª. Jane Fraga Tutikian

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Wasserman

Vice-Diretor: Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Coordenador: Prof. Dr. Emerson Giumbelli

Coordenador Substituto: Prof. Dr. Arlei Damo

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

CIP - Catalogação na Publicação

Mello da Silva, Pamela Iris
"NEGRAS, NÓS" ENTRE ELEITAS, CANDIDATAS E
NÃO-CANDIDATA NA REGIÃO SUL DO BRASIL / Pamela Iris
Mello da Silva. -- 2020.
155 f.
Orientadora: Ceres Gomes Víctora.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Antropologia Social. 2. Mulheres Negras . 3.
Trajetórias políticas. 4. Candidaturas à cargos
eletivos. 5. Racismo na Região Sul do País. I. Gomes
Víctora, Ceres, orient. II. Título.

Pamela Iris Mello Da Silva

**“NEGRAS, NÓS”
ENTRE ELEITAS, CANDIDATAS E NÃO-CANDIDATA NA REGIÃO SUL DO
BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dissertação apresentada em 17 de março de 2020, sob o exame da seguinte banca:

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ceres Gomes Víctora (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Fabiene Gama
Programa de Pós Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFRGS

Prof. Dr. Marcelo da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. José Antônio dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RECONHECIMENTOS

À Karen Santos, vereadora em Porto Alegre, Tânia Terezinha da Silva – Prefeita de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul. Jeruse Romão, Valdeonira dos Anjos, Marilu Oliveira, Edenice Fraga em Florianópolis/Santa Catarina. Alaerte Leandro Martins, em Curitiba/Paraná. Sete (re)conhecimentos. Gratidão!

Ao **Caio Silva da Rosa**. No dulçor de seus sete anos, por me conduzir no empreendimento da maternagem. Durante a escrita da dissertação, muitas vezes, observei-o, sem ele notar – no quintal de casa, envoltos por nossas árvores frutíferas –, contagiar-me com suas construções brincantes. Dos afastamentos resultantes das rotinas de estudos e da pesquisa, tu, recordares o porquê eu ‘não estar’ em casa: “para fazer um mundo melhor”. Utopias, filhote! Despretensiosamente animemo-nos em persegui-las. Desafiando-me/nos, à uma educação imbuída nas lutas antirracistas, antissexistas, antimachistas, anti-homofóbicas.

Ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)**, em reconhecimento ao incentivo na pesquisa que me oportunizou experimentações como pesquisadora. Na bolsa, subsídio imprescindível no transcurso do Mestrado, desde a permanência na Pós-Graduação à conclusão desta etapa de estudos.

À **Ceres Gomes Víctora**, pelo apoio contínuo, pela dedicação constante demonstrada, da tutoria às sólidas orientações. Acompanhando, pacientemente, meu gradativo desenvolvimento e organização das ideias, com criteriosas críticas permitiram-me reorientar minhas reflexões. Com releituras meticulosas de cada capítulo. Interessada para além da pesquisa, no meu bem-estar. Experiências e relação inestimáveis.

À **Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS)** por propiciar, por meio de criteriosos editais, adequada distribuição dos auxílios – complemento necessário à bolsa, qualificando os trabalhos de campo e garantindo participações em eventos científicos. Embora nem sempre conciliável, com seriedade e comprometimento busquei me divertir contemplativamente no processo do Mestrado, coordenador **Emerson Giumbelli**.

Ao **Sérgio Baptista**, com sua leveza ao ministrar a disciplina Teorias Antropológicas (sobrevivi) I.

À **Jean Segatta**, pelas instruções aprazíveis em Teorias Antropológicas (de barriga cheia, sobrevivi) II. Os conteúdos programáticos das aulas tão palatáveis quanto os lanches caseiros de acompanhamento.

À **Fernanda Rifiotis e Fabíola Rohden**, especialmente na disciplina de Métodos e Técnicas de pesquisa Antropológica, por meio dos (árduos) exercícios, contribuíram nas adequações e melhor delineamento do projeto de pesquisa. Professora Fabíola, com a dissertação concluída, agora os andaimes (do prédio...da escrita), estão dispensados.

Aos docentes **Arlei Damo, Paula Sandrine e Eduardo Dullo**, da Banca de seleção às disciplinas cursadas, também das conversas e trocas de ideias ao longo destes dois anos.

À **Rossana, Jéssica e Marina**: equipe do PPGAS, pelos atendimentos afetuosos.

Ao **José Antônio dos Santos***, docente na especialização, estimulou-me a importantes reflexões sobre negritude e relações raciais, instigando-me a pesquisar e a buscar compreensões outras.

Ao **Luiz Antônio de Souza***, professor na UFAM, tua acolhida e esforços despendidos para buscar alternativas de moradia e renda para mim que chegava do Sul para o Norte para estudar, fostes e é um diferencial em minha trajetória.

* Ambos professores, os primeiros em Universidades Federais, nos quais me vi. Representatividades, seguem importando. Orgulho. Foram vocês que redigiram as duas cartas de recomendações para o processo seletivo do mestrado. Que honra. Esforcei-me em fazer jus.

Ao **Marcelo da Silva, 7 Cordas**, com “Poder da criação[...]”, engendrando mudanças. Resignificando das mais coletivas às minhas mais pessoais temporalidades na universidade e na vida. {*Também somos linha de frente. Respeite quem pode chegar onde tu chegaste*}. Sublime.

À **Caroline Silveira Sarmiento**, pelas muitas afinidades e outras inexplicáveis sintonias. Tanto nos pechamos mundo à fora, que o universo, conspirativo, no mestrado – enfim encaixou a gente (embora as herdeiras de Boas, Mead e Benedict tiveram suas leves contribuições, naquele aterrorizante 1º Seminário). Desde lá, imensidades vivenciadas contigo! Sigamos relacionando-nos prazerosa, crítica e criativamente. *A gente ri, a gente chora, a gente abre o coração. Êta vida!!*

À **Jaqueline R. Fortuna**, passadas duas décadas, reverencio nossa amizade. Obrigada por não titubear ao ajeitar um cantinho, quando de mala e cuia mudastes para Manaus. (Re) acomodou-me à sua vida e coração. Vem de ti, da pesquisadora admirável que és, das crenças

que depositas no mundo científico. Bem sabemos tua responsabilidade, influências e coparticipação neste título.

Ao **Cristiano Nicola Ferreira**, *pelas saídas distraídas, espalhando bem querer*. Aprendendo descontraidamente um bocado sobre sagitarianice e disciplina. As partilhas muitas: (repartindo queijos, então) inesquecíveis!

Ao **Alex Cardoso**, com o Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis, práxis transformadoras. “Na luta a gente se encontra”, não à toa, na UFRGS o esbarramento recente. Ocupemos a Academia! Ainda que com pés entreabrindo passagens, para que mais compas se cheguem também.

À **Gabriela Scapini**, de grandiosa simplicidade, com despojadas partilhas intelectuais e cotidianas.

Ao **João Cauê Benedeti Morales**, por esse nosso convívio prestimoso e perfumado, emanando o cheirinho de manjericação. Hummmm.

Yara Ngomane, Jeremias Mario, Anselmo Chizenga. Me fazem tão bem! Oportunizando as companhias gracejas de vocês, jocosidades, malemolências e argúcias. Em altos (e etílicos) papos.

À **Josiane Bueno, Ranna Mirthes, Cleiton Rocha**, saudando extensivamente as(os) colegas e amigas(os) estudantes de Antropologia Social, em nossa **Negra Coletividade Abayomi, Ana Paula Santos, Gilmar Santos Rosa, Adilson Silva da Silva e Camila Santos Pereira**, reconhecendo minhas cores neles, eu me vi.

À **Maria Inês da Silva**, pela solidariedade na hospedagem, pelas provinhas do melhor peixe (e, com espinho, detalhe) da Ilha da Magia. Sobretudo por motivar-me por meio da sua trajetória de luta, superação e conquistas.

À **Wandy Scheffer**, compenetrado, hábil e colaborativo – desde as transcrições até os consertos (0800) das panes no computador. Despendeu tempo, com suporte técnico preciso.

Ao **Vandelino Scheffer** por mostrar-se interessado em minha pesquisa e somar-se à rede de cuidados com o Caio. Nesse sentido, à **Erly Rosa**, ao **Angelo Rosa** e ao **Michael Vieira**.

Ao **Jeferson Alves**, “bailes no Jeff”, algumas gaiatices e macarenas depois, encontros vigorosos e revigorantes, lembrando-me de valorizar diariamente a vida.

À **Renan Gimenez**, obrigada por nos desacomodar, pela insistência em reunir nossa turma, até para estudar.

Taylor Aguiar, Lucas Salgado, Marina Bordin, Mayane Bueno, Luiza Giordani, Rodrigo Kavág, Gabriela B.

À **Diéssica Gaige** e **Gabriela Maia**, participando-me em suas reflexões sobre mulheridades, academia e lugar de fala. Seus sorrisos largos de orelha a orelha reiteram que, para uma sociedade autoritária e sob a ideologia dos sacrifícios, não há nada mais perturbador e incômodo que mulheres – e mulheres alegres.

À **Gabriela Pedroni**, oferecendo calorosa hospitalidade, vinho, vinil, bolo de chocolate e muitas trocas e incentivos.

À **Tati Mesquita, Joanna Sevaio, Júlia Misto, Adriano Ribeiro, Sara Guerra, Janaína Bujes Pamela Bueno.**

À **Juliana Cuozzo, Rita de Cássia Alves e Fanir Neves**, estendendo os agradecimentos a membras(os) do NUPACS.

À **Lúcia Schnomberger, Mariângela Pereira, Veridiana Rodrigues e Carlos Aveiro**, amizadas perenes.

À **Débora Aguiar** do Recife, também do coletivo de mães antiproibicionistas e **Aline Reis**, escritora do livro *Paraná Negro*, que triangulação, Pretas!

Ao **Érico Persona** pelos mais de vinte anos rumando próxima e amorosamente, com *nossos sonhos tantos saindo por aí*.

À **Paola Amanda Mello da Silva**, minha irmã. Com entusiasmo, à nossas matrizes **Oli e Marlei**.

Por volta do começo do segundo semestre, no mestrado, boatos encontraram-me pelos corredores do IFCH, alastrando a preocupação de professoras(es) que eu *não conseguisse* defender. Passada a sensação de desmoronamento, de (ainda mais) empurrada para fora da Universidade, num dia de coragem passei a redigir estes agradecimentos. Revelando-se uma escrita encorajadora, ao lembrar-me de cada pessoa que me possibilitou estar aqui. E seguem ao meu lado. Que este trabalho transborde minha gratidão e reconhecimento. **CONSEGUI (MOS)**.

EPÍGRAFE/ DEDICATÓRIA



ÀS DANDARAS¹

¹ Curso Dandaras - Construindo o Pensamento Crítico e Promovendo Formação Política com Mulheres Negras do Rio Grande do Sul. Através do AKANNI - Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias, coordenado por Reginete Bispo, mulher negra com trajetória de vida de luta e política. Muita inspiração e respeito. A seleção para este curso e participação oportunizam muitos novos entendimentos que ressignificam construções reflexivas nesta dissertação. Honrada!

RESUMO

Este estudo situa os relatos etnográficos de Karen Santos, Tânia Terezinha da Silva, Valdeonira dos Anjos, Edenice Fraga, Marilu Oliveira, Alaerte Leandro e Jeruse Romão. Mulheres negras. *Entre eleitas, candidatas e não candidatas*. Sete. Em três Estados na Região Sul do Brasil. Enfocando as motivações quanto aos aceites ou recusas de suas candidaturas a cargos eletivos na política institucional. Estudo proveniente da integração de métodos etnográficos e qualitativos, compreendendo pesquisa de campo, observação participante/participação observante, entrevistas semiestruturadas, análises tanto documentais quanto narrativas. Para além da dissertação, a tessitura das trajetórias políticas respectivamente, destramaram-se os quatro aspectos que seguem: 1) a dedicação a causas sociais (educação, saúde e segurança), 2) o duplo lugar da atuação política; 3) dificuldades financeiras e 4) Racismo. Pontos esses recorrentes nos bastidores decisórios destas escolhas que antecedem ou mesmo acompanham os Pleitos Eleitorais. Descortinando, portanto, as costuras vivenciadas e entrelaçadas ao experienciado comumente por mulheres negras, no campo político, enquanto espaço de poder. E de farrapos de ideias em farrapos de ideias (BARROS, 1937), novas costuras. A seus modos, essas práticas convergem para uma gramática antirracista, de resistência, de (re)existência, de enegrecimento da política institucional, de/para/por: Negras, Nós.

Palavras-Chave: Antropologia Social; Mulheres Negras; Trajetórias políticas; Candidaturas a cargos eletivos; Política Institucional; Racismo.

ABSTRACT

This study situates the ethnographic reports of Karen Santos, Tânia Terezinha da Silva, Valdeonira dos Anjos, Edenice Fraga, Marilu Oliveira, Alaerte Leandro and Jeruse Romão. Black women. Among elected, candidates and non-candidates. Seven. In three states of the southern region of Brazil. The focus is on the motivations regarding the acceptance or refusal of their candidacies to elective positions in institutional policies. This study is based on the integration of ethnographic and qualitative methods, comprising field research, participant observation/observant participation, semi-structured interviews, documentary and narrative analysis. In addition to the dissertation, the fabric of the political trajectories respectively, the four aspects that follow are unraveled: 1) dedication to social causes (education, health and security), 2) the double place of political action, 3) financial difficulties, and 4) Racism. These points are recurrent in the decision-making backstage of the choices that precede or even accompany the Elections. Therefore, unveiling the fabrics experienced and interwoven with what is commonly experienced by black women in the political field as a space of power, and rags of ideas in rags of ideas (BARROS, 1937), new fabrics. In their own way, these experiences are converging to an anti-racist grammar, resistance, (re) existence, blackening of institutional policy, by / to / for: “Negras, Nós” (We, Black Women).

Keywords: Social Anthropology; Black Women; Political trajectories; Candidates for elective positions; Institutional Policy; Racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eleitas: Estatísticas Eleitorais, ano de 2018	33
Figura 2 – Estatísticas Eleitorais da Região Sul, ano de 2016	34
Figura 3 – Estatísticas Eleitorais da Região Sul, ano de 2016 (.....	35
Figura 4 - Eleição Presidencial 2018	50
Figura 5 - Túnel Antonieta de Barros	67
Figura 6 - Mural de Antonieta de Barros	68
Figura 7 - Pesquisadora em Ação na ALESC	78
Figura 8 - Pesquisadora em Ação no Arquivo Público SC	78
Figura 9 - Antonieta de Barros em registro oficial (1935).....	86
Figura 10 - Pamela Íris anotada por Dona Val	90
Figura 11 - Publicação em Rede Social	96
Figura 12 - Exoneração publicada no Diário Oficial.....	96
Figura 13 - Charge	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Candidatas e eleitas ao cargo eletivo de vereadoras.....	36
Quadro 2 – Candidatas e eleitas ao cargo eletivo de vereadoras.....	36
Quadro 3 – População Brasileira por cor ou raça.....	49

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Candidaturas de Mulheres Negras, 2010.....	73
-------------------------------------------------------	----

ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC - Assembleia Legislativa de Santa Catarina

AMAB - Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros

APPN - Assessoria de Políticas Públicas para o Negro

CRE - Coordenadoria Regional de Educação

COMPIR - Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial

CPMTG - Conselho Municipal de Povo de Terreiro

COOTRACAR - Cooperativa de Trabalhadores Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis, Industrialização e Comercialização

IFHS - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

NEN - Núcleo de Estudos Negros

PAB - Programa Antonieta de Barros

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMSC - Polícia Militar de Santa Catarina

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

SEPPIR - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

SINAPIR - Sistema Nacional de Política de Promoção de Igualdade Racial

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 PAMELA POR SI MESMA.....	18
1.2 ACORDAR NEGRA.....	20
1.3 1ª MARCHA DAS MULHERES NEGRAS	24
1.4 RACISMO INSTITUCIONAL.....	25
1.5 SINAPIR.....	26
1.6 PROSPECTO DE UM (RE) ENCONTRO COM A ANTROPOLOGIA.....	28
1.7 NO JARDIM DA POLÍTICA.....	29
2 NEGRAS, MULHERES E POLÍTICA: FOSSO QUE A LINHA RACIAL COLOCA...	31
2.1 “EXISTEM POUCAS MULHERES NEGRAS ELEITAS PORQUE ELAS NÃO SE CANDIDATAM”	32
2.2 UMA CONTA QUE NÃO FECHA.....	38
2.3 MULHERES NEGRAS. SETE. 3 ESTADOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL	44
2.3.1 Dois Irmãos e Porto Alegre/RS.....	44
2.3.2 Florianópolis/SC	45
2.3.3 Curitiba/PR	45
2.4 REGIÃO SUL DO BRASIL.....	46
2.4.1 “O Racismo é o Sul do Brasil” e o Conservadorismo	47
3 PERCURSOS, REFERÊNCIAS E CRÍTICAS	53
3.1 PERCURSOS.....	53
3.1.1 Ação ou efeito de percorrer	54
3.1.2 A distância que pretende percorrer ou foi percorrida.....	54
3.1.3 O(s) caminho(s) que se deve fazer	54
3.2 SENDAS.....	56
3.2.1 Jeruse Romão	56
3.2.2 VALDEONIRA SILVA DOS ANJOS.....	58
3.2.3 Edenice Fraga.....	59
3.2.4 Marilu Lima de Oliveira	60
3.2.5 Alaerte Leandro Martins.....	60

3. 2. 6 Tânia Terezinha da Silva	SUMÁRIO	61
3. 2. 7 Karen Moraes dos Santos		62
3. 3 ANTONIETA DE BARROS E “INTERCONEXÃO DE LUGARES”		62
3. 4 PESQUISAS QUE DIALOGUEI		69
3. 5 UMA ETNOGRAFIA MOTIVADORA, ENGAJADA E CRÍTICA (PESQUISA-INQUIETAÇÃO).....		74
4 CAMPO E TRAJETÓRIAS: CONTEXTOS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA		77
4. 1 CAMPO MOVIMENTO		77
4. 3 TRAJETÓRIA DE CANDIDATAS		89
4. 3. 1 Valdeonira Silva dos Santos		89
4. 3. 2 Edenice Fraga.....		95
4. 3. 3. Marilu Lima de Oliveira		102
4. 3. 4 Alaerte Leandro Martins.....		108
4. 4 ELEITAS		114
4. 4. 1 Karen Moraes dos Santos		114
4. 4. 2 Tânia Terezinha da Silva		118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS		127
REFERÊNCIAS		141
APÊNDICE 1 – IMAGENS/ FOTOS		144
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO		149
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DAS ENREVISTAS		155

1 INTRODUÇÃO

A escolha por pesquisar trajetórias de mulheres negras na política institucional brasileira, na Região Sul do país, a partir da Antropologia Social, não é, de forma alguma, aleatória para mim. Por esta razão começo esta introdução apresentando minhas motivações e também uma série de experiências pessoais que me encaminharam para o problema de pesquisa que entrelaça afetações pessoais e questões sociais na construção de um estudo antropológico. Para isso, discorro inicialmente sobre minhas origens, relações familiares e com o mundo, bem como sobre meu percurso pessoal da formação escolar e inserções profissionais, a fim de evidenciar o meu contato, conseqüente acesso e entrada no campo da política, assim como a minha percepção de que percorrer a trajetória de outras mulheres negras significa compreender que essas não ocorrem isoladas.

Na segunda parte da introdução faço uma digressão sobre meus processos de subjetivação identitários e algumas vivências nas esferas político-institucionais. Experiências essas que convergem no meu posicionamento de pesquisadora implicada. De uma pesquisa situada.

1.1 PAMELA POR SI MESMA²

Nasci em 1983 na cidade de Porto Alegre. Filha de Urgecedi, natural de Dom Feliciano, agricultor, metalúrgico, açougueiro, comerciante, sendo essa última a profissão na qual atua com adoração e *expertise* até o presente momento. Homem trabalhador e ético. Minha mãe: Marlei, de Palmeira das Missões, sexta filha mulher (na ordem de nascimentos), numa família de dez irmãos. Semblante e feição nervosa, também pelo acúmulo de tarefas, entretanto, extremamente zelosa e dedicada à família. Ambos trabalhando no comércio em horários cada vez mais intensos e extensos. A matriarca com carga horária superior a 14 horas

² “Às vezes eu temo escrever. A escrita se transforma em medo, para que eu não possa escapar de tantas construções coloniais, nesse mundo, para que eu vista como um corpo que não pode produzir conhecimento, como um corpo fora do lugar. Eu sei que enquanto eu escrevo cada palavra escolhida por mim será examinada e, provavelmente, deslegitimada. Então porque, por que eu escrevo? Eu tenho de fazê-lo. Estou incrustada numa história de Silêncios impostos, de vozes torturadas, de línguas interrompidas por idiomas forçados e interrompidas falas. Estou rodeada por espaços brancos, onde dificilmente eu posso adentrar e permanecer. Então, por que eu escrevo? Quase como uma obrigação. Para encontrar a mim mesma. Enquanto eu escrevo eu não sou o Outro, mas a própria voz. Não o objeto, mas o sujeito. Torno-me aquela que descreve e não a descrita. Eu me torno autora e autoridade em minha própria história. Eu me torno a oposição absoluta ao que o projeto colonial predeterminou. Eu retorno a mim mesma, eu me torno: existo.”. Tradução livre de *Enquanto eu escrevo* de Grada Kilomba.

diárias. Tamanha jornada refletiu-se em (quase) nenhum tempo para convívio familiar. Por isso, sobre diálogo aprendemos (minha irmã e eu) bem pouco. Ou seja, a maioria das nossas construções deu-se de forma terceirizada – de tios, amigos e familiares recebendo os cuidados primevos, *reparando* a gente enquanto nossos pais trabalhavam. Ao mesmo tempo, sempre nos foi oportunizada uma vida confortável. Filha de pai negro e mãe branca, em minha preta pele clara carregou as *ambiguidades de se viver emoções à cor da pele*³.

Ao longo da minha criação, experimentei exposições indiretas às injustiças espalhadas nesse mundo, as quais provocaram em mim sensações e “estalos” que me acompanharam de parte da infância à pré-adolescência: “tanta terra e pouco dono”; “alimento de sobra e pessoas morrendo de fome”. Olhando para trás percebo que esses pensamentos me ajudam a chegar até aqui mais crítica e indignada, matutando formas de combater tantas iniquidades, as quais, agora, adulta, entendo-as não tão fáceis ou simples assim.

Com o financiamento de meus pais cursei o Técnico em Administração no segundo grau, seguido do Ensino Superior na mesma área, embora minha intenção primeira fosse ingressar no magistério e, posteriormente, na Pedagogia; contudo, havia uma imposição por parte dos meus pais de não custear meus estudos para formar-me professora, alegando que eu teria dificuldades de me sustentar e sobreviver, que morreria de fome. Importante pontuar que, anterior às ações afirmativas, cogitar estudar em uma Universidade pública estava muito mais distante. Impensável. Muito jovem para posicionar-me, cedi e concluí o curso de Administração, no qual sou graduada, numa instituição de ensino particular. Curso este que seguidamente fez com que eu me deparasse com uma contrariedade tremenda: continuar ouvindo falar tanto sobre lucro, vender mais, ter mais isso, mais aquilo, acabou mostrando-me mais facetas negativas do tal dinheiro. Finalizada a graduação, imediatamente ingressei em Pedagogia, que, por questão financeira, tendo que me virar sozinha, não consegui concluir, embora me alegre de volta e meia cursar uma ou outra disciplina, num semestre ou outro.

No ano seguinte, em meados de 2007, fui para Manaus em busca de não sei o quê, mas propensa a superar uma desilusão amorosa. Longe de casa, sozinha, experienciei o inédito, iniciado como aventura (querer compreender como a sociedade funcionava), lançou-me seriamente na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), cursando Ciências Sociais e também uma disciplina como aluna especial do mestrado de Sociologia. Meu primeiro acesso com um nível de conhecimento elevado, comparado de imediato ao nível do ensino em

³ (SILVA e VICTORA, 2019). Comunicado oral apresentado no COPENE e 11º SEMINÁRIO OLHARES DIVERSOS.

instituições privadas com que tive contato até ali. Ansiosa por querer conhecer, acessar mais aquela intelectualidade toda, resistia em reconhecer que não estava pronta.

Matriculada como ouvinte no mestrado participei de encontros, mesmo não tendo esboço preliminar de anteprojeto, porém convicta que minha intuição me guiaria – pesquisar algo ligado ao social, às pessoas e, em Manaus, em meio àquela selva, o chamado maior só podia ter acontecido – descobria o(s) tema(s) do meu projeto: “Emancipação social como condição para voltar a pensar e querer a transformação social”, invocando aqui Boaventura de Sousa Santos, um dos primeiros autores com que me deparei nas idas diárias à biblioteca da UFAM, no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFHS). Ensaiei projetar-me a escrever. Muito já fazia sentido, pouco seguia desconectado. Eis o inesperado.

Lembro-me de uma noite, que poderia ter transcorrido como as anteriores, mas conversando despreziosamente com o *amor*, companheiro de vida e de sonhos, retornado já há um tempo à nossa relação e ao Amazonas, falávamos sobre coisas que *dotam a vida de sentido*. Quando percebemos, estava amanhecendo. E na chegada do novo dia, algo mais magnífico – um despertar, inimaginável até então – um momento para o qual propositalmente denominei: **Acordar Negra**⁴.

1. 2 ACORDAR NEGRA

É uma expressão que uso no seu duplo sentido: reflete o que se passou a partir dali na minha vida. Isso porque, em 25 anos, negava isso inconscientemente. Conjuntamente a este despertar, veio repentinamente coisas que me passaram despercebidas, como que invisíveis: o racismo, preconceitos, discriminações, sexismo, machismo. Percebi o quanto me esbarrei ao longo dos anos com discursos perversos e opressores que operam simbolicamente na nossa cultura e em nossas relações. Repentinamente, fui impelida à necessidade de entender isso que por anos ignorava – a história dos negros – inacreditável e desconcertantemente a MINHA HISTÓRIA. Mas o mundo não parou para eu descer e as obrigações e responsabilidades de trabalho, estudo (projeto) continuavam. Sobreveio o mote da luta quilombola. Aqui, com um destaque ao estimado Educador Luiz Antônio Souza, o qual nas aulas de Sociologia Agrária

⁴ Outras variações da expressão: a cor da(r) negra, já que [...] saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada. (...) em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências absurdas além de ser constrangida com expectativas alienadas. Mas é também e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SANTOS, 1983).

contribuiu sagaz, penetrante e suntuosamente, o que, curiosamente, interligou-se aos acontecimentos narrados. Os empréstimos de pilhas de outros livros, agora, relacionavam-se à negritude, às demarcações quilombolas, às relações étnico-raciais, ao racismo. Por mais que lesse, era muita informação para absorver. Não tinha como entrar 25 anos na cachola de uma vez. Aconteceu o previsível: surtei! Isso me fez retornar para minha terra – o Rio Grande do Sul, desejosa por me enraizar novamente e trabalhar processos identitários aqui. Ansiava compreender por que no Amazonas eu era reconhecidamente preta e sentia-me acolhida, mas no Sul não. Vencidas as dificuldades iniciais, advindas do desemprego e acarretando em problemas financeiros, eu me virava informalmente. Um vazio existencial continuava, simultaneamente. A aproximação com a família, ora muito positiva devido à saudade de casa, ora próxima demais, resultou em um choque maior – um novo afastamento. Meu pai não tinha a menor consciência da importância de se autoafirmar negro, com comportamentos incorporado e reproduzi(n)do a plantada Democracia Racial. Cito esse episódio disjuntivo, pelo conseqüente arredamento maior da família. Certamente porque exigiu o primeiro e um maior posicionamento meu.

Entre 2008 e metade de 2009, retomei a graduação de Pedagogia e estagiei em escolas de educação infantil. Por mais coisas da vida, eis que somos indicados a empregos, o meu companheiro e eu, – trabalhar, em setores distintos, com catadores organizados em Gravata⁵, na recente fundada COOTRACAR (Cooperativa de Trabalhadores Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis, Industrialização e Comercialização), a partir do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)⁶. Atraídos pela proposta, não em termos financeiros, mas principalmente pela causa em si, aceitamos. Interrompi o lecionamento, assumindo o setor administrativo da cooperativa, e meu parceiro atuando no setor de formação. Após alguns meses, nos sentíamos plenos. Conforme o projeto foi crescendo, exigiu-nos também mais esforço. Diferente da área privada, com cartões batidos, com entradas e saídas determinadas, em um movimento social, tu só segues, movimentando-se junto. O que fazemos até hoje. Saltando para o ano de 2010, estava atarefada intensamente: 1) no administrativo da cooperativa; 2) prestando assistência técnica no que se referia à

⁵ Cidade para qual meus pais se mudaram, e onde cresci. Vizinha à capital Porto Alegre, conhecida também de Aldeia dos Anjos, fundada no ano de 1763.

⁶ O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. Antes mesmo do Congresso, os catadores impulsionavam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

processos autogestionários, dentro do projeto de qualificação CATAFORTE; 3) também, aos finais de semana, auxiliando com reforço escolar na escolinha da resistência da Vila Pontilhão, como educadora popular. Percebi o indescritível – misturado a uma vontade de fazer mais. Inúmeras novas ideias sobre o que escrever, porque pela primeira vez fazia sentido o que estudava nos livros folheados e nas leituras até então efetuadas. Caía então a ficha: de que não há teoria que faça sentido sem a prática e vice-versa. Lá, naquele assoberbado cotidiano, tendo que enfrentar os diversos conflitos – vivenciando ali diariamente *a luta de classes*⁷ e qual a cor dessa e de muitas outras camadas pobres, convivendo com esse grupo representante de trabalhadoras e trabalhadores excluídos, os quais encontram na catação de materiais recicláveis suas sobrevivências – oportunizou-me extraordinariamente uma sensação de fazer a diferença! Senti que era possível contribuir minimamente para um mundo melhor. Isso me impulsionou a escrever muito mais: sobre o que me emociona, sobre o que me indigna, sobre o que me motiva. Porém, dividindo espaço agora com o fazer. A partir desta lógica, participei do processo seletivo para uma inédita especialização em educação popular e movimentos sociais. Tantas descobertas, e aqui uma ênfase à sintonia nas aulas da história da Cultura Afro-Brasileira, com o inefável professor José Antônio dos Santos.

Regresso fortuitamente para Manaus em dezembro de 2010, oportunidade em que profissionalmente retorno a trabalhar em um renomado centro universitário particular e posteriormente na assessoria técnica de organização ao movimento de catadores de materiais recicláveis na Capital e no interior do Norte do Brasil, destacadamente em São Gabriel da Cachoeira, município com maior predominância indígena. Somada à experiência gaúcha e às particularidades nortistas, em formatos de catadores ribeirinhos e catadores indígenas, com acessos, em sua maioria, pelos rios do Amazonas, os desafios foram muitos; e, também, o aprendizado no intervalo de doze meses aproximadamente.

O ano de 2011 despedir-se-ia em menos de dois meses, quando regressei aos Pampas por outro portentoso convite – quase um chamado – assessorar as Políticas Públicas para o Negro na Prefeitura de minha Gravataí. Mal sabia eu que essa seria mais uma verdadeira especialização, teoria e prática juntas novamente. Nos cinco anos que representei a Pasta, desligada principalmente da ideologia partidária do governo em curso, pois enquanto eu ainda estava longe do solo gaúcho, assumiram o poder em decorrência de impichamento da prefeita eleita. Para prosseguir, precisei (re)significar o trabalho e minhas crenças, reafirmando minha

⁷ BOGO, Ademar. Identidade e Luta de Classes.

identidade étnica, negra. Fui a campo, inicialmente e, coincidentemente, com os remanescentes de Quilombo Manoel Barbosa, acompanhando desde os eventos mais culturais, como edições anuais de “miss quilombolas”, onde me ensaiei na etnografia, até as agendas mais urgentes, como o Programa Nacional de Habitação rural, onde atuei como gestora e, colaborativamente, como técnica social para a aquisição de 20 unidades habitacionais pelo programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. Nessa função, entre outras coisas, mobilizei profissional de engenharia que empreendeu os trabalhos específicos de modo gratuito. Mesmo após 6 meses de dedicação, com o projeto concluído e entregue na agência reguladora, com os avisos de responsabilidades técnica (Art's) pagos com empréstimos pessoal efetuado, o projeto esbarrou no desinteresse político da gestão municipal e consequentes interesses de representação e defesa. Juntou-se a tudo isso uma desaceleração da política em questão em nível nacional que parou de repassar o defasado e já insuficiente quantitativo para o programa habitacional ser executado. Mesmo recorrendo-se a outras vias alternativas, como a Secretaria Estadual de Habitação gaúcha, apresentando o projeto e formalizando o pedido de complementação aditiva ao contrato – cerca de sete mil reais por casa, e em torno de cento e cinquenta mil no total (uma contrapartida ínfima para gestões de qualquer esfera governamental) frustrou as expectativas das tão sonhadas casas-próprias dos remanescentes quilombolas, interrompendo e inviabilizando a construção de moradias salubres na comunidade.

Sentir-se de mãos atadas como numa situação dessas foi emocionalmente desgastante. Resisti. Dessa resistência houve contribuições concretas do meu trabalho coletivamente às plurais representatividades afrodescendentes organizadas em Gravataí, compostas por Clube Social Negro⁸, Escolas de Samba⁹, Grupos de Capoeira, Religiosidade de Matriz Africana, Evangélica e Pastoral Afro, Remanescentes de Quilombos¹⁰, somados a outros atores na instância do Executivo.¹¹

Relevantemente, dessa aproximação e, digo mais, da junção com as mencionadas representatividades no município, após 15 anos, ocorreu a consolidação de dois conselhos municipais inéditos – o COMPIR – de Promoção de Igualdade Racial e o CPMTG – de Povo de Terreiro¹². Além disso, ocorreu também a mediação para a realização do pioneiro curso de

⁸ ACB 6 de Maio.

⁹ Acadêmicos de Gravataí e Unidos do Vale

¹⁰ ARQMB – Associação Remanescente de Quilombo Manoel Barbosa

¹¹ “Gravataí: Negra Aldeia em crônica” – Experiências de Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

¹² Comunicado oral apresentado e premiado no III Encontro de Política Por.De.Para Mulheres na UFPR em junho de 2019, no GT Mulheres e Direitos Fundamentais: limites e avanços nas teorias e nas práticas políticas. E

Teologia AfroCentrada na cidade, que produziu o resgate e a valorização da religiosidade de matriz africana, povos de terreiros e comunidades tradicionais, retomando datas já formalizadas em lei, tais como: o Dia da Umbanda; o Dia do Samba, o Troféu Sônia Paim (em memória à primeira mulher negra secretária na história da cidade); a Semana Municipal da Capoeira; e a realização de 4 edições de Semanas Municipais da Consciência Negra.

Destaco a edição da Semana da Consciência Negra realizada em 2014, quando elaborei um projeto interseccional, convidando as outras assessorias para atuarmos transversalmente (envolvendo os direitos da pessoa idosa, do jovem, do negro, da pessoa com deficiência e o combate à violência contra a mulher) no Primeiro Concurso de Redações e Desenhos, da Educação Infantil ao EJA, voltados para a rede municipal e estadual. Mesmo com uma estrutura insuficiente, mobilizamos doze escolas, com mais de trinta turmas inscritas. O material resultou na premiação Cartilha Temas em Direitos Humanos, compilada a partir dos trabalhos selecionados. Foi um momento ímpar de celebração da garantia da aplicação da Lei nº 10.639/2003¹³.

1. 3 1ª MARCHA DAS MULHERES NEGRAS

Outro momento que precisa ser mencionado é o da 1ª Marcha das Mulheres Negras em Brasília. Diferentemente de outros administradores municipais que subsidiaram caravanas e representações; em Gravataí, houve indeferimento aos reiterados pedidos via APPN – Assessoria de Políticas Públicas para o Negro. Ainda que seguida a burocracia e com antecedência de nove meses, a pauta racial mais uma vez foi desconsiderada, sob alegações orçamentárias daquelas que não convencem, nem se sustentam. Diante do poder do canetaço, desistir parecia o recomendado. Entretanto, convidei o movimento negro, especialmente as mulheres, a arremangarmos as mangas e organizarmos atividades para captação do recurso e com algumas, mas importantes, parcerias e doações, sucedeu-se um sopão no primeiro semestre de 2015.

Por esta primeira ação – por incentivo e pressão – ter ocorrido antecipadamente ao período da Marcha, possibilitou a compra de três passagens para três mulheres negras: uma representante da Comunidade Arinos e outra da Comunidade Rincão da Madalena (ambas as

também apresentado no Salão de Ensino, Tertúlias de Ações Afirmativas da UFRGS em 2018. Vide leis nº 3800 (CPMTG) e 3801 (COMPIR). Disponível em: www.cmgravatai.rs.gov.br

¹³ Lei assinada pelo presidente Lula que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

regiões com muita vulnerabilidade social e um contingente afrodescendente numeroso) e uma terceira para representante do segmento de Capoeira, do grupo Nossas Raízes.

Na véspera do ato eu não tinha minha passagem. Pressionávamos o governo a subsidiar pelo menos uma representação governamental. Sem êxito. Corre daqui e dali, consegui um empréstimo e somei-me àquelas três. Ainda assim, importantes lideranças femininas não puderam participar, como a da ONG Igualdade, representando o segmento LGBTTI; a pedagoga da 28ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), muito atuante na fiscalização da Lei n. 10.639/2003 e 11.645/2008 que obriga o ensino da cultura e história afrodescendente, afro-brasileira e indígena; e a presidente da Associação quilombola. Das muitas que não puderam ir, algum contrapeso conosco presentes naquela marcha nacional de mulheres negras, inédita e histórica.

1. 4 RACISMO INSTITUCIONAL

O meu gradativo descontentamento com o racismo institucional sofrido ano após ano, de 2011 ao início de 2016, e todas as ações conjuntas pautando as negras e os negros e suas representativas instituições no que constitui Gravataí, de certa forma, visibilizaram o trabalho e, naquele período, não era incomum ouvir-se falar sobre o movimento negro rearticulado na Aldeia dos Anjos. Trabalho coletivo este e, agora compreendo, fundamentais, somados a esforços pessoais nessa rearticulação, contribuíram também para elevar-me à Câmara de Vereadores por meio do convite de influente político na cidade, que acompanhava toda a movimentação e, dentre seus privilégios e influências, aliava-se para desatar os trâmites burocráticos desde enquanto ainda estava na APPN.

Assim, prossegui no âmbito público, mas do Executivo para o Legislativo. Agora, no cargo inédito de Diretora Administrativa. Inédito por ser resultado de uma legislação recém-reformulada e proposta pelo Ministério Público. Mais uma vez estava eu, nomeada primeira MULHER NEGRA, a assumir um cargo diretivo no Legislativo Gravataiense (a saber, até o momento nenhuma mulher negra ascendeu aos eletivos, tampouco aos indicados na Presidência).

Esses foram períodos onde o status impulsionou parcerias conceituadas que facilitaram caminhos antes tão sinuosos. Além disso, intensificaram-se ainda importantes políticas de promoção de igualdade racial, entre elas: a formalização dos conselhos municipais já citados; os Seminários de Saúde Integral da População Negra, com representação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

(SEPPIR); e posse dos conselheiros municipais negros em Gravataí, garantida por legislação, para conduzirem as políticas de promoção de igualdade racial no município.

1. 5 SINAPIR

Com isso, o ano de 2017 mostrar-se-ia promissor com as recentes e significativas conquistas da coletividade negra local e também pessoais. Ponto que durante minha atuação enquanto Assessora de Políticas Públicas para o Negro, incontáveis vezes esbarrei frequentemente em negativas orçamentárias de verbas públicas sobretudo voltadas para a população negra da cidade. Não obstante, segui(mos) na busca por alternativas. Eis que em 2014 é lançado, via Governo Federal, o Sistema Nacional de Política de Promoção de Igualdade Racial (SINAPIR), com destinação de recursos públicos específicos.

Nos dois anos posteriores à sua implantação no território nacional, os Técnicos responsáveis pela implementação, em encontros formativos e de capacitações técnicas ocorridas localmente e também em Brasília, amiúde relataram sobre as dificuldades dos Entes Federados aderirem ao sistema. Ciente disso, busquei compreender o porquê desses entraves. E como que convertidos em estímulo compeliram ainda a uma maior apreensão do SINAPIR. Conseqüentemente, com o COMPIR e CPMTG instituídos, um dos critérios primeiros¹⁴ apontava um 2017 promissor para seguir avançando na operacionalização do projeto. Entretanto, jogos voláteis próprios (*das representações, rituais e violência na) da política*¹⁵,

¹⁴ Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/cartilha-sinapir-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial-o-que-e-e-como-aderir>.

¹⁵ Compartilho do argumentado por Peirano (1998, p. 8), em Uma Antropologia da Política: rituais, representações e violência – com a autora discorrendo sobre “[..] utilizar tudo o que a antropologia aprendeu durante mais de um século de contato com a política das ‘outras’ sociedades para construir um olhar compreensivo sobre ‘nossa política’”. Trata-se de reintroduzir as formas antropológicas de construir objetos de análise e as ferramentas conceptuais da antropologia para fazer uma antropologia da política no mundo no qual esta foi inventada, o mundo da modernidade e dos estados nacionais, um mundo que é o ‘mundo’. Para isso, propõe-se investir nas zonas de interseção entre o que etnograficamente é percebido como relativo à ‘política’ e o que, também do ponto de vista nativo, é colocado fora desse domínio: religião, parentesco, direito, relações pessoais. Trata-se de analisar eventos, situações, rituais, dramas ou processos sociais reveladores dessas interseções e seus efeitos, tanto no sentido da unificação e aproximação entre o que fica dentro de um domínio, quanto no sentido das diferenciações dentro do próprio domínio e deste em relação aos demais. Essas análises serão efetuadas mediante a articulação de três dimensões: a) representações, ou concepções, da política; aqui, a política funciona como um princípio de diferenciação social entre outros, marcando diferenças entre grupos (agregados politicamente ou segundo outros princípios), territórios (os das comunidades políticas), dimensões (como a da grande e a pequena política) e temporalidades (como aquela que instaura o tempo da política); b) rituais da política e a ritualização da política, uma das dimensões privilegiadas para atingir o lugar da política, em especial a politização de outras esferas da vida social e cultural; c) a violência na política, entendida não como o contrário da política, mas como uma forma extrema de ‘fazer política’, que revela o próprio lugar da política nas sociedades modernas”. Assim, os jogos voláteis da política à que me referi, perpassam tais dimensões.

obviamente, impediram minha continuidade no Legislativo, ou mesmo no requerimento de retorno à Assessoria, não atendido mais uma vez pelo Gestor Municipal.

Recuperando-me da descontinuidade dos projetos, reativa versus a isso, dediquei-me na pesquisa e na elaboração de anteprojeto sobre Consórcios Intermunicipais voltados à Promoção da Igualdade Racial. A proposta apresentada à Administração pública vizinha, referente à criação de um Ente Consorciado, que congregaria cidades como Cachoeirinha, Triunfo, Dois Irmãos e Gravataí, embora exposta a autoridades, não foi considerada. Impedindo, portanto, a acessão ao SINAPIR, por meio de realizações conjuntas de projetos, tão pouco a obtenção de verbas para ações locais, o que traria benefícios aos munícipes e ao povo negro das quatro localidades.

A brusca frenagem nas tratativas e sequência dos projetos, como a conclusão e adesão ao SINAPIR para acessar recursos públicos via editais com pontuações diferenciadas, produziram um momento que impactou minha saúde mental, já desgastada pelos anos anteriores com duros embates em relações de poder que, além de hierarquizar, de antemão, já definem as possibilidades de vitórias nessas quedas de braço institucionais.

Seguiu-se muita dificuldade financeira, consequência de insucessos em inúmeras buscas de emprego na tentativa de voltar à área privada que, para mim, foi hostil desde sempre, não importando o meu elevado grau de formação e a experiência na área. Claramente por ser preta as contratações não ocorreram¹⁶. Veio o mês de julho e fiquei classificada em segundo lugar numa vaga na Seja digital¹⁷, após uma seleção sequencial longa, sendo entrevistada pelo CEO para trabalhar com comunidades ditas periféricas no Rio Grande do Sul. Expectativa! Contudo, uma irresponsabilidade da equipe recrutadora me impossibilitou de assumir a vaga.

¹⁶ Sobre esta temática, sugere-se uma pesquisa da área jurídica, que aborda “políticas de restrição e naturalização da ausência da população negra do mercado formal de trabalho na iniciativa privada”, lembra-nos Teixeira (2010) que o “mercado”, por sua vez, não é um ser inanimado, posto que é formado por pessoas que cerceiam e impedem que negros se realizem como trabalhadores formais nestes espaços. (p. 11; p. 151).

Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-11112011-113314/publico/Dissertacao_Osmar.pdf

¹⁷ Criada por determinação da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações,), a Seja Digital é uma entidade administrativa, não-governamental e sem fins lucrativos, responsável por operacionalizar a migração do sinal analógico para o sinal digital dos canais abertos de televisão.

1. 6 PROSPECTO DE UM (RE) ENCONTRO COM A ANTROPOLOGIA

Juntamente a isso, fazia três anos que eu acompanhava de longe os processos seletivos em Antropologia, campo científico que conheci ainda em Manaus, em 2008, por meio de amigo em comum à Jaqueline F., minha grande amiga e comadre. Curiosamente nós três, mesmo tendo trabalhado juntos em Porto Alegre, ainda assim eu desconhecia que, à época, ele era doutorando em Antropologia na UFRGS, indo ao Amazonas fazer concurso público. Conversando sobre o projeto dele de pesquisa – Djs e periferia – fiquei estarecida com a baita temática e com o fato de uma área acadêmica contemplá-la. Recebi importantes dicas de leitura e incentivos para retornar à universidade.

Tanto que esta foi uma das razões que me levaram às Ciências Sociais na UFAM, como já relatado antes. Naquela Universidade Federal, vim a saber, um tempo depois, da oferta do curso específico de Antropologia no nível de graduação. Foi a partir dos cafezinhos no intervalo que me aproximei de um professor antropólogo que me incentivava a mudar de curso. Devido a calendários, permaneci nas sociais, que enfatizava a sociologia. Não à toa costume brincar, naquela foi flerte, namoro mesmo foi com a Antropologia.

Retornando à sequência dos acontecidos no segundo semestre de 2017, recuperava-me de um implante dentário malsucedido, infeccionado e que ocasionava muita dor. Em repouso, restava-me tentar ler. Nesta despreziosa leitura, acessei o edital de seleção do mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Era a última semana do período de inscrição e já havia passado o prazo de pedidos de isenção. Tento um empréstimo aqui, outro ali, e o fator grana mostrava-se um impeditivo. Meu companheiro manteve-se atento às minhas queixas e frustrações, onde eu alegava só querer tentar para me preparar para o ano seguinte e que, se eu não participasse de um processo, não saberia como funcionava. Ainda que desconfiado de uma UFRGS elitista, hesitando em motivar-me mais, lembrou-se que não havíamos pago a luz daquele mês e poderíamos atrasar, sabendo que precisaríamos fazer uns correes para quitar duas contas no mês seguinte.

Corrida para pagar boleto, organizar documentação e preencher a plataforma, juntar leituras e me preparar para prova. Que labuta! Veio a entrevista, muita surpresa e emoção. Aprovada para ingressar no ano de 2018 via ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Justamente para pesquisar a *sub-representação dos*

*negros, especialmente mulheres negras na política, a tríplice raça-gênero-classe*¹⁸, permeados no público e privado. Com estes marcadores sociais da diferença, muitos vivenciados e experienciados ao longo dos anos, e de modo mais próximo desde autorreflexões, tais como a única mulher negra da minha escola e do meu curso na universidade particular; a primeira nomeada à assessora de políticas públicas e, posteriormente, diretora administrativa. Essa classificação ordenada de primeira mulher negra nessas posições, conseqüentemente, passando a perceber e encontrar outras poucas nas instâncias públicas, que o incômodo destes lugares inaugurais transformou-se em indagações e em ousadia para pesquisar.

1. 7 NO JARDIM DA POLÍTICA

Da história que relato até agora, ainda falta outro pedaço muito significativo: a política esteve presente na minha vida, desde a infância, sabidamente por meu pai ser líder comunitário e com filiação partidária de mais de 25 anos. Ao invés de citar comícios, carreatas, ou mesmo lembrar de na companhia dele perceber uma felicidade balançando as bandeiras e me ensinando como fazer, com muito brilho nos olhos, prefiro referir-me ao tilintar das xícaras, e a uma percebida movimentação das trocas delas, como um sinal de que alguma autoridade política se aproximava. Xícaras chiques organizadas anunciavam que meu pai receberia a visita de importantes políticos federais. Para nós, que não tomávamos café, muito menos na sala, aqueles acontecimentos marcaram-me muito. Insisto ainda que, além das xícaras, das bandeiras ou dos showmícios, no ano de 2000 meu pai candidatou-se a vereador. Um frisson. A família pega de surpresa. Campanha no seu velho opala marrom 1986, com megafones amplificadores no rack do carro, reproduzindo seu jingle autoral. Muito mais trabalho além do comércio que seguiam tocando. Pouco dinheiro. Mais campanha.

¹⁸ Sobre estas tríplices opressões, ver a pujante obra *Mulheres, Raça e Classe* da Filósofa Estadunidense Angela Davis (2016), também militante dos Panteras Negras, Partido Comunista, e ativista do movimento negro. Já nas primeiras páginas, prefaciadas especialmente por Djamila Ribeiro, brasileira e também filósofa, recuperando das ideias propostas por Davis, o quanto “[...] é preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras”. Trecho recuperado por Ribeiro extraído do artigo “As mulheres negras na construção de uma nova utopia. (DAVIS, 2011, p. p. 12-13). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>

Santinhos entregues por todas as ruas. Mordidas de cachorros. Esses elementos compõem um tipo de mapa mental do bairro, o qual meu pai parece saber de cor.

Dia das eleições: lágrimas, as quais vieram a se repetir por dois outros pleitos, fazendo a média de 415 votos. Indignação. Eu adolescente rejeitava as tentativas reiteradas de meu pai, ao que desabafei inúmeras vezes: odiar política. Fechando os olhos ainda lembro da expressão de incompreensão do meu pai recebendo os extratos e as negativas em seu comitê, uma pequena sala locada próximo à avenida principal, com os muitos, mas insuficientes, apoiadores e amigos que trabalharam na campanha dele. Ele, voltando-se para mim com o olhar baixo, decepcionado. Revolta. Aquilo me afastou da política. Ilusão. Filha de político, política nunca deixa de ser, estando!

Precisava relatar alguns fatos da minha trajetória, para traçar como o projeto veio construindo-se, com fagulhas extraídas do vivido, em suscetível combustão. E como minha ancestralidade aponta os caminhos. Assim, o estudo antropológico “Negras, Nós”: entre eleitas, candidatas e não candidata à cargos eletivos na Região Sul do País, como um destes caminhos, será abordado na continuação desta dissertação.

No capítulo 2 realizo uma breve análise de variáveis associadas às eleições de mulheres negras no Brasil, em que proponho refletir sobre as circunstâncias e condições que impactam seus êxitos eleitorais: de candidatas, em eleitas. Para tanto, trago um conjunto de informações sobre candidaturas de mulheres negras às legislaturas entre 2014 e 2018, além de uma visão geral no cenário nacional, inicialmente, e da Região Sul, na sequência, das capitais dos três Estados que compõem esta região – Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS, conjuntamente à cidade Gaúcha de Dois Irmãos¹⁹. Esses dados contribuem para a caracterização do Sul do Brasil, região com especificidades do ser negro (SILVA, 2017) que pode ser percebido por meio de um panorama estatístico que evidenciadamente corrobora a formulação de Alaerte Leandro, uma das interlocutoras deste estudo: *O Racismo é o Sul do Brasil*.

No capítulo 3 são abordados os percursos da pesquisa, mais detidamente sobre a jornada da pesquisa percorrida até Antonieta de Barros, em Florianópolis/SC, trazida em linhas e contextos, reveladas na sequência as sete interlocutoras e o percurso até cada uma delas. Além disso, descrevo algumas informações biográficas, com seus históricos e atuações, sobretudo descrições curriculares profissionais resumidas a fim de compreender melhor suas inserções públicas primeiras.

¹⁹ Os motivos de incluir o município de Dois Irmãos serão explicitados mais adiante.

O capítulo 4 concentra as narrativas das sete interlocutoras, com relatos de suas trajetórias políticas e suas motivações para candidatarem-se a cargos eletivos, como é o caso de seis delas. Dentre as quais, quatro mulheres negras – Valdeonira dos Anjos, Edenice Fraga, Marilu Lima de Oliveira e Alaerte Leandro Martins – foram candidatas, mas não eleitas. As outras duas, Karen Santos e Tânia Silva, candidatas que se elegeram. Integrando e precedendo este conjunto das sete interlocutoras, principiando o capítulo está Jeruse Romão, que apresenta forte posicionamento e convicção de manifestar-se como não-candidata.

Já nas considerações finais estão imbuídas reflexivamente sobre os principais temas pautados pelas sete entrevistadas, a partir de roteiro de questões direcionadas a elas, a fim de compreender o(s) problema(s) de pesquisa que se constrói(em) a partir da questão: “Já pensou em se candidatar?”. Suas respostas levaram a pesquisadora para muito além do roteiro e questionamentos iniciais.

A motivação primeira deste trabalho, como explicitado em diferentes momentos desta dissertação, deu-se por meio do feito inédito da eleição da primeira mulher negra eleita no Brasil, a Deputada Estadual Antonieta de Barros, no ano de 1934 em Florianópolis, capital catarinense. Foi ela a inspiração e propulsora das reflexões primordiais que teceram os fios condutores que se estenderam às sete mulheres negras partícipes e que se justapõem a esta pesquisa.

Assim como ocorre em muitos estudos antropológicos²⁰, os objetivos específicos da minha pesquisa foram sendo melhor definidos no transcorrer do tempo, nos contatos protagonizadas colaborativamente por cada uma delas. Dessas interações, conforme explicitado no segundo capítulo, reformulei o problema de pesquisa e passei a interrogar quais motivações (des)favorecem o aceite, ou não, delas em se candidatarem a posições eletivas. Para tanto, entrevistei sete mulheres, cujas histórias foram a base para as constatações, elaborações e interpretações que serão discutidas neste capítulo final de dissertação.

²⁰ Ponderação presente no texto “Revisitando o Floresta Digital: notas sobre o esforço de uma descrição sociotécnica”, no qual Calávia Saez (2011) apud Floriani Petry (2013, p. 185) “apresenta sobretudo no sentido de que somente construímos nosso objeto ao final da pesquisa. Ao perceber o projeto de pesquisa como falho em si mesmo, a tarefa de estar atento às novas possibilidades que o trabalho de campo anuncia e a seguir atores que não haviam sido previstos fica menos complexa”. Políticas etnográficas no campo da cibercultura/organizadores Jean Segata, Theophilos Rifiotis, Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

2 NEGRAS, MULHERES E POLÍTICA: FOSSO QUE A LINHA RACIAL COLOCA

2.1 “EXISTEM POUCAS MULHERES NEGRAS ELEITAS PORQUE ELAS NÃO SE CANDIDATAM”²¹

A afirmação que dá título a este segmento – “Existem poucas mulheres negras eleitas porque elas não se candidatam” – manteve-se asseverada e largamente difundida ao longo dos anos no campo político brasileiro. Entretanto, dados demográficos raciais do país entrecruzados com as estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram uma intensificação e um aumento na presença de mulheres negras candidatas. Isso indica, como pretendo mostrar ao longo da dissertação, que há muito mais complexidade no processo do que se apresenta resumido nessa afirmação.

Vamos a alguns dados gerais sobre os números de candidaturas no Brasil nas eleições de 2014, 2016 e 2018: nas eleições para Presidente/a, Deputados/as, Senadores/as e Governadores/as de 2014, foram registradas 8.060 candidaturas femininas. Destas, 835 de mulheres autodeclaradas²² pretas, 2.911 de mulheres autodeclaradas pardas e 4.314 de mulheres brancas. Eleitas, respectivamente, foram 9 pretas, 40 pardas e 135 mulheres brancas.

Nas eleições seguintes para esses mesmos cargos, em 2018, entre as 29.085 candidaturas registradas, verificou-se 1.237 candidaturas de mulheres pretas, 3.161 de mulheres pardas e 4.695 de mulheres brancas.

No ano de 2016, com as eleições para prefeitas (os) e vereadoras (es), os registros são de 496.927 candidaturas em todo o país. Com 13.382 candidaturas de mulheres que se autodeclararam pretas, 59.587 pardas e 84.137 mulheres brancas. Este processo eleitoral resultou na eleição de 258 mulheres pretas, 2.952 mulheres pardas e 5.858 mulheres brancas.

Embora não estejam disponibilizados os dados de 2012 para serem comparados aos de 2016, nota-se que, como um todo, houve aumento das candidaturas femininas. Entretanto, este cenário apresenta-se menos expressivo quando observado conjuntamente aos marcadores sociais da diferença – raça²³ e gênero, numa perspectiva interseccional – incidindo em

²¹ Expressão extraída dos oito mitos publicados pela campanha “Mulheres Negras Decidem,” da Rede Umunna. Essa rede trabalha pela continuidade do longo legado de movimentos de mulheres negras que lutam pelo avanço dos direitos através do fortalecimento de processos eleitorais. Disponível em: <https://mulheresnegrasdecidem.org/>

²² Sempre que referida a cor das candidatas estamos considerando auto-declaração, conforme consta na ficha de inscrição.

²³ Brah quando refere em seu artigo Diferença, diversidade, diferenciação, que “[...] há uma tendência (...) de considerar o racismo como ‘algo que tem a ver com a presença de pessoas negras’. Mas é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da ‘raça’. A racialização

porcentagens díspares, tanto nas candidaturas, quanto na quantidade de mulheres negras eleitas nas últimas Legislaturas, relacionalmente às das mulheres brancas candidatas.

A região Sul acompanha essa tendência. Em 2014, as candidaturas aos cargos eletivos de Presidenta(e), Deputadas(os) Federais e Estaduais, Senadoras(es) e Governadoras(es) atingiram quantitativamente 2.609 mulheres candidatas no ano de 2014 – entre as autodeclaradas pretas e pardas foram, respectivamente, 44 e 36 mulheres. Com 663 das candidaturas sendo de mulheres brancas.

Em 2018, no mesmo tipo de eleição de 2014 (eleição de presidenta/e, governadoras/es, deputada/os e senadoras/es, na relação estatística apresentada no site do TSE, constam 3.161 candidaturas aptas – pontuando-se 1.074 candidaturas de mulheres advindas do sul brasileiro. Com 214 candidatas mulheres pretas, 227 pardas e 2.953 brancas. Por sua vez, dentre os 74 eleitos ao cargo de deputado federal, o quantitativo de mulheres (oriundas desta região) que se elegeram Deputadas Federais foram 12 mulheres brancas: cinco (PR), 3 (RS) e 4(SC). Já entre as ocupantes das 141 cadeiras de Deputadas Estaduais advindas da região sul estão 18 mulheres brancas. A única mulher eleita autodeclarada preta deste Pleito é Reginete Bispo, referida anteriormente, somando-se às outras três senadoras suplentes eleitas.

Figura 1 – Eleitas: Estatísticas Eleitorais, ano de 2018
(Região Sul)

Região	Cor/Raça	Gênero	Quantitativo	Porcentagem (%)	Candidatos
Sul	Amarela	Masculino	1	100,00%	
Total Cor/Raça			1		
	Branca	Feminino	34	14,66%	
		Masculino	198	85,34%	
Total Cor/Raça			232		
	Parda	Masculino	8	100,00%	
Total Cor/Raça			8		
	Preta	Feminino	1	20,00%	
		Masculino	4	80,00%	
Total Cor/Raça			5		
Total Região			246		
Total Geral			246		

Fonte: Extraído do Site Tribunal Superior Eleitoral

da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque ‘branco’ é um significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo. É necessário, portanto, analisar que nos constroem como, digamos, ‘mulher branca’ ou ‘mulher negra’ (...). Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais.”

No pleito de 2016, compreendendo eleições para definir prefeit(os) e vices, e também vereadoras(es), especificamente as candidaturas a vereança totalizaram 437.483 registros aptos(entre homens e mulheres) no Brasil. Aproximadamente 15,6% abrangendo as candidaturas da região Sul, ou seja, 68.418. Visualizadas na figura abaixo:

Figura 2 – Estatísticas Eleitorais da Região Sul, ano de 2016 (Cruzamento de dados Gênero x Cargos)

The screenshot shows the 'Cruzamento de dados Gênero x Cargos' interface. The filters on the left are set to: Ano: 2016, Abrangência: Região, Região: Sul, UF: Todas, Município: Todos, Tipo eleição: Eleição Ordinária, Turno: 1º Turno, Eleição: Todas, Situação da candidatura: Apto. The table below shows the following data:

Região	Gênero	Cargo	Quantitativo	Porcentagem (%)	Candidatos
Sul	Feminino	Prefeito	278	1,19%	
		Vice-prefeito	438	1,88%	
		Vereador	22.636	96,93%	
Total Gênero			23.352		
	Masculino	Prefeito	2.754	5,39%	
		Vice-prefeito	2.603	5,09%	
		Vereador	45.782	89,52%	
Total Gênero			51.139		
Total Região			74.491		
Total Geral			74.491		

Fonte: Extraído do Site Tribunal Superior Eleitoral

Entre as 22.636 candidaturas femininas sul-regionalizadas, houve 3.027 candidatas autodeclaradas pretas e pardas, 2 autodeclaradas pardas. Todavia aqui a imagem reproduzida do site, informa o quantitativo de 23.352 – computadas as 716 candidaturas distribuídas entre os cargos de Vice-Prefeita e Prefeita. Essas informações são trazidas na terceira figura, dispostas a seguir.

Figura 3 – Estatísticas Eleitorais da Região Sul, ano de 2016 (Cruzamento de dados Gênero x Raça)

Região	Gênero	Cor/Raça	Quantitativo	Porcentagem (%)	Candidatos
Sul	Feminino	Branca	20.247	86,70%	
		Preta	1.078	4,62%	
		Parda	1.949	8,35%	
		Amarela	43	0,18%	
		Indígena	35	0,15%	
Total Gênero			23.352		
	Masculino	Branca	44.130	86,29%	
		Preta	2.141	4,19%	
		Parda	4.669	9,13%	
		Amarela	108	0,21%	
		Indígena	91	0,18%	
Total Gênero			51.139		
Total Região			74.491		
Total Geral			74.491		

Fonte: Extraído do Site Tribunal Superior Eleitoral

O estudo sobre a presença de mulheres na política começou no site da Justiça Eleitoral, onde efetuou-se, em um primeiro momento, o levantamento das candidaturas femininas da Região Sul do Brasil. No ano de 2016, havia 20.247 mulheres brancas candidatas à vereadora; 1.949 autodeclaradas pardas e 1.078 autodeclaradas pretas²⁴. Detalhando-se por estados e entrecruzando-se gênero e raça, constam: no Rio Grande do Sul, 7.654 candidaturas de mulheres brancas em relação à de 373 pardas e 456 pretas; em Santa Catarina, 4.652 brancas, 284 de pardas, e 142 pretas; no Paraná, 7.273 brancas, 1.267 pardas e 466 pretas.

Ainda que passemos à soma conjunta das candidaturas de mulheres negras (pretas e pardas), obtendo-se o total de 426 em Santa Catarina, 829 no Rio Grande do Sul, com exceção do Paraná, esses valores são aproximadamente nove vezes menores em relação às candidaturas femininas brancas.

Referente ao número de eleitas naqueles Pleitos, no Rio Grande do Sul, o total foi de 782 (brancas), 14 pardas e 8 pretas; em Santa Catarina, 380 brancas, 8 pardas e 1 preta; no Paraná, 430 brancas, 34 pardas e 8 pretas. Com isso, indica-se expressivas discrepâncias também entre o número de candidaturas e o número de mulheres negras eleitas.

²⁴ Sempre que referida a cor das candidatas estamos considerando autodeclaração, conforme consta na ficha de inscrição.

Quadro 1 – Candidatas e eleitas ao cargo eletivo de vereadoras da Região Sul do Brasil 2016

Eleições 2016	Candidaturas femininas			Eleitas		
Região Sul Raça/ Etnicidade	Pretas	Pardas	Branças	Pretas	Pardas	Branças
RS	456	373	7.654	8	14	782
SC	142	284	4.652	1 ²⁵	8	380
PR	466	1267	7.273	8	34	430

Fonte: TSE <http://www.tse.jus.br>

No quadro abaixo, apresento um resumo desses dados quanto ao número de candidatas eleitas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, exclusivamente a partir das respectivas capitais²⁶ destes estados, considerando-se somente o ano de 2016²⁷:

Quadro 2 – Candidatas e eleitas ao cargo eletivo de vereadoras nas Capitais da Região Sul do Brasil 2016

Eleições 2016	Candidaturas femininas			Eleitas		
Capitais (Região Sul) Raça/ Etnicidade	Pretas	Pardas	Branças	Pretas	Pardas	Branças
Porto Alegre/RS 180 candidatas	29	8	143	- ²⁸	-	4
Florianópolis/SC 45 candidatas	17	3	25	- ²⁹	-	1
Curitiba/PR 309 candidatas	24	23	262	-	- ³⁰	8 ³¹

Fonte: TSE <http://www.tse.jus.br>

²⁵ Trata-se de Eliane Ferreira, vereadora da cidade de Nova Itaberaba, na Microrregião do Oeste de Santa Catarina, ocupante de uma das 9 cadeiras legislativas.

²⁶ A definição da localização geográfica quanto à Região Sul será melhor detalhada ao término deste capítulo e contextualizada ao longo dos capítulos 2 e 3.

²⁷ Eleições de Presidente, governadoras/es, deputadas/os estaduais e federais, e senadores.

²⁸ Retomar-se-á o mandato de Karen Santos, atual vereadora em Porto Alegre. Observo ainda que no legislativo municipal gaúcho, Tarcísio Flecha Negra, autodeclarado preto foi eleito. Vindo a falecer em dezembro de 2018.

²⁹ No site da Justiça Eleitoral são referidas candidaturas masculinas autodeclaradas pretas. Dentre os 23 assentos de eleitos: Lino Fernando Bragança Peres e Tiago Silva (atualmente licenciado).

³⁰ Das 23 candidatas autodeclaradas pardas na capital Paranaense, 21 constam no site do TSE como suplentes.

³¹ Em relação as candidatas que se autodeclararam brancas, estão 189 suplentes registradas no TSE.

No segundo momento, concentrando-se nas capitais: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, as candidatas correspondem na primeira a 143 brancas, 8 pardas e 29 pretas; na segunda, a 25 brancas, 3 pardas e 17 pretas e na terceira, a 262 brancas, 23 pardas e 24 pretas.

Assim, sendo esses dados, por sua vez, agrupados exclusivamente a partir das respectivas capitais³², – distinguem-se consideravelmente os percentuais das candidaturas femininas quando diferenciados por raça/cor: avultadas em pelo menos cinco vezes mais candidaturas de mulheres brancas na capital gaúcha comparativamente às de mulheres pretas (143x29) e em Curitiba 10 vezes mais (262 x 24). Somente em Florianópolis as candidaturas femininas de mulheres brancas e de pretas somadas às pardas se apresentou quantitativamente próximas (25 versus 17).

No que diz respeito às que se elegeram, em Porto Alegre foram: 4 brancas, 0 pardas e 1³³ preta; em Florianópolis, 1 branca, 0 pardas e 0³⁴ preta; em Curitiba, foram 8³⁵ brancas, 0³⁶ pardas, 0 pretas. Constata-se do processo, à olho nu, mesmo sem cálculos ou fórmulas, resultados de eleitas bem menores – presentemente a essa digressão da Região Sul para suas respectivas capitais.

Complementarmente às informações do quadro anterior, relativamente às eleições de vereadoras no ano de 2016, a partir das capitais sulistas do país, destaca-se que a candidata eleita em Porto Alegre, Karen Santos havia ficado inicialmente como suplente, assumindo a cadeira mandatária eventualmente. E no ano de 2019, titularmente. Em Florianópolis e Curitiba, no mesmo ano, não houve nenhuma mulher autodeclarada preta eleita. Entretanto, na primeira cidade foram eleitos dois homens autodeclarados pretos e, na segunda, elegeram-se um homem autodeclarado preto e outro, pardo.

Como pode-se perceber pelos dados referidos, as mulheres autodeclaradas pretas e pardas estão se apresentando, cada vez mais, como candidatas à cargos eletivos. Alguns dos porquês de não eleitas combinadamente a este crescente volume de candidaturas, por ora mostram-se conjecturais. Porém, *entre eleitas, candidatas e não candidata da Região sul do*

³² A definição da localização geográfica quanto à Região Sul será melhor detalhada ao término deste capítulo e contextualizada ao longo dos capítulos 2 e 3.

³³ Retomar-se-á o mandato de Karen Santos, atual vereadora em Porto Alegre. Observo ainda que no legislativo municipal gaúcho, Tarcísio Flecha Negra, autodeclarado preto foi eleito. Vindo a falecer em dezembro de 2018.

³⁴ No site da Justiça Eleitoral são referidas candidaturas masculinas autodeclaradas pretas. Dentre os 23 assentos de eleitos: Lino Fernando Bragança Peres e Tiago Silva (atualmente licenciado).

³⁵ Em relação as candidatas que se autodeclararam brancas, estão 189 suplentes registradas no TSE.

³⁶ Das 23 candidatas autodeclaradas pardas na capital Paranaense, 21 constam no site do TSE como suplentes.

Brasil, sete mulheres negras, sobressaem na concretude de suas narrativas e ações, elementos convergentes a este “fosso que a linha racial coloca”.

Presentemente, as informações constantes no quadro 1, referente à região Sul do Brasil, distinguem consideravelmente os percentuais das candidaturas femininas quando diferenciados por raça/cor: avultadas em pelo menos cinco vezes mais candidaturas de mulheres brancas na capital gaúcha comparativamente às de mulheres pretas (143 versus 29) e em Curitiba 10 vezes mais (262 versus 24). Somente em Florianópolis as candidaturas femininas de mulheres brancas e de pretas + pardas apresentaram-se quantitativamente próximas.

A partir dos quadros e figuras, temos um panorama que propicia compreendermos os processos dos Pleitos como corridas eleitorais, o que confere não menos de vinte e quatro passos de vantagem à linha de chegada às candidatas AD brancas. Isto a grosso modo, já que matematicamente, a aplicação de uma fórmula³⁷ adequada proporcionalmente depende da igualdade entre duas razões³⁸. Assim como a (fictícia) expressão “todas/os iguais” no mundo da vida aqui contextualizadas, as razões na ordem dada não podem ser tomadas como proporcionais. O que não impede, mesmo em uma leitura corrida, subentender esses números como pouco compatíveis entre as crescentes candidaturas de mulheres negras e o número de eleitas.

2. 2 UMA CONTA QUE NÃO FECHA

Intencionalmente não foram inseridas informações aprofundadas acerca das candidaturas masculinas, tampouco dos entrecruzamentos de dados raciais, pois o trabalho de campo não apontou para este tipo de comparativo, quanto ao gênero e/ou à raça/etnicidade.

³⁷ Para fins de exemplificação, um teorema seria adequado, já que consiste em “afirmação que pode ser provada como verdadeira, por meio de outras afirmações já demonstradas”. (WIKIPÉDIA). Não intento com isso adentrar no campo matemático, mas sugerir, em termos qualitativos, o texto intitulado “Um afro-negro teorema: Impossível enfrentar o racismo sem desagradar racistas”, no qual a autora problematiza se “[...] É possível descolonizar-se usando a língua, sistema de pensamento e ética de seus colonizadores? [...] Essas e outras indagações têm sido recorrentes em meu pensar e revelo isso, apenas, para sinalizar que este artigo contém omissões, erros, 'emendas e rasuras mentais', [...]impróprio a pessoas sujeitas à compulsão acadêmica e, também, às não-holísticas. Portanto, recomendo que 'leiam com moderação', pois ele não é o que poderia ter sido” (BENTES, 2010). In WERNECK, Jurema. *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Criola, p. 61-74. 2010

³⁸ Aqui proponho um trocadilho ao que se aprende no ensino fundamental, na disciplina de matemática, tal como expressa a autora Menegat (2010): “a construção dos conceitos de razão e proporção está relacionada a situações da vida de todos nós e pode ser articulado (...) a outras áreas do conhecimento.” MENEGAT, M. Uma nova forma de ensinar razão e proporcionalidade. Monografia (Especialização em Matemática, Mídias digitais e didática) – Departamento de Matemática pura e aplicada. UFRGS. Porto Alegre, p. 11. 2010.

Por conseguinte, observei os percentuais de elegibilidade por meio da indagação: *Quais as chances de mulheres negras serem eleitas?* A resposta obtida no ano de 2014, foi de 1,6 chances versus 3,5 em relação às mulheres brancas (REDE UMUNNA, 2018).

Tomando esse dado como referência, aponta-se esse fato como uma das razões para que as agremiações partidárias não direcionem recursos financeiros para incentivar candidaturas de mulheres negras. Isso impacta a maneira como as mulheres negras são vistas como candidatas e sugere uma (in)consequente preterição dos partidos políticos em relação a elas. A questão dos recursos financeiros desponta como um dos fatores importantes que impede candidaturas destas mulheres aos Pleitos seguintes, tendo em vista que a falta de recursos dificulta e até inviabiliza as campanhas eleitorais.

Com a matéria publicada no site do Congresso Nacional³⁹, sob o título “Homens Brancos representam 80% dos eleitos na Câmara”, referente às eleições do ano de 2014, esse pressuposto adquire força. É a isso que a Deputada Federal Benedita da Silva, mulher negra, filiada ao Partido dos Trabalhadores, se refere:

Os quadros existem, os negros estão aí, desde que haja condições financeiras de fazer em pé de igualdade a campanha que os outros fazem. Para quem levanta essas bandeiras, você não tem quem se interesse em contribuir com sua campanha. Pode achar muito linda sua história de vida, pode achar que é importante ter negros e negras, mas, quando é o financiamento privado, ele vai procurar dar recursos àqueles que o representam (CAMARALEG, 2014).

Considerado o ano de 2014 novamente, a pesquisa realizada pelo grupo Umuna evidenciou que apenas 2,51% dos financiamentos partidários foram voltados para campanhas de mulheres negras candidatas ao Legislativo (UMUNA, 2018).

Mesmo na ausência de outros anos como referência para compreender a paridade das elegibilidades quanto a candidaturas femininas, com os dados que já foram apresentados factualmente é possível cogitar que uma condução inversa desses subsídios, com maior destinação dos financiamentos para campanhas de mulheres negras, seria refletida em um número maior de eleitas; portanto, em maior elegibilidade. De qualquer modo, infere-se com relação a isso que essa é *uma conta que não fecha*, porque há outros elementos, além dos econômico-financeiros, que estão em jogo quando se trata da eleição de mulheres negras. Como supracitado, não existe correlação direta entre intensificação e aumento de candidaturas

³⁹ Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/442710-homens-brancos-representam-80-dos-eleitos-para-a-camara/>

com o aumento de mulheres negras eleitas. Um dos fatos que permitem argumentar nesse sentido é o que se observa com relação às candidaturas de mulheres brancas, cujo aumento, considerando apenas as últimas eleições (2014, 2016 e 2018), evidencia-se clara e respectivamente em maiores conjuntos de eleitas.

Porém, Karina Kuschnir relembra que “na prática política, podemos observar como se atualizam as diferenças culturais entre os espaços sociais da cidade [...] segundo o universo político envolvido” (1999, p. 95). Conquanto, na pesquisa *O povo sabe votar, uma visão antropológica* (MAGALHÃES, 1998), podem ser encontradas análises que abordam alguns aspectos do voto – *como, por que e em quem se vota* – e como vêm sendo estabelecidos em processos eleitorais.

Identificada e constatada a sub-representatividade⁴⁰ de mulheres negras na Política⁴¹, ou seja, a pouca representação no âmbito da Política, outro conjunto de informações pode ser contrastado: as mulheres negras compõem mais de um quarto da população (segundo a PNAD contínua do IBGE) e, muito embora *as mulheres pretas ou pardas sigam recebendo em média apenas 44% dos rendimentos dos homens brancos*, representam 24% da força de Trabalho do País.

Muitas perguntas se colocam a partir disto. Seguindo o enfoque da Política representativa, indagam-se quais os aspectos que contribuem, inicialmente, para o aceite ou não das mulheres negras, especialmente das interlocutoras, de candidaturas a cargos eletivos. Por conseguinte, entre as eleitas, pergunta-se como essa representatividade é performada/operacionalizada.

Tendo em vista tais questões-problemas, empreendeu-se pesquisa nos sites das Câmaras municipais de 34 cidades que compõem a Região Metropolitana⁴² de Porto Alegre.

⁴⁰ Sobre a sub-representatividade de mulheres negras na Política, ver trabalhos como de Luiz Augusto Campos e Carlos Machado *A cor dos eleitos. Determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16. Brasília.

Empregando o termo como “sub-representação legislativa da população negra brasileira”, destaca-se a Tese de Doutorado de Osmar Teixeira intitulada *Direitos Políticos e Representatividade da População Negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo. USP, 2017.*

⁴¹ O termo aqui é utilizado em seu sentido mais amplo – de maneira intrínseca à vida e ao ser humano. Conceção esta que abarca a apreensão de muitos autores que, mesmo de diferentes áreas do conhecimento, debruçando-se sobre o estudo da Política convergiram, em certa medida, para um entendimento semelhante de tal acepção. (ARENDR, 1998; BAUMAN, 1998; BIROLI e MIGUEL, 2014; MOSÉ e FILHO, 2018).

⁴² A Região Metropolitana de Porto Alegre/RS concentra mais de 4 milhões de habitantes e abrange 34 cidades, a saber: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Viamão, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Glorinha, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, Portão, Triunfo, Charqueadas, Araricá, Nova Santa Rita, Montenegro, Taquara, São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Santo Antônio da Patrulha, Capela de Santana, Rolante e Igrejinha.

Nessa região está o município de Dois Irmãos/RS, cuja Gestão Municipal é administrada há duas gestões por Tânia Teresinha da Silva, mulher negra, que despertou interesse para esta pesquisa.

Busquei deste modo, informações no TSE, das candidaturas de mulheres negras especificamente da região metropolitana de Porto Alegre, as quais, por não estarem agrupadas (disponíveis no site a partir do ano de 2014 em diante), foram sistematizadas por mim mesma. Trata-se de um levantamento de vereadoras e prefeitas eleitas nas legislaturas de 2016-2020 nas Câmaras de Vereadores exclusivamente da Região Metropolitana de Porto Alegre com recorte de raça e gênero – privilegiando as candidaturas femininas, exclusivamente de mulheres negras (pretas e pardas) e brancas. Junto a isso, quando possível, levanta-se também os dados sobre vereadores eleitos e prefeitos de mesma Região, o que evidencia uma maior participação representativa de homens negros⁴³, quando confrontada à representação de mulheres negras:

- Das 450 cadeiras nos Legislativos Municipais referente às 34 cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, somente 50 são ocupadas por mulheres (brancas), ou seja, 11,11%;

- Dos 34 municípios, no período da legislatura investigada (2016-2020), somente 4 mulheres (brancas) – 11,7% – são gestoras do Executivo;

- 11,76% das cadeiras legislativas da Região Metropolitana são compostas por homens vereadores negros, nas localidades de Alvorada, Porto Alegre, Viamão e Taquara;

- Na Capital, referente à eleição de mulheres negras gaúchas eleitas, temos como vereadora em Porto Alegre, Karen Santos⁴⁴ (PSOL). Reginete Bispo (PT)⁴⁵ concorreu ao senado e, assim como a primeira, ficou na suplência do cargo. Karen Santos assumiu o cargo permanentemente em 2019, já Reginete Bispo, nas eleições de 2018, elegeu-se segunda suplente do Senador Paulo Paim; nas eleições de 2016, a suplência de Deputada Estadual; e, no Pleito de 2014, foi eleita vereadora suplente, assumindo o mandato de forma intermitente,

⁴³ Segundo Jurema Werneck, em entrevista concedida, o fato do gênero ser enfrentado por mulheres negras de maneira mais acentuada é porque “a linha de cor se coloca antes do gênero. Você pode [...] comparar com uma mulher branca nascida na mesma época, no mesmo lugar, com o mesmo nível de escolaridade, que vai ter diferença. Existe uma relação desigual que começa do homem branco, passa pela mulher branca, depois vem o homem negro e a mulher negra fica por último. A contradição maior está no nível de escolaridade já que as mulheres, brancas e negras, estão acima dos homens. Mesmo assim não é suficiente para superar as inúmeras diferenças. (BRASIL DE FATO, 2016)

⁴⁴ Mandato assumido em fevereiro de 2019.

⁴⁵ Atualmente ela é suplente de Senadora.

no mês de novembro⁴⁶. Por tratar-se de diferentes cargos eletivos, não se calculou o percentual.

- No Executivo dessas localidades, com recorte racial e de gênero, essa representatividade é de apenas 2,94%. Se observarmos isoladamente a interseccionalidade de gênero, o índice passa para 11,7%.

- A cidade com maior representação de mulheres no Poder Legislativo da Região Metropolitana de Porto Alegre é Taquara. Dos 15 assentos, 6 são ocupados por mulheres vereadoras, havendo 1 (um) vereador negro reeleito para segundo mandato. Na sequência, a maior representatividade em cargos eletivos ocupados por mulheres – tanto vereadoras, quanto prefeitas – concentra-se nas localidades de Novo Hamburgo, Sapiranga, Nova Santa Rita e Ivoti, destacadamente da Região do Vale dos Sinos⁴⁷.

- Soma-se aos municípios considerados anteriormente a cidade de Dois Irmãos, que tem uma atual mulher negra prefeita, que antes disso foi vereadora, totalizando 5 cidades de 13. Alcançariam 6 municípios, não fosse a cassação da Prefeita de Ivoti. Mas, considerando que a mesma assumiu um ano de mandato após o pleito, essa margem já atingiu 46,15%.

- Já os municípios de Rolante, Eldorado, Igrejinha, Portão e Araricá são caracterizados pela ausência de mulheres em cargos eletivos de suas Câmaras e Prefeituras municipais. Evidenciado isso, o número de mulheres gestoras do Executivo é 38,46% na Região do Vale dos Sinos.

Recordo rapidamente que o que está sendo elaborado até agora neste capítulo, refere-se aos dados que estatisticamente identificam uma sub-representatividade de mulheres negras nas localidades especificadas. Contudo, foi também pontuado que a falta de investimento não é o único fator responsável pelo número reduzido destas candidaturas. Se fosse destacado somente o fator econômico, estaria simplificando não apenas o mundo da política, mas também, e principalmente, a complexidade das vidas das mulheres negras.

O que estamos sugerindo é que, para se compreender o fenômeno da inserção das mulheres negras na política, faz-se necessário conhecer mais de perto e em maior profundidade não somente a estrutura social na qual as candidaturas das mulheres negras ocorrem, mas os contextos, as dinâmicas, os fluxos da vida cotidiana de mulheres negras protagonistas na e da política.

⁴⁶ Informações acessadas no site da Câmara Municipal de Porto Alegre. Acesso em junho de 2020. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/fotos?busca=Cedecondh&page=22>

⁴⁷ Composta pelas cidades: *Araricá*, Canoas, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Nova Hartz, Novo Hamburgo, *Portão*, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. A região do Vale dos Sinos integra a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Isto posto, é oportuno ainda recuperar que a elaboração do projeto desta pesquisa, teve sua escrita concluída em 2018. À medida que o mês de outubro se aproximava do final, num momento da política brasileira repleta de incertezas e inseguranças, lançava-me racionalmente na elaboração e desenvolvimento desta outra etapa da pesquisa, estabelecendo uma pausa para observar as desesperanças que se misturam e ameaçam o Estado Democrático de Direito, entretanto, sem deixar de sentir.

Felizmente, refugiar-me no abrigo da produção escrita naquele momento seguia e segue com algum sentido, já que intenciona refletir sobre a política a partir das trajetórias políticas de mulheres negras. Além disso, resgatando-se dados históricos da representatividade de mulheres negras na Política Brasileira, sabe-se que no ano de 1934, Antonieta de Barros, mulher negra catarinense, foi eleita a primeira Deputada Estadual no Brasil.

Com essa questão no horizonte, o primeiro campo para esta dissertação, realizado em julho de 2018, constituiu-se de pesquisa em arquivos públicos, documentos históricos e visitas a órgãos governamentais na cidade de Florianópolis a fim de revisitar a história e a trajetória política de Antonieta de Barros. Indagava-se qual a história e como se elegeu deputada em um estado oficialmente caracterizado pela imigração europeia como questões norteadoras da pesquisa naquele momento. Porém, um fato importante que ocorreu nessa primeira etapa da pesquisa me fez refletir sobre outras questões que vieram a reorientar o problema inicial do estudo.

Em uma das entrevistas que realizei com a exímia conhecedora da história de Antonieta de Barros, Jeruse Romão, uma referência interestadual e (inter)nacional do ativismo negro, perguntei se, ela própria, pensava em se candidatar. Sua resposta foi incisiva: *“Candidata, eu? Não!”* A partir disso, campo e pesquisa sofreram uma reviravolta. Aquela primeira aproximação com Jeruse enquanto colaboradora associada à minha pesquisa sobre Antonieta de Barros me fez perceber que o problema de pesquisa até então colocado estava direcionado somente para o final do processo, no caso, o não avanço ou o não aumento de mulheres negras eleitas na política.

A resposta de Jeruse, contudo, me fez questionar o meu foco no fim do processo, ou seja, a preocupação com o número de mulheres pretas e pardas eleitas. Fui levada, assim, a refletir sobre as condições das candidatas anteriormente à candidatura, condições até então ignoradas por mim. Em outras palavras, passou-me a intrigar quais as motivações que impulsionam (ou desestimulam) essas mulheres negras às instâncias políticas representativas.

A pesquisa, revigorada com o novo problema, voltou seu olhar para as histórias de mulheres negras com atuação política nos três estados mais ao sul do país. A circunscrição da pesquisa aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul justifica-se também pelo fato de que das sete mulheres negras abordadas nesta pesquisa, duas delas ocuparem mandatos atualmente; quatro terem sido candidatas, mas não eleitas; e uma, como já referido, embora atue politicamente, descarta até o momento uma candidatura. Os critérios de escolha destas foi resultante do acesso a um grupo de mulheres negras, tendo em Antonieta de Barros o seu fio condutor.

Redesenhado o problema de pesquisa, o campo propiciou oportunamente novos caminhos inspirados e conectados à biografia pioneira de Antonieta. Como será detalhado ao longo dos próximos capítulos em uma saída de campo para Florianópolis/SC, encontro Jeruse Romão, Valdeonira Silva dos Anjos, Edenice Fraga, Marilu Lima de Oliveira. De um desdobramento deste campo, sou encaminhada para Curitiba/PR, encontrando Alaerte Leandro Martins. Em Porto Alegre/RS, encontro Karen Santos, vereadora e, na Região Metropolitana da capital gaúcha, Tânia Terezinha da Silva, Prefeita na cidade de Dois Irmãos (única prefeita até o momento, também no Rio Grande do Sul).

A seguir retomo brevemente a apresentação de cada uma delas, já nominadas, acrescentando alguns detalhes sobre as localidades e os rumos que a pesquisa foi tomando.

2. 3 MULHERES NEGRAS. SETE. 3 ESTADOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

2. 3. 1 Dois Irmãos e Porto Alegre/RS

Dois Irmãos, localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, distante aproximados 60 quilômetros da capital, é uma cidade com pouco mais de 30.000 habitantes, segundo o censo do IBGE/2016. Esta cidade, porque passou a contar com a primeira vereadora negra – Tânia Teresinha da Silva, eleita por três mandatos, a partir da legislatura de 1996 a 2000. A mesma cidade, a partir do ano de 2010, elegeu-a por dois mandatos também primeira Prefeita negra, um fato inédito até o presente momento no Rio Grande do Sul. Esse fato teve bastante importância do delineamento desta pesquisa, como será visto em outros momentos da dissertação.

Na capital gaúcha encontra-se Karen Santos, vereadora eleita suplente em 2016, empossada vereadora em fevereiro de 2019, na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Devido ao pioneirismo de Antonieta de Barros, primeira deputada negra (mulher) eleita, no ano de 1932 à Assembleia Legislativa na cidade de Florianópolis – a pesquisa para lá direcionou-se. Sob essa perspectiva, Jeruse Romão, mulher negra catarinense, foi-me indicada por seu amplo conhecimento sobre Antonieta de Barros e por suas credencias já brevemente mencionadas, a serem detalhadas mais demoradamente no terceiro capítulo.

2. 3. 2 Florianópolis/SC

Avançando para a segunda localidade, tendo em vista os caminhos movimentados pelo próprio campo, chega-se à cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Dados censitários informam que é composta por mais de 500.000 habitantes.

A Câmara Municipal possui 27 assentos, dos quais só um é ocupado por mulher⁴⁸, eleita vereadora no último Pleito⁴⁹ (2016). Do total de 337 candidaturas à vereança em Florianópolis, 104 equivalem a candidatas mulheres ao cargo eletivo de vereadora. Dessas, constam 25 candidatas são autodeclaradas brancas e 20 são mulheres negras (entre autodeclaradas pardas e pretas), informações estas expostas no Quadro 2.

Integram-se ao estudo em Florianópolis, além de Jeruse Romão, Valdeonira do Anjos, Edenice Fraga e Marilu Lima de Oliveira, advindas de Pleitos distintos e em períodos eleitorais outros, que não somente os até aqui apresentados estatisticamente. Os fios comuns entre as trajetórias políticas delas quatro são abordados no próximo capítulo.

De Florianópolis para Curitiba, encontro a sétima interlocutora.

2. 3. 3 Curitiba/PR

Percorrendo trezentos quilômetros adiante, via BR 101, avizinha-se o Paraná. Permeando os trezentos e noventa e nove municípios, está a capital, Curitiba. Dentre as três capitais da Região Sul é a mais populosa, com pouco mais de 1,765 milhão de habitantes. Minha interlocutora em Curitiba é Alaerte Leandro, apresentada detalhadamente na terceira parte deste estudo.

⁴⁸ Outros 2 vereadores autodeclarados negros foram (re)eleito(s), sendo que um deles na Legislatura passada foi o vereador mais votado da cidade.

⁴⁹ Uma mulher, segundo sua identidade de gênero/sexo, e orientação sexual homossexual, elegeu-se (suplente), assumindo mandato em junho de 2018, num sistema de rodízio por um mês, no período que se celebra nacionalmente o mês do Orgulho LGBT. Com uma diferença de 0,52% (1.153 votos), a candidata mulher, numa disputa acirradíssima, não foi eleita Prefeita no segundo turno das eleições passadas (2016) em Florianópolis.

A Câmara Municipal é composta de 38 cadeiras. A atual legislatura (2017-2020) compreende 27 vereadores homens e 8 mulheres autodeclaradas brancas, e dois vereadores eleitos autodeclarados pretos⁵⁰.

Com relação a candidaturas, segundo a Justiça Eleitoral, nas eleições de 2016 foram registrados como aptos 1048 registros para o cargo de vereador, sendo 739 de candidatos homens AD brancos, e 309 de candidatas mulheres, perfazendo via gênero menos de 30% no referido Pleito. Destas candidaturas femininas, 262 referem-se a mulheres brancas, 47 de mulheres negras (entre pretas e pardas).

2. 4 REGIÃO SUL DO BRASIL

O Sul do Brasil, por sua posição geográfica e estratégica, desenvolveu-se de forma distinta de outras regiões. Além disso, foi colonizada por imigrantes europeus, entre eles, italianos, alemães, poloneses, austríacos, entre outros. Por meio da primeira grande política pública do Estado Brasileiro realizou-se o projeto imigracionista, que tinha, entre outros objetivos, eliminar o que alguns políticos e estudiosos do período chamavam de a “mancha negra” que maculava a nação. Fazer parte desta região do país é ser questionado constantemente por moradores de outras regiões sobre a presença negra, sobre os olhos azuis de seus habitantes ou quanto o forte grau de racismo existente nestes estados que correspondem Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Oliven, em *A Parte e o Todo* (1992), argumenta que se criou a ilusão de que ser brasileiro é viver o sob o regime do sol, do mar e da pele bronzeada e que pertencer de outra forma a este país acaba por se tornar algo extremamente complicado, na medida em que somos tomados pelo absolutismo dos trópicos e pela ideia de que somos levados pela alegria, euforia, pelos nossos sentimentos e emoções. Neste sentido, ser brasileiro no sul do Brasil é negar essa suposta existência construída pelo senso comum do brasileiro à beira da praia, do malandro carioca de vida fácil, e mergulhar numa região cuja ética protestante do trabalho orchestra a vida e a forma como as pessoas se organizam no mundo. Para além disso, ser sulista é sinônimo de organização, vida regrada, trabalho no campo e, sobretudo, não ser negro(a).

⁵⁰ A saber, Herivelto Oliveira e Mestre Pop, com as informações disponíveis em: <https://www.cmc.pr.gov.br> Segundo reportagem do ano de 2013, noticiada no site Banda B, o Vereador Mestre Pop é contra cota racial para o Poder Legislativo.

Seiferth, em *A colonização alemã no Vale do Itajaí (1974)*, ao relatar a chegada do Sr. Blumenau às terras do Norte do Estado, descreve o barqueiro negro que foi receber o recém-chegado imigrante que falava fluentemente a língua teuta do futuro colonizador. Desde os primórdios da colonização, a presença negra se fez presente tanto no Norte quanto ao Sul do estado de Santa Catarina, algo que acabou por ser invisibilizado pela literatura histórica, sociológica e filosófica.

Reis e Scherner, duas jornalistas, em *O Paraná Preto (2015)*, ao organizarem um livro-reportagem, revelam por meio de pesquisa histórica e levantamento inédito, inúmeras organizações e atuações de negras e negros, abscondidos em um estado considerado comum e predominantemente branco.

Esse processo de apagamento e invisibilidade construído pelas humanidades quanto à existência dos negros no sul do Brasil propiciou uma série de mal-entendidos e causou uma imensa defasagem no acesso a distintos serviços e direitos por parte dessas populações, assim como fez com que as práticas racistas ganhassem cada vez mais espaço nas políticas de Estado produzidas no sul. Segundo Ilka Boaventura Leite (1996), em *Negros no Sul do Brasil*, os direitos dos quilombolas, por exemplo, jamais foram atendidos porque estes não eram vistos como os verdadeiros donos de suas terras, alienadas pelo direito de propriedade oriundo dos decretos 487 e 488 da Constituição Brasileira de 1988.

Em suma, a forma como o Sul foi apresentado ao mundo e ao país demonstra como a ideologia do branqueamento nesta região se tornou um ideal, expandindo um pensamento de que a Europa transferia, por sua realeza ancestral, os préstimos da nobreza sobre os homens que habitam as longínquas estepes do Brasil Meridional. Ainda, o que de mais nefasto poderia acontecer foi revelado pelo conservadorismo desta região que acabou mudando os rumos da nação em nome da moral, dos bons costumes, em nome da família, ao eleger um presidente da república (em 2018) que tinha como bandeira de campanha a negação de muitos dos direitos conquistados durante décadas de luta e emancipação: os direitos das populações negras, o reconhecimento do racismo enquanto crime e os efeitos deste na vida das pessoas, a luta LGBT, entre outros.

2. 4. 1 “O Racismo é o Sul do Brasil” e o Conservadorismo

Pensar a participação política das mulheres negras no contexto do sul do Brasil nos confere uma série de implicações. Como nos aponta Bhabha (1998), as contingências históricas que nos levam a elaborar estratégias que legitimam a emancipação e as lutas pela

obtenção de direitos contra a dominação e a subjugação, bem como a diáspora e o deslocamento, são orquestrados pela indeterminação de signos e práticas sobrepostas nos discursos daqueles que vivem tais processos enquanto sujeitos pós-coloniais. Ouvi essas histórias das mulheres negras que durante esta etnografia ousaram desafiar os certames da causalidade e das consequências do discurso social determinista, que seguramente as encaminhariam à “vala comum” do destino reservado pelo Ocidente às suas práticas.

Tendo como pano de fundo o cenário desfavorável às candidaturas de mulheres negras já descritas anteriormente, a presente pesquisa visa explorar alguns casos que desafiaram o desfavorecimento histórico, especialmente em se tratando da região do país conhecida por sua colonização de influências europeias. Localidade ainda, em que, segundo Silva (2017), os afrodescendentes racializam-se enquanto ser negro sob estes domínios.

Interpretarmos como se dão as relações raciais num lugar conhecido pelo resto do país como a “Europa brasileira”. Ou seja, nos estados brasileiros onde as características associadas à identidade regional remetem ao trabalhador agrícola branco e descendente de europeus que tem na ética protestante o hino de louvor em direção ao progresso do país [...] Uma das questões intrinsecamente ligadas a esta situação é o desenvolvimento de uma historiografia que busca invisibilizar a presença do negro no sul do país ou mesmo de reduzir sua importância no quadro geral do processo de colonização em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. As Ciências Humanas preocuparam-se em legitimar esta visão simplista e racista de participação dos negros no sul através de dados estatísticos utilizados nos centros urbanos que mediam, por meio dos latifúndios a quantidade de escravos, extensões de terra, além de outros parâmetros muito comuns em abordagens positivistas e marxistas [...] Em Oliven (2006) apud SILVA, algumas formas de viver não fazem parte do imaginário brasileiro de ser, ao pensar de que forma os regionalismos articulam identidades locais e nacionais, ao mesmo tempo em que assinala com Leite (1996) o fato da presença dos negros ser negada através do discurso da colonização (SILVA, 2017, p. 136-137)

O que vamos ver nesta dissertação são narrativas de sublevação de mulheres negras que não só desafiaram espaços e lugares destinados ao controle de seus corpos, mas que inscrevem experiências que se deslocam entre as fímbrias do Estado e desestabilizam a homogeneidade remanescente do “domínio simbólico das identificações simbólicas e sociais” (BHABHA, 1998, p. 242). A seguir, apresento um quadro com dados de raça/cor nos diferentes estados do Brasil grifando em cor amarela os percentuais dos três estados do Sul.

Quadro 3 – População brasileira por cor ou raça

Variável - População (Mil pessoas)				
Trimestre - 2º trimestre 2019				
Brasil e Unidade da Federação	Cor ou raça			
	Total	Branca	Preta	Parda
Brasil	209276	89706	19219	98192
Rondônia	1764	500	111	1137
Acre	864	153	39	661
Amazonas	3975	653	136	3097
Roraima	532	110	49	333
Pará	8551	1468	698	6297
Amapá	835	146	62	620
Tocantins	1558	309	174	1062
Maranhão	7036	1302	858	4798
Piauí	3271	603	314	2344
Ceará	9122	2465	480	6113
Rio Grande do Norte	3504	1316	281	1895
Paraíba	3993	1290	237	2445
Pernambuco	9493	2944	584	5872
Alagoas	3329	804	182	2310
Sergipe	2296	517	226	1539
Bahia	14846	2603	3255	8817
Minas Gerais	21142	8422	2520	10157
Espírito Santo	4009	1442	450	2085
Rio de Janeiro	17249	7781	2280	7094
São Paulo	45861	26822	3475	14769
Paraná	11408	7352	445	3462
Santa Catarina	7140	5798	227	1072
Rio Grande do Sul	11351	9035	703	1550
Mato Grosso do Sul	2705	1172	181	1305
Mato Grosso	3425	1029	354	2000
Goiás	7007	2492	570	3890
Distrito Federal	3007	1180	328	1468

Fonte: IBGE⁵¹ - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Não apenas os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são “mais brancos” do ponto de vista demográfico, como também tem se provado mais conservadores. Observe-se, por exemplo, que na eleição presidencial de 2018, ampla maioria de votantes da

⁵¹ Como o pontuado por Denis Denilto, presidente do Conselho de Política Étnico Racial de Curitiba e professor de filosofia, “[...] negro no contexto do IBGE é também um conceito político. Ou seja, pretos e pardos formam a população negra por pertencerem a mesma curva de exclusão social.”

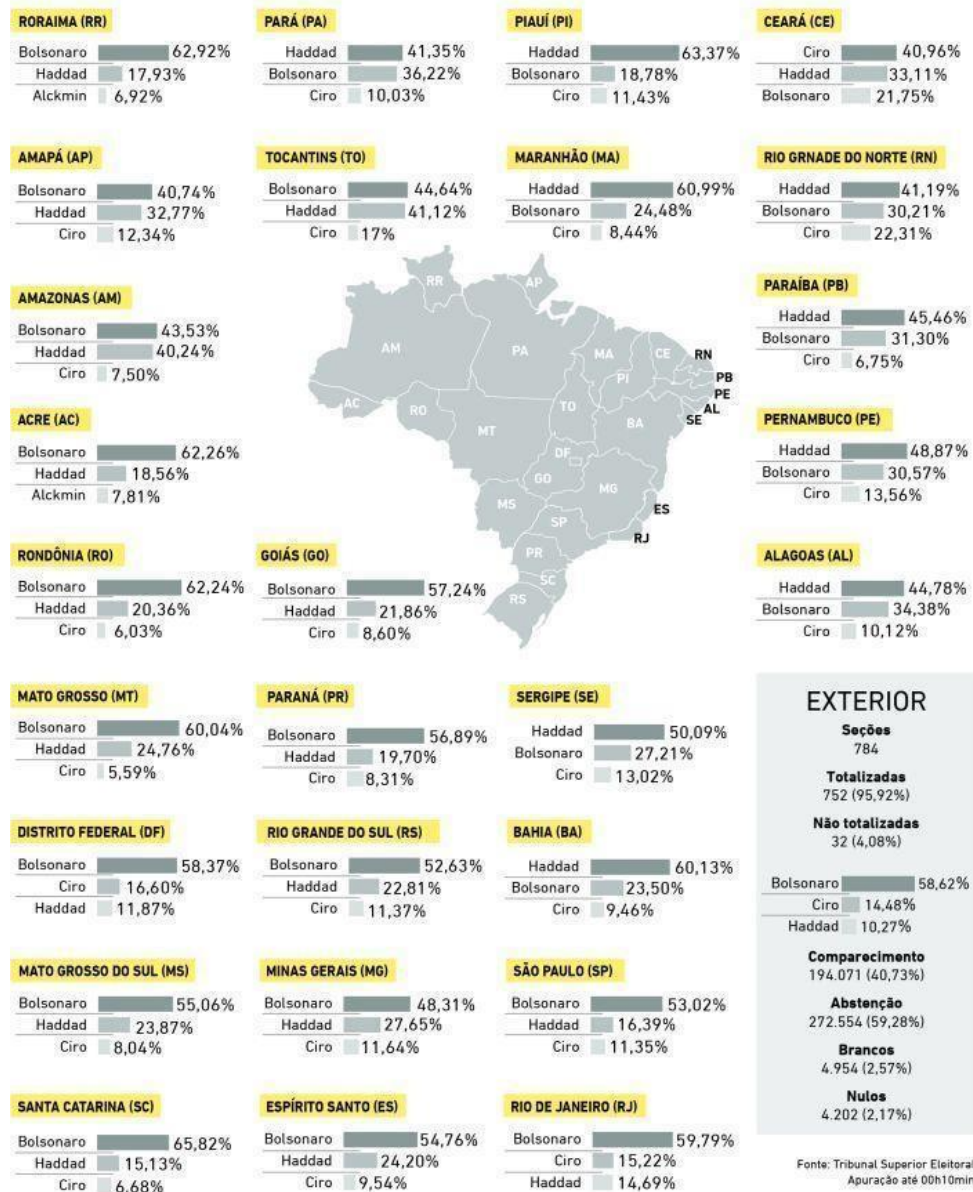
região Sul Brasileira, segundo dados do DataFolha, no primeiro turno, foram direcionados para uma candidatura extremamente conservadora.

Ainda que quantitativamente reduzidos os percentuais para o segundo turno, que não serão aqui descritos, com a imagem abaixo é possível visualizar os números anteriores, referentes ao primeiro turno.

Figura 4 - Eleição Presidencial 2018

O RESULTADO PRESIDENCIAL POR ESTADO NO 1º TURNO

Confira o resultado da corrida ao Palácio do Planalto, por estado.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tomamos, a seguir, emprestada a análise de Facchini e Sívori (2017) para esclarecer o que está sendo chamado de “virada conservadora” no Brasil:

Para analisar o que se tem referido como uma “virada conservadora” no Brasil, o artigo de Ronaldo de Almeida (2017), “A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo”, nota que termos como “conservadores”, “fascistas”, “fundamentalistas”, bem como as referências generalizantes a “os evangélicos”, construídos relacionalmente no debate público, circunscrevem “um conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos com interesses parcial e conjunturalmente comuns”. Estes últimos se constituem por meio de linhas de força que estabelecem conexões parciais entre “evangélicos” e “conservadorismo”. No vetor econômico, se celebra a meritocracia e o empreendedorismo; no vetor da moralidade pública, se impõe uma agenda reguladora e restritiva; no âmbito das demandas e da movimentação política, demandam-se políticas de segurança mais punitivas e repressivas; e, por fim, no que se refere à qualidade e à intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político, se produzem manifestações de intolerância social. (FACCHINI; SÍVORI, 2017, n. p.).

Sabidamente, os últimos anos, a partir de resultados eleitorais presidenciais no Brasil e no mundo, evidenciam um avanço do conservadorismo, que ganha força em debates públicos sobre questões como aborto, gênero, identidade de gênero. Pautas essas constando nas agendas de setores conservadores, religiosos em grande parte, que, aglutinados e em coalizões, operam como um movimento antigênero, espalhando ondas de pânico moral (VIGOYA apud SCAPINI, 2019).

Seguem ganhando adeptos e por bancadas legislativas amplamente representativas dessas crenças, elaboram e aprovam leis goela abaixo. Na força! Exemplo disso, foram os projetos de lei versando sobre Escola sem partido⁵², um ataque ao setor da educação sem precedentes.

Recorro a este fato já existente para explicitar como isto correlaciona-se com a política institucional. Na dissertação de Gabriela Scapini (2019, paginação) ‘*Rumo à vitória com a permissão de Deus*’: campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016, a autora “argumenta como no caso destas acessarem espaços na política institucional (...) representem indiscriminadamente todas as mulheres nem tampouco que os temas de uma agenda feminista serão colocados em prática por elas”. E segue:

Por outro lado, uma política centrada apenas nas ideias pode ser insuficiente para responder adequadamente às experiências concretas de grupos que, em virtude de sua raça/etnia, gênero, sexualidade, religião, foram excluídos da arena decisória. A inclusão política, cada vez mais, volta-se para a presença. (SCAPINI, 2019, p. 43)

⁵² Disponível em: <https://pesquisandoesp.wordpress.com>
No Rio Grande do Sul, PL 163/2017(ALERGS), em Porto Alegre PL 124/2016
(<https://www.camarapoa.rs.gov.br/projetos>).

Ou seja, em um país com marcada trajetória de exclusões, aqui sublinhada a da esfera política, sobretudo onde incluir signifique estar presente, não somente representado. Especialmente na região sul do Brasil, contemplando negras, mulheres eleitas e mandatárias em cargos eletivos, presenças as quais, por si só, justificam serem apreendidas e ampliadas.

Diante disso, justifica-se perguntar quais os fatores ou as dinâmicas sociais e políticas que possibilitaram a ascendência política das mulheres negras, vislumbrando no horizonte a possibilidade de contribuir para a promoção de um maior protagonismo deste segmento da população.

Cabe ressaltar que ao escolher enfocar trajetórias sociais de mulheres negras na política estamos construindo um problema a partir de um referencial sócio-antropológico que privilegia as relações entre agentes que produzem realidades concretas e vice-versa. A pertinência de realizar um estudo baseado em trajetórias está na sua capacidade de perceber a interpenetração das esferas pessoal e sociais na construção de realidades políticas. A partir desse enfoque, mais do que olhar para o final do processo, ou seja, o não avanço ou o não aumento de mulheres negras na política, interessa o percurso, isto é, como as estruturas sociais que inibem a presença dos negros na política interagem com as motivações e os desânimos, as idas e vindas, os impulsos e as hesitações que acompanham essas mulheres no caminho da política institucional (SCAPINI, 2019).

Com isso pretendemos nos distanciar de interpretações que privilegiam aspectos como a personalidade individual das mulheres em questão. Ou seja, apesar da pesquisa desenvolver-se a partir de casos específicos, não está em pauta a disposição psicológica das mulheres como foco da análise. Compreender algumas de suas vivências e percorrer uma jornada pelas trajetórias políticas de cada uma delas, sim.

3 PERCURSOS, REFERÊNCIAS E CRÍTICAS

Este capítulo encontra-se dividido em três partes: na primeira, que chamei de “Percurso”, proponho-me descrever brevemente as integrantes biografadas da pesquisa. “Pesquisas que dialoguei” denomina a segunda parte, em que discorro sobre alguns trabalhos de pesquisa que dialogam com esta dissertação. Eles se referem ao mesmo problema da sub-representatividade das mulheres negras na Política, embora em outros lugares e contextos brasileiros.

Uma série de inquietações que se avolumaram a partir de cada leitura, de cada conjunto de dados com os quais me deparei são trazidos na terceira parte. Nesse sentido, intitulo o último segmento de “Etnografia motivadora, engajada e crítica (Pesquisa-inquietAÇÃO)”, relacionando-o com a forma de construção dos dados desta pesquisa. Como já explicitado desde o início da dissertação, este trabalho é uma compilação de etnografia e biografias (pessoal e) das interlocutoras.

3. 1 PERCURSOS

O tempo passa em momentos. Momentos que ao se voltar no passado definem o percurso de toda uma vida, assim como a levam para seu final, e como é raro nós nos determos para examinar esse percurso, para ver as razões porque todas as coisas acontecem, para pensar se esse caminho que percorremos na vida somos nós quem tomamos ele ou nos atiramos de olhos fechados – e se pudéssemos parar, fazer uma pausa para avaliarmos cada precioso momento antes que ele passe, será que poderíamos ver influentes bifurcações na estrada que deram forma a uma vida? E ao vermos tais caminhos poderíamos escolher outro(s)? (Autoria desconhecida)

Adoto este texto introdutório para apresentação das ideias principais desta parte primeira, destacando a palavra *percurso* e seu três significados mais imediatos: 1) “ação ou efeito de percorrer; 2) a distância que pretende percorrer ou foi percorrida e/ou 3) o caminho que se deve fazer” (DICIO, 2019), os quais municiam esta empreitada antropológica.

Assim, proponho pensar na elaboração do projeto, na imersão em campo e na relação com as interlocutoras, que agora exigem ser (como que) transmutadas para uma escrita inteligível e produtora de conhecimento, como percurso.

3. 1. 1 Ação ou efeito de percorrer

Enquanto verbo e indicativo também de acontecimentos representados no tempo, compreendidos ainda como ação, estado, processo. Este foi o sentido previamente evocado na Introdução desta dissertação que discorreu como se chegou ao problema de pesquisa.

3. 1. 2 A distância que pretende percorrer ou foi percorrida

Rio Grande do Sul: (do município) de Gravataí a Dois Irmãos 57km. De Gravataí a Porto Alegre 20km. Dali para à cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina 497km. Retorno(s)

São 718km viajados até chegar à localidade de Curitiba, no Paraná.

[...] Outro dia. Outra semana. Períodos ao longo de anos (2018 e 2019), ora no mesmo mês, ora com intervalos maiores. Estadias variáveis. Idas, vindas: (v)ida – a percorrer, distâncias percorridas

Esta disposição, intenciono que não seja tomada como mera descrição de excerto do diário de campo pessoal, as quais nem assim lá constam. Ao contrário, que sejam compreendidas menos na (indeterminada) quilometragem e mais nos afastamentos e aproximações físicas, significativas. Ou seja, deslocamentos espaciais, relacionalmente distanciando ou aproximando. E que, sobretudo, informam a extensão percorrida para o alcance desta pesquisa, não em números, mas em rastos e intensas contiguidades do percurso⁵³.

3. 1. 3 O(s) caminho(s) que se deve fazer

Caminho(s) desembocado(s) na Região Sul do País, nas localidades de Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Dois Irmãos e Porto Alegre/RS. Lonjuras estabelecidas, chega-se às ferramentas metodológicas, ao sucinto embasamento teórico e sintético levantamento bibliográfico acerca de trajetórias sociais, embasadas nas biografias das entrevistadas.

⁵³ o pensamento encontra em alguma medida, proximidade aos dilemas do “estar aqui” e “estar lá” ancorados em uma Antropologia interpretativista, pautadas por Clifford Geertz (2005) no trabalho *Obras e vidas*, o antropólogo como autor. Mas que em linhas gerais, transpõe a equivalência nesse “estar lá” aos trabalhos de campo enquanto uma experiência de cartão postal. E no retorno, às elaborações do texto antropológico, para respectivas leituras ditas especializadas, críticas e até publicações, nesse “estar aqui”.

Esta pesquisa debruçou-se sobre as experiências de sete mulheres negras, localizadas na região sul do Brasil, que, inseridas no âmbito da política institucional, por meio de suas percepções, explicitam o ensejo de sua(s) respectivas (não) candidatura(s) a cargos eletivos.

Para tanto, realizei entrevistas semiestruturadas com roteiro de questões, combinada à análise das narrativas com a finalidade de trazer à tona perspectivas ampliadas da complexidade das experiências vivenciadas/experimentadas por elas, movimentando-se a candidaturas na esfera da “política institucional” (SCAPINI, 2019).

A questão direcionadora deste estudo transformou-se/transfez-se para: Quais as motivações (des)favorecem, ou não, o aceite ou a negativa das sete mulheres negras, partícipes da pesquisa, a candidaturas a cargos eletivos? Isso será melhor detalhado no terceiro capítulo, quando são apresentadas as narrativas das interlocutoras.

Antes, parece-me relevante apresentar um pouco mais sobre cada uma delas.

Atentando-se que:

[...] o nome do autor, presente na capa da obra, referência soberana à interioridade de uma individualidade produtora de conhecimentos, é um buraco (...) que suga subjetividade, rouba intensidade com que os enunciados poderiam ser ocupados por outros nomes. A obra antropológica desvencilhando o nome do autor faria emergir a polifonia em toda a sua potência. Então cada personagem da etnografia ocuparia plenamente o lugar de sua fala, o direito ao discurso sobre si sem interpretações, sem traduções, sem mediações (ANJOS, 2006, p. 8)

A partir dessa perspectiva, quero chamar a atenção para uma dissertação compartilhada; para a experiência coletiva do estudo, com a recorrência dos temas, com os compartilhamentos das ideias, das percepções de cada uma das interlocutoras. Entretanto, com a prudência advertida em “Nossos passos vêm de longe! Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o Sexismo e o Racismo”, de Werneck (2010), sobre diferentes vozes ao se juntar muitas fontes, inominadas propositadamente, dada:

[...] a riqueza e a amplitude da circulação de ideias que não sabemos onde começam, que se entrelaçam, que se propagam especialmente entre mulheres, criando comunidades de saber cujas fronteiras são imprecisas. E ainda, por ter dificuldades de aceitar, nesta circulação dinâmica de ideias, seu encarceramento nos paradigmas do individualismo ou da propriedade privada.

O desafio, outrossim, é de que nestes escritos e elucubrações, do pouco de cada uma, Muitas! Para além do resultante de projeto e(m) pesquisa, os desenlaces (de muitos) de Nós.

Nesta tentativa, apresento cada uma das sete mulheres negras, como que, retrospectivamente, conservando a maior parte do que relataram autobiograficamente a esta pesquisadora.

Ainda assim, a organização dos relatos contempla processos estilísticos de apresentação diferentes. Exponho resolutamente um maior volume de informações a respeito de Jeruse Romão nesta parte; isto porque ela posiciona-se como “não-candidata”. Diferentemente das entre eleitas e candidatas – demais seis, as quais terão suas trajetórias políticas aprofundadas em suas narrativas (ver capítulo 3).

3. 2 SENDAS

3. 2. 1 Jeruse Romão

Mulher negra⁵⁴. Sexagenária. Yalorixá. Pedagoga, há proximamente quatro décadas. Mais: Educadora. Fundadora do Núcleo de Estudos Negros (NEN). Professora do Estado e Orientadora de trabalhos universitários. Vem atuando como consultora do MEC, também nas Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, de Florianópolis, do *Oiapoque ao Chuí*, e além. Atualmente, está Assessora Parlamentar comissionada na Câmara Municipal de Florianópolis. Militante e ativista. Escritora, com diversos trabalhos publicados. O projeto autoral mais recente é um livro sobre a história não contada de Antonieta de Barros. Brindando-nos com esta mestria obra de sua(s) vida(s) e a antecipação de descobertas, como a informação de que Antonieta, além de dirigir, possuía também um fusca⁵⁵.

Em algum momento Jeruse pretende escrever sobre a “tentativa (exitosa) de movimentar uma juventude em um coletivo chamado LGBT afro”, o qual sua filha segue tocando. Ela afirma gostar muito de sua “personalidade transgressora, sem medo de desafios”. Após a separação do pai de seus filhos (um casal), segundo ela, compreende-se entre as primeiras da comunidade a se relacionar homoafetiva e publicamente em Santa Catarina. E, desde então, prossegue coletivamente fortalecendo a população LGBTTI, as em situação de rua, a população negra em situação de rua, a população invisível. Reitera uma disponibilidade integral para as pessoas que ficam na margem, por quem se refere como “atraída” – à juventude negra, à mulher, ao imigrante, às populações vulneráveis. De forma alguma assistencialista, pelo contrário, desafiada a fomentar políticas públicas para melhoria dessas condições.

⁵⁴ A expressão segue empregada anaforicamente, com a repetição dos termos no começo das frases em cada item nominal desta seção, a respeito das sete interlocutoras, a fim de intensificar como elas, em suas sendas, reconhecem a si e reiteram.

⁵⁵ (ROMÃO, 2020). Lançamento do livro previsto para segundo semestre do ano corrente.

Reconhece-se impaciente para as “coisas da academia”, entretanto revela que gostaria de ter deixado mais escritos e que o universo acadêmico sabe poucas coisas suas. E confia sobre uma caixa pessoal de documentos (compartilhada grande parte comigo em um encontro na casa dela) onde estão guardadas muitas informações valiosas. Com isso, Jeruse conforta-se pressagiando que “coisas vão aparecer”. Daqui a alguns anos, quem (se interessar) for lá trabalhar nos materiais perceberá que ela, embora não publicado, falou disso aqui, como que dizendo “olha, ela contou ali sobre gênero, sobre pessoas à margem”. Também comenta de sua vontade de ter escrito e ainda escrever mais reflexões sobre educação das relações étnico-raciais em Santa Catarina.

Contando de seu percurso pessoal, aponta que a “militância falou mais alto”. Mas que outras coisas (ainda pouco conhecidas, divulgadas) vão aparecer, vão ficar. Como: o seu prazer imenso pela arte, o amor especialmente à arte negra, como os quadros negros das décadas de 40 e 30, o seu gosto por telas. Sente ao mesmo tempo que lamenta por não ter maior tempo para isso. Relembra do seu pai e de sua mãe como musicais. E que cantou em bandas de gurias jovens. E que se reconhece bem musical. Gosta muito e é muito aficionada à música. Ajuda-a a escrever. Remete a fatos importantes de sua trajetória, pontuando seu gosto por artes e de ter morado em Salvador (BA), e do apreço de andar pela cidade (mesmo que assuma não ir aos lugares para ir para praia, por exemplo). Vai para um lugar para ver o que as pessoas produzem. Isso chama-lhe muita atenção. E revela ter mais coisas na memória do que as pessoas, por vezes, pressupõe. Admite-se feita a valorizar o que o homem produz. Então cultura, cultura popular, essas coisas, ela dispara que se tivesse mais uns 50 anos, voltar-se-ia para o tema. E que, nesse sentido, se acha um pouco *antropóloga* às vezes. Elucidando que, por vezes, quando vai a uma comunidade indígena, identifica-se com aquele lugar – olhando, observando. Identifica-se, conseguindo imaginar o valor cultural das coisas. O que se repete quando vai em (comunidades remanescentes de) quilombos também. Chamando-lhe muito mais absurdamente atenção. Livros afeiçoam-na (não necessariamente pelos textos, habitualmente pelas imagens).

Ela – Jeruse Romão manifesta e revela que “se pudesse voltar, um desejo de ser/ter sido antropóloga, não pedagoga. Talvez com a pegada de educação, mas a que descobriu da/na antropologia”. Que devia ter feito cedo. Mas como não teve muita oportunidade, até porque foi a primeira pessoa negra da sua família que cursou graduação. Relembra nem ter muita experiência, nem saber o que era Universidade. Então fez o vestibular, passou. E pronto. Repete de maneira nostálgica que teria feito antropologia.

Também espera que “apareça a caixa com gravuras que ela tem, que vem guardando nem bem sabe ‘o quê’”. Mas tendo um papelzinho que seja de embrulho e ache bonito, ela guarda. Vindo a aparecer também, os incontáveis presentes e recordações de boa parte do país, lugares por onde percorreu – entre colares indígenas, artesanatos e demais objetos que estão na casa dela, na casa de imagens dos Santos. Referindo como “até” que pouco hoje. Teve muito mais, mas foi “dando, dando, presenteando. Vai aparecer”, enfatiza Jeruse.

Dentre gostos e gostares, ela recorda que apreciava fazer crochê. Hoje não gosta mais, não faz mais. Reiterando por outro lado a música, muita música, e sua coleção de vinil na casa da irmã dela (lembrando-se que tem que ir lá ver). Presume: “ficar isso também”.

“Antigamente quando era seguro na rua, andava às vezes, assim à noite, um pouco de boêmia também da cidade de Florianópolis que não essa de hoje, mas que teve isso também”. Teve uma época que Jeruse Romão relembra como: “tendo muitos amigos brancos que circulavam por uma parte da cidade. Atribui que para fazer parte da turma experimentou essa parte mais boêmia de Florianópolis (e só uma parte continua), e hoje não mais”

Ela também reflete sobre um lado seu “muito tecnológica” que não é de hoje, lhe atraindo qualquer novidade. Remonta à primeira máquina elétrica que mesmo nem sabendo bem o que era, mas que sentia gostar, queria conhecer, mexer, aprender.

Pontua o “seu gosto de ficar em silêncio”. Rememora a época em que “ia muito a cinema (que não era em shopping). Junto com amigos, reproduziam pequenos curtas. Música na lagoa.” Com esses pensamentos, Jeruse apresentou um lado seu refletindo que “se não tivesse sido engolida pela militância, poderia ter desenvolvido (mais) outras coisas, outras linguagens na vida dela, para além das de agora ”.

3. 2. 2 Valdeonira Silva dos Anjos

Mulher negra. Aluna de Antonieta de Barros. Na vitalidade de seus 84 anos, nascida em Florianópolis, moradora da localidade conhecida como Morro do Céu. Fundadora da Escola de Samba DasCuia, apelido emprestado de seu marido, falecido no ano de 2018. Fundadora também da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB). Idealizadora da Companhia de artesanato de Fuxico. Professora estadual aposentada. Pedagoga formada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-graduada na mesma instituição. Professora aposentada da Universidade Estadual de Santa Catarina. Mãe de oito filhos.

3. 2. 3 Edenice Fraga

Mulher negra. Edenice da Cruz Fraga. Primeira Tenente-Coronel⁵⁶ da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). Na Reserva (aposentada) desde o ano 2016. Primeira Diretora da Escola Militar. Nascida no ano de 1967, no Morro do Mocotó, na cidade de Florianópolis.

Edenice Fraga é também escritora⁵⁷, poetisa. Além disso, obteve diversos títulos e condecorações no decorrer de 2019. Também, atuando a convite como apresentadora de Programa Televisivo em Florianópolis. Com titulações⁵⁸ extensas na Academia de Letras de Santa Catarina. A Formação de Oficiais⁵⁹ (UDESC), duas especializações – uma na área de Gestão Pública (UNISUL), e a segunda em Atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco (UDESC) –, reforçam seu portentoso currículo educacional-formativo.

Filha de dona Vilma Pereira Fraga, que por muito tempo foi lavadeira para ajudar o esposo Valmir Fraga (in memoriam), Subtenente da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, no sustento dos seus oito filhos.

Edenice, enquanto filha de militar, encontrou na postura do pai o conceito de cidadão. Quando criança e adolescente não existiam mulheres na polícia. No primeiro curso de oficial, ocorrido em 1983, ela não tinha idade para ingressar. Na época, o próximo curso era só dali quatro anos. Já a Formação para oficiais-Masculino havia anualmente. Para mulheres, de 1984 adiante, a periodicidade passou a ser a cada quatro anos. Nesse ínterim, entre um e outro, Edenice Fraga prestou e foi aprovada no vestibular para o curso de Biologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Relembra de sempre ir lá olhar para ver atualizações sobre o curso de formação de Oficiais.

Paralelamente ao surgimento das vagas para mulheres e principalmente quando viu que era um espaço que não tinha ainda representatividade negra, que tinha ainda poucas mulheres – percebendo-se com potencial e capacidade de estar ali – tal como seu pai –, pelo qual notava a profissão (de policial militar) como o sacerdócio, pronto para ajudar o outro.

⁵⁶ Penúltimo degrau na hierarquia da corporação.

⁵⁷ Entre os livros mais recentes: *Eu conto um conto: A história do Escravizado no Brasil* (2019).

⁵⁸ Embaixadora da Paz pela UPF (Federação pela Paz Universal); Membro imortal da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina; Membro da Academia Nacional das Ciências, Letras e Artes, Membro da Federação Brasileira dos Acadêmicos das Ciências, Letras e Artes; Membro do Grupo de Poetas Livres de Florianópolis; Membro da Academia Desterrense de Literatura; Membro da Cultive-Association International D'Art, Littérature Et Solidarité - Intercâmbio Brasil e Suíça. Mulher Destaque Santa Catarina pela Academia de Letras do Brasil Seccional Santa Catarina e Comendadora do Conselho Internacional dos Acadêmicos de Ciências, Letras e Artes; Medalha Cruz e Sousa, pelo governo do Estado de Santa Catarina (a mais alta honraria do meio cultural) e medalha Cruz e Sousa pela Prefeitura Municipal de Florianópolis; Medalha Albertina Krummel Maciel pela Prefeitura Municipal de São José.

⁵⁹ Com a mudança de currículo, passou a chamar-se Bacharel em Segurança Pública.

Seu porte físico menor, ou rótulo de patricinha que recebia à época, não demoveu Edenice Fraga de ingressar, profissionalizar-se e seguir carreira na polícia militar, de forma bastante corajosa. Sentimento que recorda ter desde muito cedo. Filho: um.

Candidata à Deputada Estadual nas Eleições de 2018, pelo partido Rede Sustentabilidade. Seu resultado eleitoral: 2.507 votos.

3. 2. 4 Marilu Lima de Oliveira

Mulher Negra. Nascida no ano de 1962, no centro de Florianópolis. Apresentou-se como criança encontrada no lixo, abandonada no mês de maio, no dia 27. Entregue à sua mãe de criação. Desde 1982 está nomeada Servidora pública estadual, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC).

Coordenadora do PAB (Programa Antonieta de Barros)⁶⁰ no período de 2005 a 2016. Também autora do artigo de conclusão, apresentado ao curso de Especialização em Direito do Estado: “O compromisso do Estado e a responsabilidade do Poder Legislativo na implementação de Políticas de Ação Afirmativa”⁶¹, por meio do qual reflete “sobre a responsabilidade dos parlamentares sendo o Estado, o indivíduo e a sociedade os atores deste processo de implementação de políticas de ação afirmativa, a partir da Lei no 13.075/2004 que instituiu o Programa Antonieta de Barros no âmbito do Legislativo Catarinense”. Graduada em Pedagogia pela UDESC.

Mãe de um casal. Avó. Divorciada. Candidata a vereadora no ano de 2016 (com 322 votos), pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

3. 2. 5 Alaerte Leandro Martins

Mulher Negra. Doutora Alaerte Leandro Martins – com seu Doutorado em Saúde Coletiva pela USP (2007). Mestra em Saúde Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (1987). Na área acadêmica, tem diversos artigos e pesquisas voltados aos temas da Saúde da

⁶⁰ Para ampliar a compreensão sobre o Programa Antonieta de Barros (PAB) e sua importância social e política quando de sua implementação no Estado de Santa Catarina, consultar trabalhos como VIEIRA. C, FELIPE. Estudo de Caso do Programa Antonieta de Barros: proposta de certificação de responsabilidade social às organizações parceiras da empregabilidade social. 2015, UDESC.

⁶¹ OLIVEIRA. L, Marilu. UDESC. Florianópolis: 2013

Mulher, de Mulheres negras e enfermagem, da “Mortalidade de mulheres negras no Brasil”, sob este título, entre uma de suas diversas publicações.

Servidora pública estadual, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (2ª Regional). Ao longo dos últimos doze anos vem integrando diversos conselhos de implementação e monitoramento de políticas públicas – principalmente na área da Saúde; por exemplo, das nomeações como representante do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná (CES-PR), Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CDM/PR).

Fundadora e membra da Rede de Mulheres Negras do Paraná, no ano de 2006.

Constituída como Organização Política:

Sem fins lucrativos, autônoma e independente fundada para reivindicar e ampliar a implementação de políticas públicas específicas. Tem como missão promover a ação política de mulheres negras paranaenses na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia, lesbofobia e todas as formas de discriminação. A organização reúne mulheres negras de todas as regiões do Estado com atuação nas áreas de educação, cultura, saúde, promoção e defesa dos direitos humanos, geração de renda, valorização da identidade de gênero e raça/etnia. A organização também possibilita atuação conjunta com outras organizações do movimento social. A Rede Mulheres Negras - PR tem como missão promover a ação política de mulheres negras paranaenses, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia e todas as formas de discriminação (REDE MULHERES NEGRAS-PR)⁶².

Impulsionadora de iniciativas como a Rede, além de sua ampla articulação, empenha-se na ampliação da participação de mulheres negras em todos os Colegiados de Políticas Públicas do Estado do Paraná. Candidata a Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nos Pleitos de 2014, com 2.085 votos. E, no de 2018, com 5.656 votos. No ano de 2010 candidatou-se pelo Partido Verde. Natural de Mafra, Santa Catarina. Sem filhos.

3. 2. 6 Tânia Terezinha da Silva

Mulher Negra. Prefeita em 2º mandato. Vereadora três vezes eleita (1995-2008). Presidente da Câmara de Vereadores no ano de 2008, ano em que foi a vereadora mais votada da cidade. Mãe de um casal de adultos. Divorciada.

Técnica em enfermagem desde os 16 anos, mudou-se de Novo Hamburgo para Dois Irmãos em 1991, ingressando como servidora pública na Administração Municipal, na área da saúde. Coordenou o Posto 24h do ano 2000 em diante, quando não se reelegeu vereadora.

⁶² Rede de Mulheres Negras. Disponível em www.rmnpr.org.br. Ver APÊNDICE 1: FOTOS

Seu pai, profissionalmente atuou como motorista e a mãe, empregada doméstica.

Sua votação no Pleito de 2016 para reeleição ao cargo de Prefeita foi de 10.682 votos, totalizando 56%. Numeral correspondente também às primaveras vivenciadas.

3. 2. 7 Karen Moraes dos Santos

Mulher Negra. Vereadora. Nas suas palavras: “Karen Santos. Karen Moraes dos Santos – Moraes por parte de mãe”. Nasceu no ano de 1988 em Porto Alegre. Escorpiana. Sua formação escolar é licenciatura em Educação Física. Professora do Estado. Com trajetória política iniciada com o movimento estudantil e o Diretório Acadêmico da UFRGS.

Ela reconta do período em que a partir da secretaria de negros e negras, coletivamente, organizaram uma ocupação pela manutenção e ampliação das ações afirmativas em 2012, fazendo uma vigília, uma ocupação. E dali vem a necessidade de um coletivo de estudantes negros: “é parte da gente” – referindo-se ao coletivo NEGRAÇÃO, como primeiro coletivo de estudantes cotistas. Orgulhosamente defende também que, a partir desse processo ainda de luta pela permanência das ações afirmativas, segue ombreada à luta quilombola na capital.

Atuando no movimento negro mais restritamente e reconhece que isso contribui muito para sua formação política. Atualmente, faz parte do coletivo ALICERCE. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2014.

3. 3 ANTONIETA DE BARROS E “INTERCONEXÃO DE LUGARES”⁶³

Referir-se à Antonieta de Barros, mulher negra e primeira Deputada Estadual eleita no ano de 1934 na cidade de Florianópolis/SC como inspiração tão somente, poderia incorrer em uma fala redutora ou esvaziada à sua significação política e histórica.

⁶³ KOFES, Sueli. Uma trajetória em Narrativas. Utilizo a expressão empregada, tal qual a autora, que, no seu livro sobre a trajetória de Consuelo Caiado, traz – - “uma mulher que ocupou a cena pública na antiga capital de Goiás e que foi esquecida, tornando-se uma 'lembrança privada' nas conversas, pelo menos até a chegada da autora do livro na cidade” –, Sueli inicia *Itinerário, em busca de uma trajetória*, seu primeiro capítulo, com a afirmação de Marc Augé, da antropologia sendo como “antropologia do aqui e do agora”..

[..] o que afasta a observação direta do campo afasta, também da antropologia. Sintetizando o pensamento de Augé, da relação sedimentada e implicada que afirmaria o presente para os antropólogos, o passado para os historiadores. [...] acrescentando que ambos lidam com “alteridade, no espaço e no tempo”. Sueli, “entretanto, vê na sua pesquisa antropológica, com observação direta do campo e com documentos escritos, falando assim de interconexão de temporalidades em um “agora” e, também, com a interconexão de lugares em um “aqui”. p. 19. Assim, a perspectiva de Sueli Kofes me/nos interconecta à Antonieta de Barros.

Assim, recorro ao destacável trabalho de Jarid Arraes (2017 p. 17), escritora negra que, com destreza de detalhes e arte, contextualiza o pioneirismo e ineditismo de Antonieta de Barros:

ANTONIETA DE BARROS

Conto aqui neste cordel
Uma história inspiradora
De uma preta muito forte
Que foi tão batalhadora
E com sua inteligência
Se mostrou norteadora.

Era uma catarinense
De Antonieta nomeada
Sendo de origem pobre
Teve a vida permeada
Por muita dificuldade
E por luta semeada.

Ela ainda era criança
Quando órfã se tornou
O seu pai que faleceu
E na vida lhe deixou
Com a mãe que a criava
E que muito lhe inspirou.

Tinha dezessete anos
Quando conseguiu entrar
Na escola normalista
Para mais se dedicar
Aos estudos que gostava
Querendo aperfeiçoar

No entanto é preciso
Uma coisa mencionar
Inda era os anos vinte
Quando ela foi estudar
Veja só que grande feito
Ela estava a desbravar!

Pois não era só mulher
O que era já difícil
Era negra num passado
De racismo, de suplício
Bem pior que atualmente
E sem sucesso propício.

No ano de vinte e dois
Antonieta então fundou
Um curso particular
Onde ela ensinou
Por toda a sua vida
Como muito acreditou.

Para que a população
Pudesse alfabetizar
Foi que Antonieta fez
Esse curso prosperar

Cheia de dedicação
Colocou-se a lecionar.

Tinha muito envolvimento
Com o assunto cultural
E ainda em vinte e dois
Ela fundou um jornal
Que chamou de A Semana
Escrevendo para o tal

De política falava
Com bastante habilidade
Também sobre educação
E sobre a desigualdade
Na denúncia do machismo
E ao racismo no combate.

Ela também dirigiu
Uma revista semanal
Intitulada Vila Ilhoa
Como mais novo canal
Trabalhou diariamente
E rompeu com o banal.

Já alguns anos depois
Quis um livro publicar
E usou um outro nome
Para enfim concretizar
Como Maria da Ilha
Escreveu seu exemplar.

Foi também profissional
De grande orientação
Professora e diretora
Com convicta intenção
Foram várias as escolas
Onde pôs a sua mão.

Por seu grande caráter
Era muito admirada
Pelos seus jovens alunos
Ela era celebrada
Porque era obstinada
Coerente e respeitada.

Já na década de trinta
Se juntou ao movimento
Por progresso feminino
Exigido no momento
Era o FBPF
Com quem teve envolvimento.

Conto ainda mais um fato
Que ela protagonizou
E marcou a nossa história
Como líder de valor
Pois abriu mais uma porta
Pro futuro que chegou.

Deputada Federal

Antonieta se tornou
A primeira do Estado
Como assim se registrou
E foi a primeira negra
Que o país efetivou.

Com essa grande conquista
Chegou a se transformar
Na primeira mulher negra
Com um mandato popular
Pelo partido liberal
Pela educação lutar.

Então veio a Ditadura
De Estado Novo conhecida
E depois de sua queda
Ela fez-se embravecida
Conquistando muito mais
Grandemente merecida.

Antonieta foi incrível
Na política um destaque
Foi a pura pioneira
Sempre pronta pro combate
A primeira mulher negra
Para vários dos debates.

Por inteira a sua vida
Viveu como educadora
Jornalista ou deputada
Se manteve ensinadora
Com lições educativas
E também libertadoras.

As palavras que usou
Espalhou pela Nação
E com tudo semeou
A melhor Revolução
Pelo espaço feminino
Pela sua Negra Ação.

E por isso que eu digo:
Antonieta é exemplar
E além de inspiradora
Pode muito desbravar
Foi abrindo os caminhos
Pra gente também passar.

Pras mulheres brasileiras
Ela é grande liderança
Deve ser muito lembrada
De adulto até criança
Pela sua honestidade
Por sua perseverança.

Nas escolas não ouvimos
Essa história impressionante
Mas eu uso meu cordel
Que também é importante
Para que você conheça

E não fique ignorante.

Que você também espalhe
 Isso que acabou de ler
 Para que muitas pessoas
 Tenham a chance de saber
 Quem foi essa Antonieta
 Como foi o seu viver.

Esse é o nosso papel
 Considerado obrigação
 Pra acabar o preconceito
 Pra espalhar informação
 Destruindo esse racismo
 E gerando inspiração.

Eu e todas as mulheres
 Neste verso agradecemos
 E esperamos que em frente
 Sempre juntas caminhemos
 E lembrando Antonieta
 Certo que nós venceremos.

Considerando ainda que este trabalho de Arraes, intitulado *Heroínas Negras em 15 Cordéis*, traz em sua coletânea a história de Antonieta de Barros⁶⁴, essa deferência acompanha inspiração e inspiradora que me refiro textualmente ao longo deste estudo, e guiaram-me durante a pesquisa e trabalho de campo

Em Florianópolis, da região central em direção ao Sul⁶⁵ da Ilha (e vice-versa), atravessa-se o Túnel Antonieta de Barros. Entrecruzando percurso realizado muitas vezes durante o campo. E, em todas elas, maior parte no transporte coletivo Tirio-Ticen Direto, a placa indicativa do nome do Túnel, designado “Deputada Antonieta de Barros” (imagem a seguir) despertava-me a curiosidade e uma energia sentida: travessia.

⁶⁴ Além de Antonieta de Barros, o cordel reúne ainda outras quatorze heroínas negras: Aqualtune, Carolina Maria de Jesus; Dandara dos Palmares; Esperança Garcia; Eva Maria do Bonsucesso; Laudelina de Campos; Luísa Mahin; Maria Felipa; Maria Firmina dos Reis; Mariana Crioula; Na Agontimé; Tereza de Benguela; Tia Ciata; Zacimba Gaba.

⁶⁵ Novo Aeroporto Hercílio Luz, situado na região sul da ilha.

Figura 5 - Túnel Antonieta de Barros⁶⁶

Consegui também acompanhar pelo menos duas agendas em homenagem *in memoriam* à Antonieta, no dia do aniversário dela, 11 de julho, no ano de 2019, com integrantes da AMAB, realizando leituras do livro dela, *Farrapos de Ideias*, constante e descrita na programação da feira do livro, de frente ao Mercado Público. No mesmo dia, à noite, também na inauguração da foto de Cruz e Souza⁶⁷, na lateral do prédio do Museu, no centro da Ilha, com diversas autoridades governamentais presentes e lideranças do movimento negro catarinense. Na oportunidade, num clima de surpresa, o Prefeito anunciou que a cidade com o projeto “Floripa Conecta”, com um estilo denominado Street Art Tour⁶⁸, seria presenteado com a imagem de Antonieta de Barros. E trazendo números do investimento em cultura, como sentia-se satisfeito neste projeto artístico-cultural e também histórico de valorização da memória das referências locais – que às vezes são mais valorizados fora de seu Estado. Em seu discurso, o Prefeito Gean Loureiro falou que era seu dever esse resgate das personalidades estaduais.

Ainda em minhas anotações pessoais, das observações participante, inevitável foi não reparar ainda no tratamento e status prestigioso daquela agenda, com presença do gestor máximo do município e outras autoridades.

⁶⁶ PL 211/2001 atribui denominação – Túnel da Via Expressa Sul, que faz ligação entre os bairros da Prainha e do Saco dos Limões, nesta capital.

⁶⁷ Localizado no paredão do edifício João Moritz, ao lado do jardim do Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Sousa, no Centro da Capital. Ver apêndices.

⁶⁸ O painel [de Cruz & Souza e Antonieta de Barros] faz parte do projeto Street Art Tour, que desenvolve um trabalho de valorização dos ícones culturais de Florianópolis por meio de murais que homenageiam a vida e a obra de nomes importantes para a cidade. Dentro do aplicativo disponível para iOS e Android é possível mapear e organizar um roteiro para conhecer obras de arte urbana de grandes dimensões. Disponível em <<https://www.revistaversar.com.br/quem-sao-as-mulheres-que-assinam-o-mural-que-homenageia-antonieta-de-barros/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

Sem entrar no mérito das costuras políticas e negociações estabelecidas, reivindicadas pelas lideranças negras e coletivos lá representados; mas que visualmente cumpriam rituais/ritos das cerimônias oficiais e protocolos, em sua maioria vistos e vivenciados de dentro por esta pesquisadora. Desta experiência mais autobiográfica, por assim dizer, na participação dos atos protocolares carregados pedantes e faustosamente, comumente direcionaram-se majoritariamente para outras pautas e segmentos. Não para as voltadas para visibilização e valorização das lideranças negras, da história, educação e cultura afro-brasileira.

No dia da inauguração do mural de Antonieta de Barros, com 32 metros de altura, na fachada do Prédio Atlas, centralmente na rua Tenente Silveira, não consegui participar do lançamento, pois a rotina das aulas do mestrado e a demanda de trabalhos exigiam-me acompanhamento presencial. Contudo, dois meses depois, em novo trabalho de campo dirigi-me ao local e fiz o registro.

Figura 6 - Mural de Antonieta de Barros



Foto: Mural de Antonieta de Barros Desenvolvido pelos artistas Thiago Valdí, Tuane Ferreira e Gugie.

Demoro-me na contextualização sobre Antonieta de Barros porque contribui em problematizações importantes. Dotada de titularidades inéditas, marcadamente em sua trajetória, seja do campo educacional ao da política, direta ou indiretamente influenciam, entrecruzam-se com as narrativas e digo mais – com as próprias trajetórias das sete mulheres negras, espalhadas pela Região Sul a fora e presentes nesta Dissertação.

O pioneirismo de Antonieta de Barros justificadamente vem aumentando o interesse de cientistas sociais em suas pesquisas⁶⁹, educadores, escritores e estudiosos da arena política.

Da área cultural e educativa, em 2020, Antonieta de Barros ineditamente é a homenageada. Através do Grêmio Recreativo Escola de Samba Consulado, também de Florianópolis, com o samba-enredo, presente no trecho “*É Antonieta, Se Deus fez a pele preta por que tanto preconceito? Anda, vai juntar os farrapos! Ensinar aos sem-trapos conquistar os direitos*”.

Trazendo para a Passarela Nego Querido, mais do que um desfile, propaga-se a trajetória desta personalidade catarinense, com sua história política convertida em conhecimento.

Tanto para os turistas que estavam por lá só de passagem, como aos demais foliões, moradores em sua maioria da Ilha e dos arredores de Santa Catarina – desconhecendo por vezes tal biografia.

Contudo, segue menos compreensível, como enquanto primeira mulher negra eleita Deputada Estadual na década de 30, mantenha-se isolada neste feito histórico. Passados 85 anos, sem reprise(s) deste (anterior) êxito eleitoral – nem em Florianópolis, tampouco em Curitiba ou Porto Alegre. Em busca de maior entendimento, segui pesquisando.

3. 4 PESQUISAS QUE DIALOGUEI

A exemplo do levantamento bibliográfico sobre mulheres negras políticas na região sul do país, é estarrecedor o encontrado em trabalhos recentes, como o intitulado “Mulheres na Política: Trajetória das vereadoras titulares em Florianópolis/SC (Brasil) ”.

Nele a autora, Simone Lolatto, refere a inexistência de vereadoras negras eleitas em Florianópolis. Ainda, no intervalo desses mais de oitenta anos da eleição de Antonieta de Barros, houve apenas doze mulheres deputadas estaduais ao longo do período. Entre estas, nenhuma eleita, autodeclarada negra.

Outra questão a que atentaremos é a necessidade de se falar sobre mulheres no plural para romper com a categoria mulher, que remeteria a um bloco monolítico, pois mesmo considerando o ínfimo número das que compõem a seleta atuação legislativa e executiva no país, as mulheres negras, com algumas exceções, praticamente não conseguem chegar nesses lugares.

Tal contexto é reflexo da sociedade e tempo histórico que ainda vivemos, que demonstram a cada eleição seus componentes mais tradicionais quando se elege 92% de homens e, por coincidência, 92% de pessoas que se auto identificam como brancas.

⁶⁹ Silva, Josefina (1991). Antonieta de Barros – Maria da Ilha: Discurso e catequese; Fontão, Luciene (2012). Nos passos de Antonieta: Escrever uma vida; Nunes, Karla Dahse (2001). Antonieta de Barros: Uma história.

O cenário local em Florianópolis consegue ser ainda pior no que se refere à eleição de mulheres: 0% nas legislaturas de 2009-2012 e 2013-2016.

Além disso, nenhuma mulher negra foi eleita vereadora nesta capital ao longo da história, apesar de ter havido várias candidatas negras, principalmente nas disputas eleitorais mais recentes, e de termos elegido ainda em 1934 a primeira deputada estadual do Brasil, Antonieta de Barros, mulher negra (LOLATTO, 2016, p.31)

De cunho antropológico, a dissertação de Gabriela Scotto (1994) “Representação e apresentação – Uma análise da campanha de Benedita da Silva para a prefeitura do Rio de Janeiro”, aborda a trajetória de vida de Benedita da Silva⁷⁰, uma mulher negra e política, do sudeste brasileiro, de muito reconhecimento, atualmente Deputada Federal, reeleita.

Chamo a atenção para as duas pesquisas referidas. A segunda, realizada num intervalo de vinte seis anos da primeira, que (infelizmente) mantêm-se atuais, e que mostram os índices baixíssimos de representatividade de mulheres negras nas instâncias da política institucional.

Proximamente às reflexões de Gabriela Scotto, geralmente os trabalhos nas Ciências Sociais e que enfocam mulheres negras e política, ou mulheres sem recorte racial na política, os fazem guiados pelas teorizações de representação, representatividade associadas às campanhas eleitorais.

No campo da Antropologia da Política, a obra *Chuva de Papéis* de Irllys Barreira (1998) ainda que abordando candidaturas femininas, o faz priorizando os ritos e os símbolos de campanhas eleitorais no Brasil.

À despeito da ausência de reflexões teóricas entrecruzando gênero e raça, do trabalho dela extraio sua conceituação do que ela identifica como “biografias pioneiras”, carregada de singularidades. Isso será retomado no terceiro capítulo e considerações, a partir das eleitas Vereadora Karen Santos (Porto Alegre/RS) e da Prefeita Tânia Terezinha da Silva (Dois Irmãos/RS)

Não obstante, Pinto, Moritz, Schulz e Moraes, na obra *Perfis, trajetórias, desempenhos – uma pesquisa com as vereadoras gaúchas* (2000, p. 29), advinda da Ciência Política, são evidenciadas trajetórias de exclusões das mulheres negras na esfera política institucional. A pesquisa realizada pelas autoras na Legislatura 1996-2000, entre outros resultados comparativos, descreve que o perfil das vereadoras gaúchas pode ser identificado como: “uma mulher que facilmente pode ser classificada como pertencendo aos extratos médios da população, que possui alto nível de escolaridade e que construiu sua vida pessoal em torno de padrões tradicionais de casamento e maternidade”.

⁷⁰ Benedita da Silva foi a 1ª senadora negra do país, ocupando ainda os cargos de vereadora, secretária municipal, dirigente partidária, governadora. Entretanto, não se elegeu prefeita. Campanha realizada no Rio de Janeiro em 1992, da qual versa a etnografia de Gabriela Scotto.

Obtiveram também em seus resultados “no que se refere ao Legislativo Municipal de que a influência da família é importante para o ingresso da mulher na Política: tanto as vereadoras de 1992 como as eleitas em 1996 afirmaram em sua maioria ter familiares com participação política, destacadamente pai, marido e irmãos.” Esses são dados importantes que nos ajudam a sustentar a ideia de trajetórias de exclusão, já que enquanto eleita, Karen Santos, interlocutora neste estudo, é a única vereadora negra da capital gaúcha, com mandato em 2019⁷¹. E não é Karen uma mulher?⁷² Anterior a ela, não é Tânia, 1ª Prefeita Negra no Rio Grande do Sul, uma mulher?

Um outro trabalho consultado que se refere ao tema de mulheres negras na Política foi da Dissertação de Mestrado intitulada *A inserção de Mulheres Negras no mundo da política eleitoral – uma análise sobre a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos Estados da Bahia e de São Paulo*. Trata-se de um trabalho realizado no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Mudança e Participação Política, com concentração na área de Psicologia Política, Milena de Lima (2015) disserta sobre os mandatos de quatro deputadas negras: Leci Brandão (PCdoB) e Heroilma Soares (PTB); Angela de Sousa (PSC) e Kelly Magalhães (PCdoB), entre 2011 e 2014, respectivamente, nas Casas Legislativas no Nordeste e Sudeste do País.

Ainda que tendo distância geográfica daquela de minha dissertação, a pesquisa de Lima (2015) apresenta constatações tão intrigantes quanto as minhas. Mesmo em regiões com maior população negra brasileira, sua pesquisa evidenciou o quanto: “o cenário da democracia parlamentar brasileira mantém traços similares de gênero e raça, que não coincidem com a real diversidade étnica/racial e de gênero, que compõe a cidade Brasileira.”

Na tabela denominada “Cenário de Mulheres na população e nas Assembleias Estaduais, segundo Raça/Cor por regiões” (p. 55) a Região Sul foi a única entre as demais, naquele período com 0% de representação negra no parlamento. Sua composição populacional por raça/cor negra somava 10%. Nestas mesmas localidades/regiões, o

⁷¹ Sublinha-se que na 12ª Legislatura (1997-2000), Teresa Franco, mais conhecida como “Nega Diaba”, foi eleita primeira vereadora negra em Porto Alegre. Nesse sentido, ver o TCC de Juliana Ramos Barcelos (2018 in “A redemocratização abriu caminho? Presença feminina no sistema político rio-grandense e diferentes trajetórias na Câmara Municipal de Porto Alegre (1982 – 2016). p. 47-49 [...] apesar disso, em 245 anos da Casa Legislativa porto-alegrense [...] duas vereadoras - mulheres negras titulares (grifo meu).

⁷² Parafraseando Sojourner Truth em seu discurso na Convenção das Mulheres de 1851, recuperado por Angela Davis no livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016). Também para pontuar como mesmo em pesquisas de disciplinas como a ciência política, por bastante tempo esteve ausente problematizações quanto à raça e gênero, onde o termo mulher daria conta. Ainda que de suas ausências, demoradamente reforça-se em contraponto, às presenças de mulheres negras entre outros grupos e segmentos clamando por presença nesses espaços. Contínuo desafio das pesquisas nessas áreas.

percentual de mulheres brancas totalizava 40% da população, com 15% de parlamentares eleitas no Congresso.

A análise de Lima (2015) também verificou as influências destas Deputadas, resultantes de importantes transversalidades na política com a busca de combate ao machismo, sexismo, a promoção de igualdade racial e de gênero.

A pesquisa anterior dialoga diretamente com a publicação *A Participação das mulheres negras nos espaços de poder* (SEPPIR, 2012) conduzida pela Ministra Luiza Bairros⁷³, antes de seu falecimento, e na oportunidade esteve à frente da SEPPIR, que à época (ainda) existia e com status de Ministério.

Que também aborda sobre o prisma de participação política que “mulheres negras tem representação aquém de seu peso na população total”. Sendo um material conjuntamente fruto de parceria interagencial para a Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Sistema Nações Unidas no Brasil (...). Apresentando um quadro preliminar de assimetrias que marcam o processo que leva à ocupação de espaços de poder. (SEPPIR, 2012)

Tratando-se do período do ano de 2010, o quadro desta mesma publicação é ilustrativo também para observarmos, em dados, “uma não distribuição das candidaturas de modo homogêneo pelo país”

⁷³ Trouxe este trabalho dentre outros, dirigido por Luíza Bairros, como mencionado, mulher negra referência que eu tive a oportunidade de conhecer ainda quando estava nomeada assessora de políticas públicas para o negro. E também participar de capacitações técnicas. Exponho isso, para além de falar da minha imensa honra de tê-la conhecido, e de quanto sacudiu Brasília – a fim de mexer estruturas – com uma equipe técnica comprometida com a implementação de políticas de promoção de igualdade racial em todo o Brasil. Processo do qual me sinto um pouco “cria”. Depoimento pessoal feito, de tantos registros que devam ser feitos sobre a trajetória desta importante ativista e política, Luíza Bairros tem sua atuação conjunta às pioneiras e exponenciais Beatriz Nascimento, e a antropóloga Lélia Gonzalez no Movimento de Mulheres negras

Tabela 1 - Candidaturas de Mulheres Negras, 2010

Cargo	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total Negras
Governadora	0	0	0	0	0	0
Vice-Governadora	1	2	1	1	3	8
Senadora	1	4	0	0	0	5
1ª Suplente Senadora	2	5	0	0	0	7
2ª Suplente Senadora	2	5	1	2	0	10
Deputada Federal	17	29	10	165	20	241
Deputada Estadual	78	140	80	278	28	604
Total	101	185	92	446	51	875
%	11,5%	21,1%	10,5%	51,0%	5,8%	

Fonte: TSE, consulta entre 02/09/2010 e 11/09/2010.

Conforme a tabela acima, extraída como a reproduzida na publicação, no ano de 2010 na Região Sul foram registradas percentualmente menos candidaturas de mulheres negras em relação às demais quatro regiões do país. Destacadamente a Região Sudeste com mais destas candidaturas (446).⁷⁴

Recapitulando as informações apresentadas na segunda parte, da busca ao site da Justiça Eleitoral (já no ano de 2018), passados oito anos, em que pese não trazer um comparativo de todas as regiões, sigo considerando somente a Região Sul, ocorrendo neste Pleito de referência, 985 candidaturas de mulheres, especificamente 76 de mulheres negras (entre AD pretas e pardas), distribuídas nos cargos a Presidenta (e vice), Governadora (e vice), Senadoras e Deputadas Federais e Estaduais. Nestas duas últimas, com maior volume de candidaturas. De forma resumida, do ano de 2010 para 2018, também houve aumento considerável nas candidaturas de mulheres negras; relevantemente com os levantamentos estatísticos, ideias expostas e elementos cotejados até aqui, faz-se necessário transportá-las para: “o domínio da vida humana. Ou seja, as coisas que fazemos devem ser enquadradas nas vidas pelas quais passamos, em um princípio de correspondência que é fundamentalmente social” (INGOLD, 2007). Complementando este pensamento: “a ênfase na dimensão vivida como meio de acesso a visões de mundo deve ficar sempre marcada: a teoria precisa estar *em ação* nas análises etnográficas.” (PEIRANO, 2002 p. 7).

⁷⁴ Elevadas para 1275 mulheres negras candidatas, na Região Sudeste, no ano de 2018. Ver www.tse.jus.br

3. 5 UMA ETNOGRAFIA MOTIVADORA, ENGAJADA E CRÍTICA (PESQUISA-INQUIETAÇÃO).

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. Ao afirmar estas heterogeneidades, destaco a diversidade de temporalidades, visões de mundo, experiências, formas de representação, que são constitutivas do modo como nos apresentamos e somos vistas ao longo dos séculos da experiência diaspórica ocidental. (WERNECK, 2010)

Dialogam atualizadamente com o refletido por Jurema Werneck os apontamentos do autor africano camaronês Achille Mbembe, na obra *Crítica da razão Negra* (2014), a respeito de que conceitos como os de “raça” e “negro” não existem enquanto fato natural físico, antropológico ou genético, não passando de uma ficção, de um conjunto de fabulações e de uma projeção ideológica (MBEMBE, 2014).

Essas relações⁷⁵ que reduzem ou negam a outridade devem ser suplantada pelo pensamento dialético e pela ruptura da noção de temporalidade do Ocidente. Certa vez, Fanon (1950) afirmou que o homem negro (a mulher negra, destaco) não deveria ser o atraso do homem branco, pois isso nos levaria a uma incessante corrida contra aquilo que jamais poderia ser superado ou alcançado.

Essa temporalidade histórica que nos ensina a ver o mundo de forma serial e simplista impossibilita ver nos interstícios as falas, as práticas, os modos, os signos de uma resistência enunciada pelas mulheres negras na Região Sul do país. Mulheres negras que na diáspora engendraram distintas formas de enfrentar seus dilemas, de potencializar suas estratégias de combate e de vencer em busca de sua emancipação.

Romper com esse tempo progressivo e ordenado é também um dos pilares da construção de uma história que tem como base o estado de *emergência* a que se referia Walter Benjamin, e esse estado de emergência “é um estado de vir à tona” (BHABHA, 1998, p. 72).

⁷⁵ Concernente a isso, Fanon (1986) apud Silva (2015) refere que relações como essas em [...] recusar a atribuição de uma temporalidade ao sujeito negro, na qual ele é percebido como se tentasse ocupar um passado do qual o homem branco é o futuro. Por sua vez, [...] a única possibilidade para a construção de uma fala, de uma agência negra. Em paralelo, Bhabha (1998) apud Silva, dá-se a partir de um reconhecimento dessa própria diferença, do reconhecimento de uma agência pós-colonial que emerge na ruptura da temporalidade colonial do discurso.

Um estado que foi perseguido por Lélia Gonzalez em “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”, ao denunciar as cristalizações e estereótipos reservados pelo racismo brasileiro no que tange a mulher e suas representações no discurso social nacional. A mãe preta, a doméstica e a mulata são objetificações baseadas na superexploração da sexualidade e na negação da maternidade e da força da mulher negra como trabalhadora. Gonzalez (ANO) nos convida a dialogar com a psicanálise para demonstrar que o racismo brasileiro lima as ambições, massacra os desejos e pisoteia nos corpos já esquartejados pela violência que são submetidos durante a sua construção enquanto sujeitos. Rejeita qualquer discurso que se reduz a dualismos ao se entrincheirar nos universos produzidos pela raça e pela sexualidade, analisando de que forma a cultura e a classe organizam as relações raciais brasileiras.

É da autora um dos primeiros estudos que põe em risco o lugar de destaque que tem o Brasil no contexto internacional ao denunciar a violência contra mulher negra nos ambientes domésticos, analisando de que maneira os filhos das elites, amamentados pelas mulheres negras e criados por elas, ligavam-se a cultura dos negros (as) e, ao mesmo tempo, se iniciavam sexualmente com as empregadas domésticas.

Neste sentido, o que Lélia Gonzalez traz à tona refaz muitos caminhos possíveis para se pensar o racismo e o sexismo naquele período e nos dá indicações dos desafios que temos de enfrentar diante das vicissitudes das análises reducionistas. Poderíamos dizer que muitas das mulheres entrevistadas são professoras ou profissionais da área da saúde porque eram as únicas profissões destinadas às mulheres no período. Ou, ainda, que muitas delas buscaram a participação política enquanto um lugar somente de destaque na sociedade na qual estão inseridas, devido a um grande número de mulheres negras e mulheres não negras ingressando na política ou em distintos campos negados às mulheres no passado. Em que pese saber, todas as interlocutoras - negras e mulheres, em contextos intergeracionais diferentes, possuem formação em nível superior.⁷⁶

Os caminhos da equidade talvez ajudem a compreender algumas dinâmicas destes desafios colocados atualmente. Contudo, muitas narrativas nos indicam que os posicionamentos das mulheres negras em questão transcendem os meros antagonismos e buscam nas suas existências modos de superação dos dilemas que vivem. Dilemas estes refletidos por Beatriz Nascimento, em *Eu Sou Atlântica* (2006), ao evidenciar e denunciar as agruras da solidão das mulheres negras e ao propor, em sua narrativa histórica, o amor enquanto ponto de partida para desnudar e buscar alternativas.

⁷⁶ Graduada (7), Especialistas (3), Mestra (2) e Doutora (1).

Por fim, não menos importante, a situação das mulheres negras neste trabalho nos leva a crer que devemos olhar não apenas para as múltiplas implicações práticas e teóricas de uma pesquisa de campo rumo à produção de uma etnografia no Sul do Brasil, mas também para os resultados de uma escrita que se propõe motivadora, engajada e crítica, na medida em que os sujeitos desta aventura buscam subsídios para construir suas histórias para além de seus corpos, pensando coletivamente suas práticas e suas formas de participar deste mundo no qual suas ações são desencorajadas, desqualificadas e reprimidas.

Somente uma reflexão crítica e contextualizada a respeito de suas narrativas nos indicará um itinerário que vença o racismo e o preconceito rumo à emancipação em suas lutas diárias. Alguns destes aspectos, elementos e pistas estão no capítulo que segue.

4 CAMPO E TRAJETÓRIAS: CONTEXTOS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA

4. 1 CAMPO MOVIMENTO⁷⁷

Os relatos das trajetórias políticas aqui apresentados foram extraídos de entrevistas, conversas e diálogos realizados ao longo dos anos de 2018 e 2019 com mulheres negras: quatro candidatas a cargos eletivos, uma não candidata e duas eleitas.⁷⁸

Como já referido anteriormente, a pesquisa de campo iniciou-se pela cidade gaúcha de Dois Irmãos, com Tania Terezinha, mulher negra reeleita prefeita, sobre a qual discorrerei mais adiante neste capítulo. Na sequência, dirigi-me a Florianópolis, a fim de, naquele primeiro momento do ano de 2018, buscar correlações com eleição de Antonieta de Barros, eleita na década de 30 na cidade de Florianópolis, primeira deputada no Brasil: mulher negra.

Entendo que poderia haver correlações no sentido de identificadas Antonieta de Barros e Tânia Terezinha da Silva como duas mulheres negras, com trajetórias próprias, assumindo mandatos de Deputada Estadual, a primeira, e de Vereadora e Prefeita, a segunda, ambas em regiões germânicas. Mais do que uma coincidência geográfica, suscitava um estudo sobre as relações inter-raciais, femininas/feministas lá inculcadas. Podendo tratar-se apenas de conjunturas políticas locais, ou de outras tensões implicando naquelas circunstâncias.

Entretanto, o intervalo maior que sete décadas, sendo tão diferentes os tempos entre uma eleição e outra (1934 e 1998) e os contextos (social, político e econômico), demandam uma análise de comportamentos no seu contexto sociotemporal. Sendo, metodologicamente, possível de enfrentar as dificuldades derivadas de contextos diferentes, evitando-se anacronismos (ROWLAND, 1987 p.52)

Naquele período inicial, empreendi uma pesquisa mais documental no Centro de Memórias da Assembleia Legislativa Catarinense (ALESC), pesquisando os discursos de Antonieta de Barros e as Leis e Proposições da Deputada nas Atas de Plenário, Diários da ALESC.

⁷⁷ Defino este título visando focar movimento enquanto condição de mudar a posição de algo, mudar onde algo está. Sendo o movimento também relativo e dependente da posição de onde se está em relação a um objeto, a outra pessoa, a uma circunstância, e para aonde se pretende (ou não) ir, como exemplos.

⁷⁸ Mais especificamente nos meses de abril, julho, novembro e dezembro do ano de 2018, e janeiro, fevereiro, maio, abril, julho, setembro e outubro de 2019.

Figura 7 - Pesquisadora em Ação na ALESC



A busca levou-me também à biblioteca pública no centro da cidade, aos jornais a *Semana* (1922) e *O Idealista* (1932), no qual Antonieta divulgava ações referentes a questões sobre educação e escola, além de excertos sob o pseudônimo de Maria da Ilha, hoje compilados no livro *Farrapos de Ideias* (ANO), de sua autoria.

Figura 8 - Pesquisadora em Ação no Arquivo Público SC



Creio ser pertinente retomar aqui o que expus na introdução a respeito de como a escolha do problema de pesquisa se entrelaça com questões pessoais e o quanto os caminhos que percorri na construção dos dados provocaram sensações e emoções que me mobilizaram.

Na falta de palavras para descrever, por exemplo, a incrível energia que senti no contato com esses materiais e documentações históricas, optei por inserir as fotos que me incluem junto aos materiais para mostrar a proximidade que alcancei em relação aos

documentos e para convidar o/a leitor/a a imaginar a textura do papel, a perceber o tom amarelado e o cheiro da história impressa nos registros acessados.

Envolta pela emoção de admiração em acessar todas aquelas informações, muitos originais assinados por Antonieta de Barros, transito pelos corredores do Legislativo, no térreo, já com quadros em sua homenagem. Subo as escadas para acessar o gabinete, informado pelo servidor da Centro da Memória, onde poderia conseguir o contato de Jeruse Romão, mulher negra catarinense, admiradora e pesquisadora da vida de Antonieta de Barros, além de ativista, militante e referência nas políticas de promoção de igualdade racial para além do Estado de Santa Catarina.

Informam-me o telefone do Vereador Lino Peres, representante negro na Câmara Municipal de Vereadores na atual Legislatura, que fica de passar o recado⁷⁹ à Jeruse, sua assessora, para ela me atender.

Da ALESC para a Câmara de Vereadores de Florianópolis, caminho aproximadamente 1,5 km, ansiosa pelo encontro. No percurso, observo o movimento e chego à Rua Anita Garibaldi, no centro da cidade, na lateral da Igreja Matriz. Não é possível ignorar a coincidência do nome da rua que é o mesmo da casa dos meus pais, no Rio Grande do Sul, onde morei por vinte três anos - o que me trouxe uma memória afetiva muito forte.

Após identificada e com cartão de acesso, dirijo-me para o 4ª andar, ao Gabinete do Vereador Lino Peres, cadeira obtida pela legenda do Partido dos Trabalhadores. Na porta de entrada, chama-me atenção⁸⁰ especial o cartaz com a imagem de Marielle Franco. Antes mesmo de bater, uma moça abre a porta e diz que Jeruse me atenderá em instantes⁸¹. Direciona-me para uma sala de reuniões na qual Jeruse logo adentra. Apresento-me enquanto pesquisadora e meu interesse especial e particular em Antonieta de Barros. Nossos olhos brilham. Nos instantes iniciais de conversa, trocada algumas referências a trabalhos

⁷⁹ Quanto aos , ainda que se tratando de figuras públicas, a disponibilização de contatos do– números de telefone celular, ainda – não é algo tão rotineiro. Aqui houve uma breve e momentânea inversão: o vereador mediando e combinando uma agenda para sua assessora.

⁸⁰ Ao pesquisar sobre mulheres negras na política, é forte o simbolismo de Marielle Franco, vereadora, mulher negra é incontornável. Ela, que foi executada no Rio de Janeiro em 2018, com sua trajetória de luta, imortalizada e não resumida em cartazes. Ainda que o cartaz esteja num gabinete com tom ideológico-partidário afim, meu posicionamento e minha relação afetivo-política são convocados pela imagem.

⁸¹ Registro detalhadamente este trajeto devido à experiência pessoal, trabalhando por determinado tempo na administração pública, observar alguns comportamentos seguidos. A título de exemplo, na função de Assessora, juntamente a outros colegas assessores, abríamos e atendíamos as pessoas, diretamente. Quando nomeada à função diretiva é que, sem solicitação prévia, as pessoas passam a ser anunciadas. Mais do que o cargo, o prestígio e reconhecimento de Jeruse demandam anúncios prévios de pessoas externas. Enfatizo assim o rito no fluxo de atendimento como o exemplificado.

acadêmicos acerca de Antonieta de Barros, Jeruse relata o projeto de livro sobre a vida de Antonieta de Barros, no qual ela estava trabalhando com afinco.

Muito animadas por aquele anúncio (como que em primeira mão), e tendo na meia hora inicial de conversa discorrido sobre os interesses desta pesquisa e o convite aceito por ela em participar, apresento o roteiro⁸² da entrevista semiestruturada. Seguido das questões: 1) nome, data e local de nascimento; 2) alguma *atuação* representativa? 2.1) Se sim, aonde? 2.2) Por que, quando e como começou? 2.3) Se não, por que não?; 3) Recordação das participações iniciais? 3) Conhecimento sobre as mulheres negras em espaços políticos de poder da tua cidade, região? 3.1) O que elas estão fazendo? 3.2) Como tu imaginas? 3.3) E no Brasil?; 4) Já pensou em te candidatar a cargo(s) eletivos? Não, Por quê? /Sim, Por quê? A qual? Como foi/será? Quais pautas prioritárias? 5) Por que concorrer/concorreste à um cargo eletivo na política? 5.1) Por que não concorrer/concorreste? 6) Tem inspirações, referências de mulheres negras na política? Quais? Por que estas? Por que não? e 6.1) Qual o contexto que de repente (não) te possibilita(te) uma candidatura?

Após ela brevemente se apresentar, e antes mesmo de eu finalizar a quarta pergunta, me interrompe de modo muito seguro: “Candidata, eu? Não!” E argumenta:

[...] Eu fui convidada para sair vereadora, deputada, vice-prefeita de Florianópolis algumas vezes. Eu não tenho perfil para isso. Esse mandato é o quinto que estou assessora. Eu já fui duas vezes assessora da ALESC e esse é o terceiro na câmara de vereadores, e eu pude construir muita coisa de políticas públicas no lugar da assessoria. Eu nunca vi necessidade dessa representação porque ela me prenderia num lugar que eu não queria ficar presa, porque o movimento negro ainda precisa desse perfil que eu tenho de reivindicar, né, e a gente tem uma ilusão que estar sentado no Legislativo a gente vai realizar tudo e, dependendo do perfil, engessa. Então, eu acho que eu sou mais eficiente do lado de quem reivindica, do lado de quem encaminha as demandas e, sobretudo, do lado de quem enfrenta, porque também para o enfrentamento é preciso ter conhecimento, eu conheço o Legislativo, não sei de tudo, mas é muito mais fácil do que a pessoa que está numa comunidade e não entende como isso aqui funciona.

É possível observar no depoimento que ela atribui grande valor ao trabalho de assessoria, que entende ser uma pessoa que faz um tipo de meio-de-campo entre quem reivindica e quem encaminha as demandas dirigidas a um(a) parlamentar. Além disso, ela sugere que a experiência e o conhecimento são fundamentais para o “enfrentamento”.

Prossegue, dirigindo seu foco ao movimento negro e à formação de “sujeitos políticos”; também ao financiamento assimétrico que recebem candidaturas de pessoas negras e como o racismo está implicado nisso:

⁸² APÊNDICE 3: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

[...] vejo algumas candidaturas e eu apoio as candidaturas de esquerda, embora eu esteja vinculada a um Partido, mas eu apoio as candidaturas de esquerda e em todas as eleições eu chamo voto para todos os candidatos de esquerda e eu vejo que nós não temos mais movimentos negros nas comunidades. É, nos últimos 20 anos o Movimento Negro se institucionalizou porque as políticas pediram sua institucionalidade ou tem uma geração de negros de classe média letradas, mas que decidiram ir para o campo da cultura e eventos da cultura isso é muito interessante na Perspectiva da identidade e da autoestima, mas necessariamente não forma sujeitos políticos. Então a minha avaliação é essa e, obviamente, que o terceiro componente é o racismo.

Trago esta cena do campo, por conta de ela ter modificado os rumos da minha pesquisa. Se até então o estudo centrar-se-ia nas mulheres negras eleitas no Sul do País – tendo Antonieta como ponto de partida e percorrendo a trajetória de Tania Terezinha da Silva, por ter sido eleita várias vezes em uma cidade de descendência germânica –, esse momento da entrevista levou-me a perceber que eu mirava para o final do processo, deixando invisibilizadas as outras etapas, iniciada nas candidaturas propriamente ditas.

Ou seja, antes de adentrar propriamente as experiências de mulheres negras em processos eleitorais, a questão de Jeruse me fez dar um passo atrás e indagar: quais motivações teriam favorecido ou não o aceite das respectivas eleitas a se candidatarem?

Com isso em mente, apresento a seguir as trajetórias políticas das mulheres interlocutoras da pesquisa nas suas próprias palavras. A escolha por uma transcrição literal com poucas interrupções (por parte da pesquisadora) objetiva manter a fluidez das suas narrativas.

Organizadamente, estão dispostas em três tipos⁸³: trajetória de não-candidata, trajetória de candidatas e trajetória de eleitas.

⁸³ Exposto isto, se de forma introdutória intentava-se apresentar o campo de forma cronológica, período a período aproximados, deste ponto em diante, os relatos de experiências das seis interlocutoras seguirão em subdivisões mais atemporais. Recorro, assim, ao pensamento de Strathern, em que aponta: “Certo tipo de complexidade reside, portanto, na relação entre os campos duplicados da etnografia: cada um deles cria o outro, mas tem também sua própria dinâmica ou trajetória. O(a) etnógrafo(a) de campo muitas vezes aprende o efeito da trajetória do modo mais difícil. Aquilo que em casa fazia sentido como projeto de pesquisa em campo pode perder força motivadora; assumem o comando as preocupações das pessoas aqui e agora. E, no entanto, por diversos motivos, elas não podem assumir o comando completamente. O(a) pesquisador(a) de campo tem de administrar, e portanto habitar os dois campos ao mesmo tempo: recordar as condições” (STRATHERN, 20614)

4. 2 TRAJETÓRIAS

4. 2. 1 Trajetória de não-candidata

4. 2. 1. 1 Jeruse Romão

“Política tem que ter ginga”⁸⁴

Esta seção, intitulada “trajetória de não-candidata” refere-se à Jeruse Romão e seu enfático posicionamento de não concorrer à cargos eletivos, ainda que reunido ao longo dos seus anos de ativismos, enorme acúmulo político, evidenciados no decorrer de seus relatos.

Por sua vez, datada de nosso último encontro formal para esta pesquisa, transcrevo uma frase que tomo como epígrafe, com o intuito de destacar a mobilidade nas falas de Jeruse. Ou seja, destacar os seus deslocamentos – aproximação e afastamento – em relação às motivações, para a não candidatura. Entretanto, acrescida de importante *movimento*: a ginga!

Sigo, com a apresentação de Jeruse, observando como ela nos conduz a quem ela é, ao começo e ao seu ativismo, particularmente na área da educação:

Jeruse Romão, na verdade nascida Jeruse Maria Romão, mas eu adotei o nome político de Jeruse Romão. Nasci em Florianópolis em 1960, filha de uma professora normalista e de um militar, músico da banda da Polícia Militar – o que, naquela década e na seguinte, se constituía o que seria a classe média negra de Florianópolis, embora eles tenham vindo de família humilde descendentes de Africanos escravizados. Mas foram aqueles do meu pai de um lado, quando a minha mãe no outro, começaram a movimentar a roda para outra mobilidade social que não aquelas dos antepassados deles.

[...]

Vi a minha mãe sendo professora e desejei ser professora também desde os 9 anos de idade, quando eu a acompanhava à noite no Mobra. Percebi também que queria ser professora.

[...]

Fui alfabetizada muito cedo por ela [...] fiz o Normal e o curso de pedagogia. Fui a primeira pessoa da minha família por parte de mãe a frequentar a universidade na década de 80 tanto no curso normal quando na pedagogia. No início do Ensino Médio eu fui a única, ou das poucas negras, que fiz ensino médio no colégio Aplicação da Faculdade de Educação

[...]

Eu percebia, embora não tivesse um discurso político para a questão étnico-racial, mas logicamente, que etnia/raça sempre foi muito perceptível, vários significados eu

⁸⁴ Entrevista com Jeruse Romão, concedida em outubro de 2019. (Vide Diário de campo e gravação dos áudios). À medida que os encontros e entrevistas foram ocorrendo, houve variações no tom das negativas de Jeruse quanto a uma candidatura dela à cargo eletivo. Dessas nuances, menos do que a hesitação, denotam-se o amadurecimento da relação com a pesquisadora, em um crescente de interações. Jeruse lançando mão de falas mais protocolares, transpassa a impressão de soltando-se mais no diálogo, e essa associação (relacional) à “ginga” foi como que escapulisse.

entendia muito forte pelo campo da culturalidade. Quando a gente foi morar no Monte Serrat, que era o antigo Morro da Caixa D'água, tinha uma escola de samba ali. Então isso me marcou muito. Comecei a ver os terreiros também, não os frequentar, mas saber deles, a existência deles, e fazer uma associação primeira muito evidente: Terreiro com gente preta! E via a minha família toda pensando o que queriam ser da vida, mas com muitos discursos limitantes: “isso não dá para preto”, “isso preto não pode”. Então essas coisas sempre foram muito presentes e eu sempre entendi que os discursos de algumas pessoas da minha família de que preto não pode, não cabia para mim.

[...]

Não sabia exatamente porque, mas eu tinha esse sentimento de que não cabia! E eu comecei a me constituir militante muito cedo [...]. Não com discurso do movimento negro, mas, com discursos de que a gente, sendo Negra, a gente teria que fazer alguns enfrentamentos.

[...]

E comecei a militar no movimento efetivamente com 20 poucos anos. Eu já fazia essa reflexão, mas sozinha. Eu era a coordenadora de uma escola particular e uma das crianças negras dessa escola sofreu discriminação, feia, terrível. Estava em casa, fui chamada, e ali que eu precisava ter uma intervenção. A família da criança negra é uma família muito bem colocada.

Eles são os fundadores do clube negro Novo Horizonte e a menina era afilhada do governador do Estado da época, o Esperidião Amin. E a família sabia que podia denunciar e denunciou no jornal. (...) Me vejo falando pra imprensa, em 1986. Ainda não tinha um discurso muito elaborado, mas eu já sabia me posicionar minimamente sobre aquele caso de discriminação numa escola em Florianópolis. E aí, como foi pelo jornal, acabou que eu também passei a ter visibilidade para o Movimento que já me conheciam por outros motivos. Mas como ativista, né. E eu fortaleço esse lugar participando de alguns encontros também, que eu já tinha participado de um período antes da denúncia, que foi os encontros que eram organizados pela sociedade Floresta Aurora no Rio Grande do Sul. Então, eu pude ir para o encontro e conhecer muita gente que eu ouvi (Petronilha, Vera Triunfo, etc). Naquele encontro, passei então a fazer parte da Rede dos Educadores Negros Brasileiros, que não era uma rede formal, mas a gente sabia quem é que estava nos estados e a gente dialogava.

[...]

Fui considerada a menina do processo porque eu era mais jovem, mas sempre percorrendo esses estudos de combate ao racismo e trazendo isso para Florianópolis. Então, quando o NEN⁸⁵ – que é minha única entidade, que organicamente fiz parte, né, como fundadora –, o NEN teve uma sacada de que os eixos da sua atuação, eles teriam relação com a formação dos militantes. E então, como eu era pedagoga, ficou para mim a questão da educação.

Percebe-se no relatado uma etapa da trajetória de Jeruse perpassada pela educação, pessoal e coletivamente. Nos trechos anteriores, iniciais, ela traz dados de sua filiação, localidade de nascimento, moradia e contato com o samba na fase, marcando sua infância. Posteriormente, relata sobre sua formação escolar e conseqüente ingresso profissional – primeiramente como educadora, e gradualmente à diretora. E do fato público que a ratifica no movimento negro de Florianópolis, além de participar de encontros e formações políticas no

⁸⁵ O Núcleo de Estudos Negros - NEN, é uma organização a serviço do Movimento Negro de Santa Catarina. Fundado no ano de 1986, reuniu estudantes universitários e militantes negros na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação racial e social a que está submetida e população afro-brasileira, por meio da busca de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades para este segmento que vem sendo historicamente excluído dos direitos cidadãos. Disponível em <https://alteritas96.wixsite.com/resistencianegraemsc/nen>

Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, de ter contato com as referidas lideranças, expoentes dos movimentos negro gaúcho.

E com estas influências, retorna para Santa Catarina e funda o Núcleo de Estudos Negros, ressaltando que “de toda a história do NEN até hoje, o eixo da educação fez parte de todo esse processo. “Nós constituímos e consolidamos esse movimento, que tem 32 anos e que ficou conhecido nacionalmente por conta de algumas ações que a gente teve aqui, fora daqui e eu então não parei mais de militar”.

Isto posto, e considerando que neste estudo Jeruse é a interlocutora exclusiva que se manifesta não-candidata, os dados das entrevistas com ela estão entrecortados – com aspectos voltados à esfera mais privada ou menos conhecidos publicamente.

Avança-se agora para os fatores que, para Jeruse, com sua ampla experiência, ativismo e quadro político no Partido dos Trabalhadores, dificultam e até inviabilizam as candidaturas e eleições de mulheres negras.

Veja que nas últimas eleições o site transparência na política disse que o financiamento para as políticas os candidatos no Brasil apontaram que as candidaturas negras foram aquelas que receberam menor recurso independente do partido de direita ou de esquerda. Então se você pensa que as pessoas negras não são de tradicionais famílias políticas, não são de tradicionais grupos políticos e ainda tem que vencer a assimetria do financiamento das campanhas, a possibilidade de candidaturas negras são muito poucas.

[...]

Além de ter poucas [mulheres negras] concorrendo, essas também terão poucas chances, então é [...] o racismo disfarçado de distribuição de financiamento, é, na verdade, o lugar mais perverso para as candidaturas pobres e negras no Brasil. Veja, eu assisti agora, num partido as mulheres brancas estarem na faixa de R\$ 400 a 150.000 de financiamento de campanhas e a única mulher negra concorrendo recebeu R\$ 5.000 reais. Então, nós não conseguiremos fazer isso.

Observa-se nos relatos anteriores de Jeruse que os números trazidos por ela denunciam a assimetria dos financiamentos para campanhas de mulheres negras. Isso impacta as chances de elegibilidade, como nos leva a refletir também sobre as inúmeras desvantagens e desgastes no processo.

Se antes Jeruse Romão explana sobre as candidaturas em cenário político mais conjuntural, o relato a seguir – alternado quanto ao período, mas mantendo as mesmas motivações constantes ao longo das entrevistas – refere-se a suas convicções a respeito de não se candidatar:

Siiiiim! Esse ano já tivemos dois debates no partido dos trabalhadores. E já tivemos de novo as mesmas pressões e eu não, eu não me vejo nesse lugar. Eu cheguei em algum momento a ventilar essa possibilidade, mas como se fosse um sacrifício

entendeu? Assim, quando eu olho para Antonieta, quando eu olho para a trajetória da Antonieta⁸⁶ eu fico imaginando as pressões dela, todas. (grifos meus)

Chama especial atenção esta ponderação que Jeruse refere acima, quanto às pressões vivenciadas por Antonieta de Barros. Se anteriormente à sua candidatura há poucos registros neste sentido, identifica-se e infere-se da imagem abaixo a relação de forças enfrentada por Antonieta em um Legislativo Estadual, à época, predominantemente masculino e branco, com dezoito homens parlamentares (sublinhe-se, não diferindo muito dos atuais). Na foto oficial, está a captura de um *evento excepcional*⁸⁷, destacadamente com Antonieta de Barros, mulher negra eleita, primeira Deputada Estadual no Brasil, a partir da cidade de Florianópolis/Santa Catarina (única até o presente momento).

⁸⁶ Aqui, Jeruse levanta questões elaboradas semelhante (semelhantes às que levei para campo na primeira vez, em 2018), propondo-se a analisar a trajetória de Antonieta e traz à tona nomes de mulheres políticas cotadas à época. Dessa forma, faz a avaliação do que possibilitou a candidatura e possibilitou aquela eleição, com as influências de Nereu Ramos e do Partido Liberal Catarinense. Ressalvo aqui que na pesquisa de campo que realizei na Casa da Memória em Florianópolis (em frente à Câmara Municipal de Vereadores), havia, na seção de educação, materiais a respeito da vida de Antonieta, basicamente os impressos dos já disponibilizado na internet. Na seção política, catalogado com o nome dela, poucos. Então, fiz uma busca sobre Nereu Ramos e vieram outros livros e materiais. Só nos seis primeiros havia um parágrafo citando Antonieta de Barros. Menos do que uma crítica ao serviço de fichamento, sou levada a pensar em um caminho outro, de uma pesquisa documental também sobre Nereu Ramos.

⁸⁷ Emprego este termo a partir do depreendido da publicação “Apontamentos sobre rituais, eventos e política”, da Antropóloga Mariza Peirano (2002), em que ela relembra-nos de que “em razão da ênfase na perspectiva etnográfica, é preciso salientar que *não* compete aos antropólogos definir o que são [...] eventos especiais” [...], sua definição só pode ser relativa, nunca absoluta ou *a priori*. Ao pesquisador cabe apenas a sensibilidade de detectar o que são, e quais são, os eventos especiais para os nativos (sejam “nativos” políticos, o cidadão comum, até cientistas sociais)”. Esse entendimento é um “instrumental analítico” importante no exame sobre eventos excepcionais ou rotineiros de uma sociedade. Nesse sentido, este é um dos muitos caminhos para se aprofundar teoricamente, elementos suscitados com a imagem da figura 9. Ademais, pretende-se empreender tal análise com os desdobramentos a serem apresentados em artigo futuro.

Figura 9 - Antonieta de Barros em registro oficial (1935)



Fonte: sem identificação⁸⁸

Porque eu olhei para as mulheres do tempo dela que poderiam ser candidatas que não foram – as mulheres brancas, uma única que declinou publicamente quando o partido de oposição a convidou – uma professora. E as outras impossibilitadas por alguns motivos né. Maura, Deolinda, Beatriz de Souza Brito, mulheres tão expoentes quanto ela e eu fico imaginando que Antonieta, ela teve uma condição para ser deputada por conta de um apoio incondicional do partido⁸⁹ dela. Ela estava no mesmo nível que as outras professoras que também poderiam ter sido. O partido dela, partido de Nereu Ramos, a definiu como candidata e a tratou como candidata e construiu todas as possibilidades para que ela se elegeisse. E o que de certa forma não é o que você vê hoje.

[...]

Então, assim, pela minha experiência, estou assessorando o sexto parlamentar na minha vida. Então, tenho experiência de estar dentro do legislativo e ver como que a dinâmica funciona e a dinâmica para as mulheres e homens negros é muito diferente. Segundo, arporque as pessoas dizem né: ah, mas é muito importante você fazer isso. Eu acho, porém, modéstia à parte, que eu exerço muita influência política na cidade, sabe. Fico olhando as ações nossas aqui na cidade e eu não sinto falta de Mandato (pessoal).

[...]

sinto a falta de representatividade, mas não é essa. Porque eu poderia ser, por exemplo... Não precisava ser vereadora, poderia ser secretária de educação do município, entende? Porque, assim, acho que não precisa ser Deputada. Estudei muito para ser da educação. Eu poderia ser um quadro da educação, o qual não

⁸⁸ Foto identificada originalmente no documentário assistido sobre a vida de Antonieta, de Flávia Person.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=w511SXZxRMU>.

A imagem, também não detectada a fonte, está disponibilizada e acessível em <https://www.hypeness.com.br/2016/07/voce-conhece-a-historia-de-antonieta-de-barros-a-primeira-mulher-negra-eleita-deputada-no-brasil/>.

⁸⁹ Ainda sobre essas relações próximas à Nereu Ramos, a pesquisadora Renata Dranka interrogou-se sobre “Por que Antonieta de Barros, uma mulher?”, Em sua investigação pelos jornais catarinenses de outrora, atribui explicativamente que “Nereu Ramos, inteligente articulador político, motivado por ideias modernas e pela divulgação de que o voto feminino fora sancionado, tentava mostrar ao eleitorado catarinense o quão democrático sereia o Partido Liberal. (...) um golpe inteligente, pois Antonieta poderia apoiá-lo nas eleições ao cargo de governador”. DRANKA, R. Antonieta de Barros, Trajetórias Discursivas. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão/SC, p 164. 2003

precisa votar, nem se candidatar a nada, basta, para fazer, uma vontade política de escolher, reconhecer.

[...]

existem outros patamares que gostaria de ocupar, sim, como uma experiência desafiadora, mas esse do Legislativo não. Agora, estou no coletivo de mulheres negras do partido, inclusive. E a outra coisa que me desmotiva muitíssimo é: em que pese a gente projetar que mulheres negras na política representam o poder do povo negro, que isso é verdade, até chegar lá significa também muitos rompimentos e muitos conflitos, porque nós ainda reproduzimos, de alguma forma, a forma dos não negros fazerem política. E isso faz com que você esteja em tendência, em grupo e em conchavos. E fazer política é uma relação de desconstrução muito forte e eu acho muito pesada, sabe! Eu vim para articular, para agregar e não para o contrário.

[...]

a política (partidária) nos impõe pensar que tem um movimento ali no meio dele, em que eu não me sinto nada confortável. Eu sei que esse próximo ano de 2020, por exemplo, será um ano que os movimentos feministas do Brasil inteiro, inclusive de Santa Catarina, estão projetando candidatura de mulheres. E sei que estão projetando candidaturas de mulheres negras e sei que Florianópolis vai eleger uma negra. Já está na hora de fazer isso. Hum, nós nunca tivemos uma vereadora negra.

[...]

Agora eu vou fazer campanha para aquela que eu achar que é melhor e não precisa que seja eu. Sabe, eu não tenho nenhum apego em relação a isso. Eu vou fazer para aquela, como eu já fiz outras vezes para os candidatos.

[...]

Eu me sinto muito mais honrada em fazer parte de uma associação de Yalorixás e Babás de terreiros, por exemplo. E isso para mim tem muito mais, configura muito mais poder, de acordo com os meus valores civilizatórios, do que eu estar aqui sentada na Tribuna como eu acompanho todos os dias aqui nessa Casa [...]. Vejo, não nessa conjuntura e não nesse momento. Acho inclusive que já tivemos melhores momentos para pensar nesse lugar; então, não, eu seguramente não serei uma parlamentar. (grifos meus)

Se por um lado Jeruse nos aponta características mais gerais das candidaturas de mulheres negras, por outro, ao referir-se a si, sopesa uma eventual candidatura sua “como um sacrifício”. Com posição pública de não-candidata, não se vendo nesse lugar, não se vendo fazendo campanha. Sendo muito Yansã, [...] gostando de pintar o tempo no tempo dela. E acrescenta que não se adapta “a esses processos com agendas muito longas, nem muito tempo, nem fazendo a mesma coisa no mesmo lugar”. Destaca que se isso já a tivesse animado, teria feito. Portanto, se vê usando sua representatividade para apoiar pessoas.

Entretanto, expressa sua disponibilidade, interesse e participação no campo educacional (municipal principalmente, mas não só) e na Religiosidade de Matriz Africana, como que vendo equivalência de alcance político, em certa medida, à capacidade executiva da esfera da política institucional.

Assim, buscando responder a uma das questões principais da pesquisa – O que pensa(m) ser preciso para ser candidata e ou eleita? –, cabe retomar que a citação introdutória de Jeruse de que “para ser política precisa ter ginga” está complementada em seu relato de outros momentos em que dialogamos, a respeito da aspiração de, embora não ir para a Roda

(de capoeira), ser essa uma bandeira sua, pessoal, defendida e implementada em Florianópolis e Santa Catarina.

Eu nunca fui capoeirista, mas eu sou capoeira. Eu tenho muita presença nesse setor. Desde quando ele começa. Tanto que esses dias ao Mestre POP eu disse: “Mestre POP⁹⁰, já tá na hora de me dar um apelido, que capoeirista tem apelido.” Como eu nunca vou pra roda, eu estou com a roda, escrevo com eles as coisas e tal, aí eu fiz encerramento da semana de capoeira. Eles gostaram muito, e eu falei “você gostaram? Quero uma coisa em troca: um apelido!” Então, dizem eles que estão construindo um apelido para me dar. Que eu vou ficar muito feliz quando acontecer, porque eu me sinto nesse lugar, sabe. Eu acho que não é só a roda: é *ginga* também né! Capoeira me ensinou a ter essa coisa de ter um pouco de jogo de Cintura porque eu não tenho muito, não. Sou muito explosiva por isso que eu entendo que eu não sirvo para política, porque política tem que ter *ginga* e eu não tenho! Eu sofro de sincericídio [risos] como toda boa filha de Yansã – buáa, tudo sai pela boca e eu sei que para ser político não pode ser assim. Sou quente, com a coisa muito quente não sei esperar baixar a temperatura. Sou impulsiva. [...] por isso que eu não sou política, eu me conheço. Não tenho esse perfil né; acho as mulheres políticas maravilhosas, sabe! Fico olhando para elas e digo “Gente, nunca que eu ia engolir alguém falar isso e ia ficar quieta.” E ela fica quieta, sabe. Então, tem umas coisas que são do perfil.

Sabidamente há na trajetória de Jeruse muita notoriedade por sua luta e ativismo, que resulta também numa extensa agenda. Tendo sido nossos encontros com alguma antecedência planejados e conciliados com a sua disponibilidade de horários, Jeruse além de me acolher⁹¹, se interessar pela pesquisa e por participar, fez questão de me apresentar pessoalmente à Valdeonira Silva dos Anjos⁹², cuja trajetória começo a apresentar no segmento, tratando de mulheres negras candidatas.

⁹⁰ Note-se que o Mestre Pop embora homônimo ao do político paranaense, o mencionado por Jeruse Romão, trata-se de presidente e mentor da Escola Transdisciplinar Aú Capoeira, (...). Chegou em Florianópolis em 1977, ano em que começou a dar aulas de capoeira na cidade. Foi o pioneiro no ensino desta arte na cidade e no estado de Santa Catarina, sendo um dos pioneiros também do Sul do Brasil. Disponível em <http://aucapoeira.blogspot.com/p/mestre-pop.html>

⁹¹ Acolhida Fui acolhida também numa tarde de fim de semana em seu lar, recepcionando-me com suas relíquias em caixa e observáveis em todo o apartamento. Surpreendeu-me com comes e bebes, desde água saborizada, frutas e um quitute gigante, reconhecido por ela que comprado na padaria, já que não se via talentosa para as artes confeiteiras. Momentos de espiritualidade ancestral indescritíveis na presença de Oyá, rainha dos raios, tufões e tempestades, com seus ventos agitando (com a confirmação,) as águas e Oxum. Junto à *mãe do entardecer*, luzindo tarde à fora. Conduzindo este dia mais ainda de afetações e afetos.

⁹² Eu já havia feito contatos por telefone e duas tentativas anteriores dos encontros pessoais foram desmarcadas, uma pelo recente luto de seu esposo DasCuia e a outra por questões de saúde.

4. 3 TRAJETÓRIA DE CANDIDATAS

4. 3. 1 Valdeonira Silva dos Santos

[...] peço respeito aos mestres e paz na escola, foi lá que aprendi com aquela senhora, a educação faz um mundo melhor. De verde e rosa o Morro do Céu chegou, é Africana a sua essência, nos braços do seu pavilhão, a sua eterna paixão, a Mulher Negra hoje é resistência!⁹³

Final de julho do ano de 2018, tarde de uma quinta-feira com o mormaço do típico verão de Florianópolis. Aceito uma carona por veículo de aplicativo chamado por Jeruse. Via a importante e conhecida Avenida Mauro Ramos, percorremos parte do centro de Florianópolis, em direção à casa de dona Valdeonira, em torno de três quilômetros.

Antes de cruzarmos o portão de ferro, Jeruse faz uma pequena pausa, registrada na imagem recuperada no Diário de Campo pessoal (APÊNDICE 1 - FOTOS), onde ela aproveita naqueles instantes para contar como a casa de Dona Valdeonira, sua tia, continua sendo uma espécie de extensão da Sede da Escola de Samba DasCuia, localizada há poucos metros na rua lateral. Inclusive abrigando fantasias e adereços na sacada.

A porta estava aberta e dona Valdeonira Silva Dos Anjos, com um sorriso no rosto, aguardava num dos sofás da ampla sala. Deitada, devido a um inchaço nos pés, repousava com as pernas em alguns travesseiros. Aquela senhora de 84 anos pede desculpas e posiciona-se sentada. Jeruse cumprimenta-a, comentando-lhe sobre um remédio homeopático que seria bom que dona Val – apelido pelo qual dona Valdeonira é conhecida entre os amigos – tomasse para melhorar a circulação. Após ser apresentada pela sobrinha Jeruse a sua tia Valdeonira, esta me pede que aguarde, pois primeiro precisava tratar assuntos referentes aos compromissos e obrigações religiosas de Jeruse, auxiliando-a na escolha dos tecidos (APÊNDICE 1 - FOTOS). O status de recém-chegada parece não importar, pois o bate-papo

⁹³ YALODÊS. Trecho Samba-enredo 2020 da Escola de Samba DasCuia, Florianópolis-SC. Disponível em: <https://ndmais.com.br/carnaval/2020/escolas/dascuia>. Edenice Fraga tem participação na composição do samba enredo que homenageia Valdeonira Silva dos Anjos. E tivemos a oportunidade de nos encontrarmos na feijoada de lançamento do respectivo samba-enredo, ocorrida em outubro de 2019, com presença de setores da escola de Samba Mangueira/RJ, ritualisticamente batizando à DasCuias na beira mar norte no clube negro Novo Horizonte. Reunindo um público que sem exageros pareceu ultrapassar a capacidade do local. Com presença de inúmeros representantes de organizações e coletivos negros, autoridades do carnaval e também políticos.

entre elas convocava-me a participar, opinando sobre minha preferência aos panos e decorações, como se da casa eu fosse, deslocando-me da função de mera observadora para partícipe daquele reencontro familiar, entre tia e sobrinha.

Assim que Jeruse despediu-se da tia Valdeonira, e após um café servido à mesa, o qual também saboreei, acomodamo-nos em outro sofá, auxiliando-a, pois caminhava com alguma dificuldade. Entretanto, minha pessoal e aparente sensação de repouso foi chacoalhada pela sua indagação. Dona Val, como desde a primeira conversa pediu que a chamasse, quando já estava sentada, com caneta na mão e caderninho no colo, disparou: “Qual o teu nome, de onde vens e no que posso te ajudar?”.

Aquele pedido lançava uma inversão nos papéis, ainda que provisória, passando-me em segundos de entrevistadora à entrevistada. Ao que gaguejei, certamente, pelo inesperado da situação.

Figura 10 - Pamela Íris anotada por Dona Val



Fonte: arquivo pessoal

Recompondo-me ainda afetada, exponho o roteiro de questões e o que a pesquisa passava a investigar, fundamentalmente a partir da sobrinha dela – Jeruse, convido-a, assim, a participar da pesquisa. Mulher negra referência em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina. Baluarte do Carnaval da Ilha, fundadora de uma escola de samba ao lado de seu marido, já falecido, a quem se referem como DasCuia, que empresta o apelido para o nome da Escola de Samba. Ao lado dele presidiu por muitos anos a Agremiação Cultural verde e rosa, no Morro do Céu. Atualmente, a agremiação é dirigida pelo filho Maurício, o carismático presidente conhecido como Mau-mau.

Ainda, aluna de Antonieta de Barros, formou-se professora, hoje aposentada, fundadora e coordenadora anterior da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB). Atualmente, é muito engajada no grupo Companhia do Fuxico⁹⁴, do qual ela fala

⁹⁴ Aline Reis (2015) explica que os fuxicos são peças ornamentais feitas à mão com tecidos coloridos ao abordar em livro o projeto Quartas do Fuxico, nascido em 2006, reunindo mulheres em tardes de conversas sobre

com muito orgulho e estima, o que considera, para além de um hobby, sobretudo um trabalho social, gerador de renda e redes.

Se este breve histórico já traz muito da atuação de Valdeonira dos Anjos, detalhar-se-á mais de sua trajetória política enquanto candidata à vereadora no ano de 1992, na cidade de Florianópolis, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Perguntada sobre as motivações para se candidatar, se teve influência do convite do partido, ou mesmo se foi deliberada junto à sua família, Valdeonira assevera:

Não. A decisão foi minha, e deu. Porque eu via todo mundo ser candidata só pedindo voto para mim. Mas não faziam nada, aí eu disse: eu vou ser – em 1 mês eu fui candidata. [...] A minha campanha era a xerox e fui obrigada a tirar xerox. Eles enganam a gente e, né, iam dar, não davam nada. Aí eu ia ali e tirava o xerox. Dava e dizia: ó não bota fora. [...] Se não quiser tu me devolves. E assim foi. [...] a minha decisão foi justamente para colaborar, e ver se podia, no caso, melhorar, ou ajudar mais a comunidade negra do que eu já ajudava. Porque eu observei que os políticos só faziam pra eles, era difícil como é difícil até hoje, você participar da fatia do bolo. Você fica na esquina, trabalha para eles. Trabalha, trabalha, trabalha, depois pra você entrar no gabinete deles – verdade ou não é? – é aquela dificuldade! Aí eu observei isso aí. Só que na metade eu vi, segundo eles “está eleita! está eleita!” Na hora: cadê os votos? Mas esse foi meu principal objetivo, o de ajudar. Porque eu vi que eles estavam fazendo o contrário.

Seguindo o roteiro de questões, pergunto sobre como, quando e onde ocorriam particularmente estas reflexões. Sabidamente, desde longa data, dona Val tem uma vida pública de muito crédito, autoridade, importância e influência. Com a pergunta repetida, minha intenção era adentrar o âmbito privado de sua trajetória. Resultante desta insistência, ela responde, entretanto com certa dispersão da questão, sem desviar, no entanto, do tema, remontando ao cenário político nacional:

Em casa ainda ficava fazendo campanha (...) eles não acreditavam, me ajudavam no que puderam, né. Aí as pessoas com mentira eu acho... ainda tenho a relação de quem disse que ia votar em mim: mais de duas mil pessoas. Agora a mentira nós estamos curtindo ainda, né! Que como dizia minha mãe: “castigo vem a cavalo”, né! Agora acabaram botando o Bolsonaro lá, né? Agora está massacrando, está nos massacrando em todos os sentidos, né? Porque não tem voz para socorrer. E aqueles que podiam ficar do nosso lado para nos ajudar estão ganhando dinheiro pra ajudar ele, para fazer mais safadeza ainda como fizeram com a presidência e que ele foi lá – pegou não sei quantos mil pra distribuir e ninguém faz nada!

sexualidade e direitos de reprodução, além de geração de renda na fabricação de fuxicos. Esta foi uma iniciativa da Rede de Mulheres Negras (a qual conheceremos mais a partir da interlocutora Alaerte Leandro, de Curitiba, no item 3.3.4). (REIS, 2015).

[...] Cabe ressaltar, em relação à dona Valdeonira, que ela também viabilizou múltiplas culturas negras procurando se qualificar em outras áreas. [...] para além do curso normal, do magistério e da graduação, ela aprendeu a preparar chocolates, docinho simples e sofisticados, bolos, tricô, crochê, principalmente o fuxico. Atividade que ela faz há bastante tempo e hoje está inclusa em uma Companhia. Gosta muito desta atividade e buscou fortalecer-la na cidade e no Estado. (CARVALHO, 2019).

Neste trecho Dona Valdeonira se refere principalmente sobre a expectativa quantitativa de votos previstos para sua eleição, em relação ao resultado nas urnas: aproximadamente doze vezes menor – 158 votos – que o estimado por pessoas externas a ela.

Os diálogos seguintes se referem a momentos diferentes das entrevistas, mas que aqui foram agrupados tonificando a fala de dona Val quanto à não-participação de mulheres negras. Também buscou-se evidenciar a busca por atividades com retorno financeiro mais imediato por uma parte das mulheres e uma outra, levada a uma certa acomodação na vida privada:

[...] então continuei me especializando no fuxico, trabalhei com 5 senhoras do Morro do Mocotó em uma sala alugada lá no flamboyant. Trabalhei com elas, ensinei elas ganhar dinheiro. Mas as nossas mulheres têm uma coisa para artesanato elas acham assim mais emergência de dinheiro, elas gostam de fazer uma coisa assim, tipo uma faxina do que aprender a fazer fuxico, ou aprender docinho, chocolate, (...) elas preferem ir lá fazer a faxina e ganham o dinheirinho. Porque a maioria das nossas mulheres negras aqui não tem ó (gestualmente sinalizando dinheiro, com os dedos indicador e polegar).

[...] as mulheres negras daqui precisavam, pra ver se melhoravam eu falo – tem o fuxico, trabalhando quase aqui dentro de casa. Ali na sala, semana passada eu estava observando (...) é filha do médico, nora do médico, pessoas que não precisam. Cadê as negras? Chega perto da gente e conversa, né? Ó, nestes dias que estás me convidando eu não posso, posso vir outra hora? Porque para aprender a fazer fuxico não é obrigada a estar ali, pelo menos vai aprende, se não sabe começa a fazer em casa. Ficam coçando o saco em frente à televisão. (...) é assim que eu aproveito meu tempo, Pamela, nós temos que aproveitar.

Observa-se que na fala acima, o tom de indignação não esconde sua relação afetiva e engajada com o fuxico. Para além de uma atividade, a dedicação de Dona Val demonstra um empreendimento, que, por meio da Companhia do Fuxico, contribui para socialização dos conhecimentos.

Com uma narrativa cambiante, perceptivelmente de um desabafo, dona Val pontua sobre a importância de mais mulheres negras candidatas aos cargos representativos e também das dificuldades no aumento destas candidaturas:

Vejo assim... sinto falta, assim, alguma coisa especial nas nossas cabeças, né. Não vou dizer – os outros. Vamos colocar no plural porque fica melhor a gente entender. A gente não pode ficar apontando os outros e excluindo – eu não.

[...]

Um dos problemas é que a falta começa... pela educação das políticas públicas, ... pela não segregação, começa pela situação econômica; começa pelo conhecimento das políticas, pela verdadeira importância do ser humano na política. Depois, o – saber que a pessoa tem que ter poder. Precisa de poder e sem principalmente o poder político, é difícil de nós avançarmos socialmente.

[...]

Porque se nós temos poder político, nós estamos ocupando um cargo, mas temos uma situação política definida. Podemos nos ajudar e ajudar os outros e aí nós vamos crescer. É diferente de quem não ganha nada. Ou de quem vai lá e tem um alto salário, que além do salário de vereador e deputado, ainda recebe por fora. Não

tem como se conter. Ele tem como fazer da vida dele com sucesso. Pode ter tudo aquilo que ele quer, porque tem a situação econômica definida. Nós não temos! Nós não temos emprego, trabalho (...) Se a gente fosse uma empresária, a gente teria trabalho, teria dinheiro para poder manter esse trabalho, que é o trabalho na política. [...]

A pessoa também para ser uma política e se eleger, na minha concepção, ela tem que – ser ambiciosa, tem que ter olho ligeiro, tem que pescar as coisas, tem que baixar, tem que ir atrás, tem que saber sorrir, tem que saber respeitar. (...) Tem que saber viver com outro. Ahh, de vida, – tem que ser muito bem de vida. Sendo assim a dificuldade já vem, imagina sem...

Dona Val prossegue com atitude em tom autorreflexivo:

Convida para participar de uma conferência – não vão! Dentro de casa, poucas vendo na televisão, programações jornalísticas. O que que acontece? Nada! Convida para participar de uma reunião com a sociedade para discutir o assunto, a necessidade de família – não vão! Mas aqui é uma mulher negra que está estudando e que ela vai trazer algo para nosso conhecimento, ela vai trazer para nós. (...) e não aquele palhaço [do] Tiririca.

Como que arrebatada pelas narrativas de dona Val, de sua apreciação pelo fuxico, tomo em empréstimo metonímico⁹⁵ algumas termos e jargões, buscando textual e analiticamente alinhar a fala dela com a de Jeruse. Como artesã aprendiz, sinto-me cosendo provisoriamente pontos largos (por entre as sete mulheres), para depois serem cosidos em pontos miúdos – não definitivos.

Dona Val, que já se candidatou ao cargo de vereadora, segue conversando sobre aspectos necessários às mulheres negras (que pretendam) candidatarem-se, como “ter ambição, olhar ligeiro, que pescar as coisas, saber sorrir, saber respeitar” – aproximando-se ao modo que Jeruse refere quanto à necessidade de “ginga” na política.

Interessa perceber como as narrativas de Jeruse Romão e dona Valdeonira, sobrepostas à gestualidade característica nas rodas de capoeira, da ginga – envolvendo movimentos como de esquiva, defesa e ataque, reconhecíveis pelos olhares expectadores, em suas muitas práticas capoeiristas – ganham força e sentido aos aspectos a serem considerados por mulheres negras em suas candidaturas a cargos eletivos. Na interpretação da canção *Ginga*, o complemento

sagacidade pra viver, lutar, cair, crescer, sem arriar ou se render, tem que defender [...] pega a visão do coração [...] na música que liberta, um convite: pode avisar, firme a gente pisa [...] nem mesmo o céu é o limite. Foco no trabalho, muito mais

⁹⁵ A metonímia é uma figura de linguagem usada para fornecer significado e conexões aos conceitos, como no caso acima, despertada pela importância do fuxico na vida de Dona Valdeonira, dos quais, a partir do campo, fui envolvida. Adoto assim o que envolve este processo do fuxico, desde a costura, tecido, trama, agulha, linhas, a produção de *nós* ou mesmo laços, desenlaces, emaranhado até (contra-)pontos que interligam elementos comuns às narrativas.

que palite, tudo que te prende, é melhor que evite. Entra na roda e ginga, ginga (ah ah ah) (IZA, 2018)⁹⁶.

Constata-se ainda, nas narrativas de Jeruse e Valdeonira, presentes em ambas trajetórias, a aposta de que “a educação faz um mundo melhor” e a de que “a mulher negra hoje é resistência”. Esforços centrais advindos das mais diversas experiências em movimentos e associações político-organizativas⁹⁷ de mulheres negras, que seguem compartilhando dessas lutas.

Ao passo que intento desenvolver concomitante, principal e prioritariamente – as trajetórias políticas das respectivas interlocutoras, vou seguindo o itinerário que o próprio campo me colocou – “na relação entre os campos duplicados da etnografia, cada um deles criando outro, mas tem também sua própria dinâmica” (STRATHERN, 2017). Assim foi com Dona Valdeonira que, ao refletir sobre as demais questões do roteiro de entrevista, levou-me a conhecer Edenice Fraga, expondo o caso que as envolviam, que, para dona Val, retratava outra dificuldade quanto às candidaturas de mulheres negras. Estimulada pelos argumentos de dona Valdeonira, quem inclusive intermediou os primeiros contatos com Edenice Fraga, sua amiga pessoal – cheguei ao decorrido e, conseqüentemente, à terceira interlocutora e trajetória.

⁹⁶ "Ginga" é uma canção da cantora brasileira Iza, servindo como segundo single do seu álbum de estreia, Dona de Mim. Com participação de Rincon Sapiência e composição: Sérgio Santos / Ruxell / Rincon Sapiencia / Pablo Bispo. Disponível em: <https://www.letas.mus.br/iza/ginga-part-rincon-sapiencia/>

⁹⁷ Exemplos destas experiências coletivas políticas passam fortemente a ser pautados pela consolidação do Movimento de Mulheres Negras, primordialmente de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, dentre incontáveis mulheres negras, lideranças referências no Brasil. Destaca-se a tese doutoral da área sociológica, de Catalina Zambrano, intitulada *Mulheres Negras em Movimento* que, pela gama de informações, transcrevo já de seu resumo informado, a análise do “processo de formação do ativismo transnacional de mulheres negras na América Latina, entre os anos 1980 e 1995. A abordagem metodológica utilizada vem da Teoria do Confronto Político, da Sociologia Relacional e dos estudos sobre Ativismo Transnacional. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de formação da Rede de Mulheres Afro Latino-Americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora RMAAD. Este processo é reconstruído a partir da trajetória de oito ativistas latino-americanas e do funcionamento dos espaços internacionais de ação política para os movimentos sociais, em particular as Conferências Mundiais da ONU e os Encontros Feministas Latino-americanos, que permitiram o desenvolvimento da ação política coletiva aqui analisada. A hipótese do trabalho é que as conexões entre as ativistas negras latino-americanas produziram, a partir de repertórios discursivos disponíveis, um novo enquadramento interpretativo crucial para produzir a mobilização”. (ZAMBRANO, 2017).

4. 3. 2 Edenice Fraga

Sim, sou Edenice (...)
Sou mãe, sou Filha, arrimo de Família
Meu nome é mulher! (...)
Sou dona de casa, sou política, sou a diva mítica
Meu nome é mulher!⁹⁸

Para nosso primeiro encontro Edenice sugere uma cafeteria que aprecia bastante no Shopping na Beira-Mar, Norte de Florianópolis. Enquanto aguardo ela no local indicado, ainda que repassando o roteiro da entrevista, a movimentação contínua do segurança do estabelecimento toma minha atenção. Mesmo eu, pretensa pesquisadora repassando nitidamente algumas leituras, enquanto mulher negra, não deixo de figurar no imaginário deste (e de outros) segmento profissional como suspeita, tal como vociferado por Yzalu:

[...] Não precisa se esconder, segurança. Sei que cê tá me seguindo, pela minha feição, minha trança. Sei que no seu curso de protetor de dono praia, ensinaram que as negras saem do mercado com produtos embaixo da saia. Não quero um pote de manteiga ou de xampu. Quero frear o maquinário que me dá rodo e uru. Fazer o meu povo entender que é inadmissível se contentar com as bolsas estudantis do péssimo ensino. Cansei de ver a minha gente nas estatísticas Das mães solteiras, detentas, diaristas. O aço das novas correntes não aprisiona minha mente, não me compra e não me faz mostrar os dentes. Mulher negra não se acostume com termo depreciativo (YZALU⁹⁹, 2016)

Lembrar da composição musical acima, momentaneamente amorteceu o desconforto ocasionado – do racismo operando por meio dessas violências silenciosas vivenciadas cotidianamente pelos afrodescendentes. Eu estava inclinada a confrontar aquele procedimento, no mínimo inadequado, quando pelo corredor lateral ressurgiu Edenice. A saudação inicial, acompanhada de calorosa acolhida, demoveu-me de tencionar com o segurança, oportunizado agora – aqui no texto. Refiro-me a violências cotidianas não só pelo evidenciado no relato de ordem mais pessoal recém apresentado, como também pelo fato narrado por Edenice Fraga de que recentemente havia sido exonerada do cargo de coordenadora estadual do Órgão Coordenadoria de Igualdade Racial/SC, como se percebe no seu desabafo:

⁹⁸ Fragmento extraído. FRAGA, Edenice. Meu Nome é Mulher p. 36 In: *Traços de Antonieta*. Blumenau: Nova Letra, 2018.

⁹⁹ YZALU interpreta Mulheres Negras. Composição Eduardo Rapper F. C. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/yzalu/mulheres-negras/>

Figura 11 - Publicação em Rede Social

ou

Participar

 **Edenice Fraga**
11 de janeiro de 2019 às 14:47 · 🌐

REFLITAM COMIGO: O QUE IMPORTA É A CAUSA SOCIAL QUE DEFENDEMOS OU A SIGLA POLÍTICA?... PARA MIM É A CAUSA!
Meus queridos, inicialmente gostaria de agradecer o apoio dos meus familiares, amigos, Movimento Mulher na Política, Movimento Mulheres do Brasil e Fórum Suprapartidário de Mulheres, por todo companheirismo e apoio nesta luta por respeito. Vocês são Verdade!
Eu fui convidada para ser Coordenadora Estadual da Igualdade Racial em Santa Catarina e aceitei. Evidentemente não por adesão política, mas sim, pela causa social a qual defendo, isto é, o combate ao racismo e a todo tipo de discriminação. Assumi o cargo, já estava trabalhando e fui desligada por pura pressão política, onde um dos mentores é um deputado do PSL do sul do estado, que inclusive na sua postagem na rede social, se diz contrário a existência da Coordenadoria de Igualdade Racial, e que indiretamente pelo o que eu vi no jornal hoje, me considera uma subversiva. Ledo engano dele, pois eu não sou subversiva, eu sou justa e não sou de aceitar o que considero injusto para mim e para os outros, portando é muito bom que antes de tecerem qualquer comentário desrespeitoso à minha pessoa reflitam, como eu faço. Todos sabiam, que eu fui candidata a deputada estadual pela Rede Sustentabilidade, e eu reiterei essa lembrança e perguntei se isso seria óbice para eu ocupar a função e me disseram que não, por isso, eu assumi pensando na minha contribuição enquanto gestora na área de políticas de promoção para a igualdade racial. Eu assumi por me considerar capaz, e não me arrependo. Eu sou idealista, a minha luta vai continuar, pois não podemos mais fechar os olhos para: o número de jovens negros sendo vítimas de violência; para o número de mulheres negras solapadas por problemas de saúde e sem a devida assistência; para a má qualidade na educação pública; para a falta de lazer, cultura, esporte, emprego e oportunidade dos nossos jovens; para a situação dos quilombolas. Enfim, tomarei as providências que me cabem e não desistirei da batalha pelos ideais sociais que acredito em prol da luta contra as discriminações de gênero, religiosa e raciais. Em relação ao cidadão lá do sul, que disse na imprensa, que eu sou de esquerda e que a pressão para minha saída, foi só por ideologia, pois bem, quero dizer a esse desconhecido que de mim nada sabe, que eu não sou de esquerda, nem de polarização nenhuma, eu sou sim, idealista, mas isso, só sabe quem realmente é!
Enquanto escritora deixo o meu Pensamento XII, do meu livro Pássaro Sublime, àqueles que se acham donos do poder e por isso, querem pressionar e governar em prol das suas vaidades:
"O poder não pertence a ninguém.
Ele é a única veste,
que sai por si só do corpo de alguém!
XII Pássaro Sublime 2015
Edenice Fraga
Fiquem todos com Deus!
Fraterno abraço!
Edenice Fraga

Figura 12 - Exoneração publicada no Diário Oficial

ATO nº 35 - de 08/01/2019
TORNAR SEM EFEITO, a nomeação de EDENICE DA CRUZ FRAGA, para exercer o cargo de COORDENADORA ESTADUAL DA IGUALDADE RACIAL, nível DGS-1, efetuada por intermédio do Ato nº 10, publicado no dia 03.01.19, alterado pelo Ato 24, publicado no dia 07.01.19.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 581638

A fim de ampliar o entendimento da grande repercussão¹⁰⁰ adquirida por sua exoneração, faz-se necessário compreender a trajetória de Edenice Fraga, mulher negra,

¹⁰⁰ Nesta imagem, extraída de Rede Social e pessoal de Edenice, consta o desabafo quanto à exoneração arbitrária dela de um cargo comissionado, no qual houveram inverdades nas alegações, também um certo sensacionalismo por parte das mídias locais que questionaram onde estava o Movimento Negro que não apoiava a situação de Edenice.

Primeira Tenente-Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), na Reserva desde o ano 2016. Primeira Diretora da Escola Militar; Edenice é também escritora¹⁰¹, poetisa. Além disso, obteve diversos títulos e condecorações no decorrer de 2019, desde apresentadora de Programa Televisivo, titulações extensas na Academia de Letras de Santa Catarina. Quanto sua formação acadêmica, são duas as especializações – uma na área de Gestão Pública, e a segunda em Atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco.

Em 2018, ano anterior, Edenice candidatou-se ao cargo de Deputada Estadual, pelo partido da REDE, contabilizando 2507 votos. Só sua atuação política já reuniria elementos para integrar a minha pesquisa, mas somou-se a tudo isso de modo especial o fato de ter sido candidata ao assento na ALESC e sua proximidade com Antonieta de Barros por meio de obras literárias autorais.

Introdutoriamente, com relato de Edenice, por sua própria apresentação; nas suas palavras:

Eu tenho o histórico de alguém que veio da Periferia de Florianópolis. Minha mãe lavadeira, meu pai militar (...) e eu sempre fui muito ligada ao prazer em estudar, lendo muito principalmente os autores do século 19 e também ouvi muito falar de Antonieta de Barros (...) sempre a tive como modelo (...) sempre senti muito da responsabilidade da mudança, né! Mas temos que fazer a justiça social, mesmo, né! porque hoje em dia nós estamos na época da corrupção e tem que se combater isso.
[...]

O espaço de decisão é um espaço político. Foi então o que me trouxe para esse espaço político, justamente o entendimento que, para mudar – nós precisamos estar no lugar certo. Acabei não me apresentando profissionalmente: sou coronel da reserva da Polícia Militar, escritora, a primeira oficial superior negra da Polícia Militar. Primeira mulher na academia de letras de Santa Catarina. Com diversas altas honrarias, muitas refletindo o trabalho na área literária, cultural, social e comunitária.
[...]

Não fiz parte de Movimento, mas sempre fiz o meu ativismo nos espaços onde eu circulei, sempre querendo trazer essa questão da igualdade e respeito. Combater isso, na verdade, muito depende de uma formação e entendimento da sociedade brasileira, de que são negras também, que devem ser mais respeitadas e valorizadas.

Posteriormente, indago as motivações que a levaram a candidatar-se ao cargo eletivo de Deputada Estadual, ao que ela responde objetivamente:

[...] contribuir para o combate à desigualdade e à corrupção (...) sempre ouvia falar da nova política. É porque a gente não pode mais admitir roubar como algo normal. [...] com essa fala da nova política eu entrei (...) e me tirou da inércia.

¹⁰¹ Entre os livros, o mais recente “Eu conto um conto: A história do Escravizado no Brasil” (2019).

Reforçando-se que as questões seguiram o mesmo roteiro a todas as interlocutoras, com foco especial nas motivações das mulheres negras para suas candidaturas, identifiquei a necessidade de, por vezes, alternar a ordem previamente estabelecida das perguntas. Diferentemente de dona Valdeonira, que foi candidata há mais de vinte anos, Edenice vinda de candidatura recente, oportunizou indagar sobre as principais pautas de enfrentamento ao racismo. Com propostas voltadas para o esporte, a educação, o combate do racismo com uma política educacional, contribuindo para evitar a marginalização de jovens. Acrescenta ainda sua atuação e envolvimento nas áreas seguintes:

Trabalho com palestras e palestrantes na área do protagonismo feminino. Na área de criança e adolescente. Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente em Florianópolis e Blumenau. Palestrando que o espaço da mulher é onde ela quer estar.

Em sua narrativa, Edenice com suas percepções aborda algumas dificuldades relacionadas ao período da campanha.

Das dificuldades encontradas durante a campanha (...) meu marido estava ali comigo ajudando. A minha família foi quem mais me ajudou. Porque a gente não tinha dinheiro. O [meu] Partido, que é o Rede Sustentabilidade, deu R\$ 800,00 apenas para alugar espaços (...) dando estrutura, né, pelo menos. A questão financeira, a questão do tempo de campanha, né, é colocada um mês e meio para quem está entrando na campanha. Os arranjos das coligações partidárias (...)

Refletindo sobre as dificuldades para a candidatura de mulheres negras, Edenice Fraga argumenta que

[...] a política é uma coisa cara. Tem a questão financeira. E isso como impossibilidade. Porque se o partido não contribuir, é complicado. A segunda é questão de acreditar que é possível. Se não se candidatar não pode nem reclamar de quem for eleito. E por terceiro, coragem.

Recordando, assim, seus processos de “amadurecimento e encorajamento”. Do narrado, Edenice Fraga não excetua as mulheres negras, pensa que tais problemas são enfrentados pelas mulheres no geral.

Edenice, mencionando seguidamente as dificuldades mais gerais nas candidaturas de mulheres negras (não excetuando das não negras), identifica a questão financeira numa linha aproximada à apontada no relato de Jeruse Romão.

Das suas motivações pessoais para a candidatura, Edenice destacadamente *pontua* a coragem, encontrando certa correspondência na ambição explicitada por Valdeonira, enquanto anseio de se alcançar determinado objetivo.

Em relação à decisão de candidatar-se, especulo como foi a escolha, a procura do Partido Político, se ocorreu através de convite político-partidário. Edenice Fraga expõe que é

de “ir lá e pesquisar”. Sendo que aqui, dentre alguns convites, fala da coincidência de um conhecido dela estar filiado à REDE, e também de se identificar com o partido, como também comenta das tensões entre ela e movimento negro em Santa Catarina: a maioria dos integrantes se identificando com outras ideologias partidárias mais voltadas à esquerda, bem como a crítica destes ao seu não engajamento político. Por sua vez, Edenice devolveu-me a interpelação sofrida perguntando se a arte, a poesia que ela cria há anos, não é um espaço de resistência, de luta, de engajamento; e por que então muitas pessoas questionam o seu ativismo e a sua representatividade.

Em 2016 eu fui estudar política. Eu estudei e em 2017 vi o partido que tinha alinhamento comigo. Estudei o estatuto.

Resolvi entrar para o espaço de decisão, principalmente por essa bandeira da negritude, pois eu mesma sei em quantas situações de racismo indiretamente eu passei. Eu tive que processar três pedagogas (...) por injúria racial, através da internet, que não aceitavam uma chefe negra, faziam de tudo para me tirar daquele lugar, criaram uma palavra para me xingar através de símbolos. Isso vazou na internet, está rolando até hoje, está correndo dano moral. (...) Tenho muitas histórias que contribuíram para que eu entrasse na política.

Dentro desta questão das dificuldades, muito da coragem vem de tudo isso que eu passei. Se passei por tal situação, por que não vou passar por essa agora? Esta é minha filosofia. Se fizeram isso comigo com todo currículo que tenho imagina com outras pessoas mais humildes. Tenho que batalhar por esse espaço de decisão, pensando principalmente nessa pessoa, da mesma origem que eu tive, que precisa ter alguém que as represente.

Outrossim, a tensão observada é quanto à sua inserção na Polícia Militar de Santa Catarina causar um certo desconforto, onde o lugar de autoridade dela é visto, associado a um lugar de ameaça.

Em parte, tais questões impactam em alguma medida o esforço de construção das narrativas de Edenice Fraga. Por um lado, parto dos critérios aplicados a todas as interlocutoras – quais sejam os que nos aproximem das respostas da investigação. Por outro, é necessário registrar alguns descolamentos provocados nas variáveis interações com mulheres negras, principalmente de Florianópolis que, em sua maioria, ao saberem que Edenice Fraga integra esta pesquisa, teceram opiniões muito próximas de “Edenice não me representa”, “ela não tem a ver conosco”, “quando foi se candidatar, chamou os Movimentos? Não! Então por que precisa da gente agora?”, “ah Edenice faz parte da negrada rica de Santa Catarina”, “capitã-do-mato”, etc.

Ao refletir muito sobre como trazer isso para o texto da dissertação, nem em exposição, nem me posicionando favorável ou contrária aos conflitos inerentes às relações sociais, incorporo aqui de forma aproximada o que escrevi no diário de campo:

Conhecer a primeira Mulher Negra Tenente-Coronel da Polícia Militar – já na reserva. Seu tom de voz baixo, suas lágrimas embargando a voz dela, me confundem para as anotações. Sensibilidade aos temas? Desabafo às pressões recentes? (...) preparada para encontrar uma TENENTE-CORONEL, revelava-se ali para mim uma Edenice Fraga sensível, com fala terna e firme ao mesmo tempo. Uma comunicação, cujo diferencial possivelmente seja a não colocação de lentes de julgamento ou reprovação. Eu, estrangeira, de fora do Estado, não reúno elementos pessoais para (des)gostá-la. Para nos (des)gostarmos. Estamos desarmadas. (DIÁRIO DE CAMPO, dezembro de 2018).

Considerando-se o quão amplo e complexo torna-se a temática sobre representação e representatividade e não sendo o enfoque direto deste trabalho, de forma reservada e sucinta, ao perceber situações como essas, de no mínimo uma antipatia por intuição e antecipação e que são manifestadas externamente. Sugiro recorrermos, nesse sentido, ao analisado por Angela Davis que trata sobre o movimento organizativo de mulheres negras nos Estados Unidos, referindo a duas ativistas: “mulheres negras (Ida B. Wells e Mary Church Terrel) como as mais importantes de sua época”. Davis assegura, por um lado, que “a contenda pessoal entre elas, que atravessou várias décadas, foi um enredo trágico na história do movimento associativo de mulheres negras. Embora suas realizações individuais tenham sido monumentais”; por outro lado: “seus esforços conjuntos realmente poderiam ter movido montanhas por suas irmãs e por seu povo como um todo”. (DAVIS, 2016 p. 142).

Evidentemente saber disso tão somente não resolve conflitos e desentendimentos espontaneamente. Mas, pelo menos, nota-se que tais ideias contribuem em problematizações e nos aproximam de resoluções ou mesmo *pontos* mínimos de convergência. Sobre esses *indizíveis do campo*, oculta aquelas interpelações quanto Edenice Fraga integrar a pesquisa, estava uma espécie de raiva. Ainda que não se trate de um estudo antropológico sobre emoções, registro fundamentadamente que “a raiva das mulheres pode transformar a diferença, por meio da compreensão, em poder” (LORDE, 2019).

Nesta sua obra, “Irmã Outsider”, Audre Lorde – uma autodeclarada escritora lésbica, poeta, ativista caribenha-americana, pelos direitos das mulheres negras – que adveio de ensaios e discursos datados das décadas de setenta e oitenta, em sua maioria destinados criticamente às mulheres e a uma comunidade acadêmica branca estadunidense; especialmente em dois capítulos: “O uso da raiva: as mulheres negras respondendo ao racismo e Olho no Olho: mulheres negras, ódio e raiva”, – debruça-se sobre este tema, com contornos recentemente ganhos no Brasil. Asseguradas as contextualizações necessárias, seguramente tendem tirar debates do raso, que envolvam relações conflituosas entre mulheres negras e entre estas nos processos balizadores de suas campanhas e construções de candidaturas a cargos eletivos.

Nesta busca, Audre Lorde segue estimulando-nos, por entre a décima terceira e décima quinta parte do livro “Irmã Outsider”:

Minha raiva de mulher negra é um lago de lava que está no meu cerne. O segredo que guardei de modo mais intenso. Eu sei o quanto da minha vida como mulher de sentimentos poderosos está emaranhado nessa rede de fúria. Ela é um fio elétrico entrelaçado em cada tapeçaria emocional em que coloco o que há de essencial na minha vida – uma fonte quente e borbulhante que pode entrar em erupção a qualquer momento, irrompendo da minha consciência como fogo numa paisagem. Como adestrar essa raiva com precisão, em vez de negá-la, tem sido uma das tarefas mais importantes da minha vida. Outras mulheres negras não são a origem nem a fonte desse poço de raiva. Eu sei disso, não importa qual seja a particularidade da situação entre mim e outra mulher negra em determinado momento (...)

E segue:

[...] descobri isso refletindo minhas próprias expectativas em relação a outras mulheres negras, seguindo os fios da minha própria raiva da mulheridade negra até chegar ao ódio e ao desprezo que bordaram minha vida com fogo muito antes de eu saber de onde vinha esse ódio ou por que ele se acumulava em mim.

A escritora prossegue:

Mas as conexões entre mulheres negras não se estabelecem de maneira automática em função de nossas semelhanças, e as possibilidades de comunicação genuína entre nós não são fáceis de concretizar. Muitas vezes fingimos reconhecer a ideia de apoio mútuo e conexão entre mulheres negras porque ainda não atravessamos os obstáculos no caminho rumo a essas possibilidades, não exploramos completamente as raivas e os medos que nos impedem de compreender o poder de uma irmandade negra real. E, algumas vezes, reconhecer nossos sonhos é reconhecer a distância que há entre eles e nossa situação atual. Quando reconhecidos e munidos de muito esforço e de uma análise do agora, nossos sonhos podem moldar a realidade do nosso futuro.

E ainda:

Não podemos nos acomodar em pretensas conexões ou em arremedos de amor próprio. Não podemos continuar evitando levar nossos relacionamentos a níveis mais profundos porque tememos as raivas umas das outras, nem continuar acreditando que respeitar implica jamais olhar direta ou abertamente nos olhos de outra mulher negra. Como mulheres negras, compartilhamos muitas experiências semelhantes. Por que essas afinidades não nos aproximam em vez de provar a lutar umas com as outras usando armas afiadas pela familiaridade?

A raiva com que encaro uma mulher negra que não corresponda minimamente aos meus desejos, às minhas necessidades imediatas ou à minha ideia do que seja uma reação adequada é uma raiva que mascara a dor que sinto por estarmos tão separadas quando deveríamos ser as mais unidas (...)

[...] Esperamos encontrar traição ou reconhecimento no olhar da outra?

Reiteradas assim – a força e o poder das mulheres negras – nessas revigorantes reflexões entrecortadas acima. Mais ainda, (se) interligadas e juntas. Que essas sejam senão ferramentas, ao menos pistas por serem perseguidas.

Assim como Jeruse Romão, Valdeonira dos Anjos e Edenice Fraga, os relatos de Marilu Oliveira também compreendem entrevistas em três períodos distintos, pelo menos.

Entretanto, uma situação específica vivenciada conjuntamente a ela, demanda uma maior contextualização da aproximação e consequente participação dela na pesquisa. Direcionando-nos para a próxima narrativa, com o(s) encontro(s), interlocutora e trajetória respectiva(s), detalhadas a seguir.

4. 3. 3. Marilu Lima de Oliveira

[...] eu não quero mais ser condescendente, eu não quero mais deixar para lá....

20 de novembro de 2018, terça-feira. Saio às 5h do Rio Grande do Sul em direção a Florianópolis, local no qual desembarco às 11h, no Terminal Rodoviário Santa Rita, no centro da Ilha. Além da tensão da viagem, estando de carona em veículo de desconhecido, apenas com as avaliações do aplicativo como segurança, há um outro movimento que causa grande estranheza. Era a primeira vez que, em data tão simbólica, eu não estaria caminhando ao lado dos meus na Marcha Dandara Zumbi, realizada na capital gaúcha. Também não participaria da foto coletiva com todas(os) as(os) cotistas negras(os) estudantes da UFRGS. Ou engajada diretamente em algum ato, ação de luta no Dia da Consciência Negra. Ao menos, não em casa.

Dirigindo-me ao Ticen (Terminal Centro) para pegar o ônibus para o Tirio (Terminal Rio Tavares), noto os olhares das pessoas para mim. Certamente minhas vestimentas com estampas afro, além de minha pele – coloriam aquela localidade. Direciono-me para o Sul da Ilha, onde sou acolhida em hospedagem solidária. Para aquele dia já tinha programado participar de uma “Sambalestra”, que ocorreria no Bar da Avenida Hercílio Luz. Empolgada com a programação, depois de inúmeros outros contatos feitos confirmando a agenda restante da semana que indicavam muito trabalho de campo pela frente.

À noite, já na atividade, num ambiente aconchegante, com um público predominantemente de negras e negros, entre um intervalo do samba e da roda de conversa acerca do Dia da Consciência Negra em Florianópolis (quase involuntariamente estranhava o familiar, familiarizando o estranho), sou apresentada por Marcelo 7 cordas – um dos organizadores e músicos da Roda de Samba – à Marilu. Alguns cumprimentos, sorrisos e abraços negros; depois, ela convida-me a sentar próximo a ela.

Papeamos um bocado durante toda a noite, pois após apresentar-se um pouco, também comenta sobre sua candidatura à vereadora no ano de 2016, pelo Partido Socialista Brasileiro

(PSB) e sobre seu vínculo com a ALESC como Servidora Pública por mais de duas décadas. Além do que, na mesa dela, também estava um amigo com quem debatemos um pouco sobre candidaturas de mulheres negras na perspectiva dele (homem branco) – de dirigente partidário, fato que descubro ao longo da conversa. A coincidência e informalidade daqueles diálogos, trouxe à tona temas sensíveis discutidos geralmente em ambientes acadêmicos ou a portas-fechadas nos Partidos Políticos. Como que conduzida para o inusitado daquele encontro (e provocada a outros ângulos e novas reflexões sobre mulheres negras candidatas, especialmente a partir destas de Florianópolis), agendamos para o dia seguinte um encontro no final da manhã, no local de trabalho da Marilu.

21 de novembro, quarta-feira, cedo da manhã começo a organizar daqui, remanejar dali e acomodo a agenda com a Marilu. Chego no prédio administrativo da Assembleia Legislativa por volta de 10h, que fica na Avenida Mauro Ramos 300 e não no Palácio Barriga Verde, sede principal da ALESC. Marilu Lima de Oliveira aguarda-me no local de trabalho dela. Estavam somente ela e um estagiário, já que os demais funcionários, em sua maioria comissionados, chegariam na parte da tarde. Ela comunica tanto no setor dela quanto no setor de recursos humanos que fará seu horário de almoço e depois, como parte de seu trabalho, irá me acompanhar na condição de pesquisadora. Por se tratar da semana da Consciência Negra, havia muitas atividades institucionais para as quais ela estava designada em representar a ALESC.

Importante mencionar que no percurso até o restaurante fui apresentada para Deputados, Políticos, assessores e autoridades como mestranda do PPGAS da UFRGS. E a cada repetição, reapresentação, era reafirmada não apenas uma solidariedade racial, que já é imensa por si. Levando-me a refletir o conceito de campo que em muitas áreas do conhecimento assume sentidos outros. Entretanto, linguisticamente, o espaço da fala de Marilu poderia ser preenchido com adjetivações e substantivações diversas, mas ela repetidamente me nominava, colocando-me num lugar que por vezes parece não ser o nosso. A fala de Marilu que, em alguns momentos sugeria-me desconforto, na alimentação das ideias no Diário de campo, passaram a ressoar como reconhecimento reiterado de ocupante de um lugar negado por anos. Preenchi este frágil campo aberto e já preenchido desde o ingresso no PPGAS/UFRGS em 2018, por vezes pouco adotado, admitido, acolhido compreendido no dia-a-dia. O sistema precisava ser contaminado. E foi, de certa forma.

Retornamos para o setor de Marilu que se mostrava comprometida e responsável com suas funções, preocupada em verificar se o contingente de funcionários escalado para o setor, naquela tarde, estava completo ou se precisaria abdicar das agendas externas para auxiliar nos

serviços. Também para pegar na agenda impressa o número do telefone de Maria de Lurdes da Costa Gonzaga – Dona Uda, no morro da Caixa D’Água. Professora, importante liderança negra, integrante da Associação de Mulheres Antonieta de Barros (AMAB), desde o ano de 1999, conjuntamente à fundadora dona Valdeonira do Anjos. O contato com dona Uda era necessário para confirmação em evento dentre as programações da semana da Consciência Negra na ALESC que aconteceria naquela tarde, e seria oportuno eu conhecê-la. Ao chegarmos na sala, com contingente de funcionários maior (em relação ao da manhã), aguardo na mesa da recepção, Marilu fazia a ligação telefônica.

“Descrição Tensa”¹⁰²

Como eu estava de costas para a porta, senti uma movimentação apressada por trás de mim e quando me volto para olhar, de relance, visualizo um homem branco alto, enfatiotado, provavelmente na mesma faixa etária que a minha, quiçá mais novo. Não me cumprimenta, nem à Marilu, e chega à sala principal – ao que deduzi ser o chefe – e num tom grosseiro, exige que Marilu o encontre. Ela, sem entender, dirige-se à sala principal. Por ter divisórias de vidro, é possível acompanhar o movimento e, pelo tom exaltado da voz do chefe como que para todos ali presentes escutarem, principalmente eu, o abuso de autoridade é descarregado em frases como: “eu não quero saber de tu recebendo ninguém aqui sem a minha autorização ou presença”; “Não é a tua casa que tu recebes visitas”; “e que podia fazer ligações. Tu entendeu?” E ordena que Marilu responda se entendeu. Marilu encara-o, diz que tem o seu celular particular. Retira-se do gabinete. Divisórias e repartições apenas cumpriram seu papel, não evidenciassem tanto a reprodução do colonizador. Ela ainda atônica, eu também, entendendo bem o que tinha ocorrido, sem trocarmos uma palavra, apenas contato visual, retiramo-nos do setor e andamos e andamos e andamos mais um pouco. Alguns andares abaixo, abrigamo-nos num banheiro. Ouço Marilu desabafar. Desabafo também. Raiva. Indignação. Impotência. Muito consciente, ela decide denunciar o assédio moral sofrido,

¹⁰² Em sua dissertação de mestrado *A capoeira joga com a dureza da vida: o resgate da capoeira Angola conectando etnicidade, estratégias de resistência e protagonismo cultural em Porto Alegre*, o autor Cássio Henrique Silva da Silva apud Geertz (2008) elabora o termo de descrição densa. Por *descrição Tensa*, Cássio (2019) narra situação vivenciada no retorno de uma agenda de trabalho de campo, na zona norte de Porto Alegre. Enfrentando pessoalmente situações de racismo em coletivo público, por motorista e cobrador, chegando às vias de fato. Descrevendo ainda o lidar burocrático e institucional ao registrar um BO, p. 35-37: “O homem amarrado a uma teia de significados que ele mesmo teceu”, como enfatiza o autor, em uma cultura que hierarquiza e estratifica estruturas e sujeitos que passam a existir de acordo com o padrão de relações sociais estabelecido.

escancarado de racismo disfarçadamente. Nessa altura, mais do que testemunha, infelizmente como alvo-causa-vítima, mais ainda solidária ao constrangimento e humilhação sofridos, acompanho ela ao Departamento de Recursos Humanos (lembrando tratar-se do prédio administrativo anexo da ALESC). Lamentavelmente, em um país racista como o Brasil, não é surpresa o servidor não levar adiante nenhum processo, mesmo que administrativo, em se tratando de filho de Desembargador Catarinense. Recomendando que o melhor era apenas para Marilu e eu esquecermos. Que com a rotatividade dos cargos comissionados, logo ele deixaria a Pasta. Que ele liberaria o ponto dela para tirar o resto da tarde para descansar.

Machucadas ainda mais, trêmulas, dirigimo-nos para a rua, inevitavelmente cruzando a placa comumente encontrada em órgãos da administração pública: Casa do Povo.

Dali seguimos para a casa de dona Uda, que nos aguardava em sua casa, no Morro da Caixa D'Água. De prolongado diálogo, que possibilitou a continuidade do trabalho de campo, destaco alguns trechos.

Na casa de dona Uda, ao lado da sede da escola de samba CopaLord, Marilu, encontra-se enfim num local seguro e descarrega entre lágrimas e desabafos que reaparecem ao longo da conversa: “para empreender, dizer que somos capazes”; “a gente se entende ainda tutelada”; “precisa do aval do outro, para dizer, pode ir, eu confio em ti”.

No intervalo de 30 minutos aproximadamente, Marilu e Uda reencontram-se uma na casa da outra, papeando sobre os filhos de Marilu, da conclusão do curso de nível superior deles; posteriormente, a respeito do campo educacional de forma geral, da constituição de famílias negras em Santa Catarina. Levando-as a conversar sobre o abandono maternal que Marilu vivenciou na infância, e seu processo de adoção. Na tentativa de descontrair a tensão de episódio tão dramático, com algum humor, especularam quanto aos mistérios da identidade de sua família biológica.

Logo depois, atendendo ao pedido delas, apresentei um resumo da pesquisa, dos objetivos e, entre apreciações e comentários, pergunto a elas em que momento se sentiram instigadas à realização de ações comunitárias, aproveitando-me do relato anterior de Uda, sobre sua inserção na escola de samba.

Uda: o trabalho que a gente fazia no samba, na comunidade, na igreja ajudava para a educação. Tudo fluía para uma coisa só: a educação. E hoje para você ser alguma coisa se não tiver uma educação bem aprimorada, é difícil. A educação para mim é o todo.

Marilu relembro que “toda ação requer um instrumento, e o instrumento máximo da vida é a instrução”, reporta-nos a esta como citação de Antonieta de Barros. E também confronta: “instrução e educação de forma mais ampla”, sugerindo que “se pode ser uma

doutora que não tem educação nenhuma” e mais: “Como hoje a gente vivenciou. Da maneira de tratar, das formas, é complicado”, disparou ela ainda ao rememorar o tratamento que recebemos da chefia imediata do setor, no Legislativo Estadual Catarinense.

Num tom de comoção, Uda, ciente do ocorrido, concorda com Marilu: “olha o que aconteceu hoje, se ele tivesse um pouco de educação jamais iria tratá-las assim. Ah, mas seja bem-vinda, de onde és (...) é isso que tinha que ser. Não causar essa violência” (...). Uda Gonzaga prossegue, “A coragem, né? Que coração é esse? Que coragem de falar isso pra Marilu, sabendo do trabalho dela, sabendo quem é a Marilu, o que ela já fez dentro da Assembleia. (Silêncio(s))”.

Ao que Marilu, numa tentativa de sobrepujamento, trazendo outro exemplo mais adiante:

Não só o trabalho dela, mas a desenvolver mesmo algumas ações, alguns elementos, para tentar desconstruir algumas situações em que as pessoas são tão orgulhosas de si própria, que não se despem para entender que o outro também pode ter razão né. Porque a gente é sempre tão condescendente, Uda? Quando está na briga a gente – ah tah, deixa eles lá.

Eu não quero mais ser assim, eu não quero mais ser condescendente! Eu não quero mais deixar para lá! Eu quero perguntar: estás fazendo isso com que intenção? Porque toda ação tem uma intencionalidade. Qual é a tua intenção? É não falar sobre o assunto?

[...] A AMAB, funcionar...para quê?

Uda: senão tiver um objetivo...

Marilu: senão tiver um objetivo ou se o objetivo é sermos empreendedoras que deixe isso bem colocado para todo mundo saber. E que tem uma conta bancária, um CNPJ, um contador (...) saber que tem! Ninguém é tolo de não querer dinheiro, agora ninguém é irresponsável para fazer falcatrua né. Está vendo a situação que o país está por conta das falcatruas e dizer que dentro dos movimentos sociais não há falcatrua também não dá para dizer, né.

Pergunto, então, em relação ao que está colocado, de dores tantas, tantas situações negativas, rondando a questão política, do que vem de estímulo para alguma mulher integrante da AMAB candidatar-se? Por que (e se) é importante mulheres negras concorrerem a cargos eletivos? Enquanto seguiram conversando

Uda: quando se está aqui conversando aqui sobre política – ah, quem devia concorrer? Uda por que tu não concorres a vereadora? A minha resposta é sempre a mesma – ainda não estou louca. Mas porque que eu digo isso, ainda não estou louca? Mas por que Uda? Então você vai lá para fazer o contrário. Mas a gente vê tanta coisa, ouve tanto falatório. Não adianta tentar querer ser diferente. Converso com um, com outro que já foram candidatos, que fizeram besteira, não adianta Uda, eles lavam a sua mão (...) Tu vê então ainda não me entusiasmei, nem vou me entusiasmar. Agora vou me entusiasmar pelas colegas, amigas que queiram se candidatar... aí eu vou trabalhar. Esse ano até que eu tive assim doente, por causa dos meus (joelhos) namorados, não pude. Nós: Risos. Uda: É para rir mesmo.

Marilu: penso que a gente tem que estar na estrutura dos locais, na estrutura partidária. Se você trabalha na Câmara e tem intenção de ser candidata, tu tens que estar atenta qual é a estrutura da Câmara. Mais importante do que ser candidata é entender o processo. Porque os caracteres das pessoas podem ser alterados. A gente é educador, entende que as pessoas podem mudar e devem mudar. A gente entende que as pessoas que entram para política mudam para pior, muitas vezes. Pelo menos tem sido a experiência que a gente tem vivenciado em Florianópolis.

Precisamos fazer os cursos de capacitação para a juventude. A juventude entender dos processos políticos, estar em diversos partidos (formação política), estarem atentos na formação, porque enquanto o regime eleitoral, né, for do jeito que é, contando garrafinha – quem tem dinheiro, vai comprar muito mais garrafinhas.

Porque está difícil as pessoas entenderem uma causa, (...) o processo eleitoral está cada vez mais diminuto e as pessoas não estão o tempo inteiro na televisão. A não ser esses do majoritário, mas os deputados falam aquela coisa rapidinha... então é um trabalho anterior que tem que ser construído. Mas como a gente não tem mais a confiabilidade, não confia mais no outro (...) tem que (...) voltar a conversar sobre valores.

Uda: e sobre Políticas.

Marilu: nós vamos elaborar uma agora na AMAB

Uda: Aplauda e vibra, com interjeições como Uhuuu!

Marilu Oliveira: não vamos, Uda?

Uda: mas é o ideal, ai menina. Vai ser maravilhoso.

Marilu: vamos tentar conversar cada um do seu “p”, cada um do seu partido.

Uda: esses “p” que estragam a vida.

Marilu: esses “p” são maravilhosos, esses P de partido. A Valdeonira saiu candidata pelo PDT, candidata à Vereadora.

Da menção da candidatura de dona Valdeonira, lembrada por Marilu, dona Uda rememora sobre um amigo delas que foi candidato negro a vereador “nas antigas”, como referiram, tendo enfrentado dificuldades na campanha, com pouco material, precisou fazer xerox. Marilu intervém, “xerox nada, era o Mimeógrafo”. Uda pontua “Cópia, da cópia, da cópia, que ele se transformava em loiro”. E Marilu expressa: “desbotadíssimo”. Involuntárias risadas se sucederam, mas logo interrompidas por aquele conhecido trocadilho, cômico seria, não fosse trágico. E bem presentes, nas realidades por muitas(os) candidatas(os) em períodos de campanhas eleitorais, sobretudo quando pensa-se em candidaturas de mulheres e homens negros.

A título de esclarecimento, devo ressaltar que considerei oportuno manter as falas de Uda e de Marilu conjuntamente, tendo em vista que o roteiro de entrevista foi realizado na casa da primeira, propiciando indiretamente que também a primeira participasse. Os relatos mais específicos quanto à candidatura de Marilu virão mais adiante. Conquanto as ações racistas sofridas exigem ser detalhadas, expostas, ainda mais se considerar que, depois do ocorrido, Marilu Oliveira ficou três meses afastadas de suas atividades, acometida por um processo desestabilizador, somatizando-se uma depressão e afetação de sua saúde mental, do qual segue tentando se recuperar.

No que corresponde às motivações para sua candidatura, concisamente trago o explanado por Marilu:

Não teve assim um motivo inusitado. O que aconteceu é que eu participei então do partido político PSB e entendi que precisaríamos de mulheres candidatas e que nós não queríamos que fossemos apenas candidatas para eleger o menino. A gente queria ser candidata e que de fato mulheres tivessem essa condição. Nós conseguimos formatar no nosso partido um grupo de mulheres candidatas e que mesmo sabendo das dificuldades da eleição estaríamos empenhadas em ter um bom resultado. Em demonstrar uma boa relação. Mais: educativa para os partidos políticos. Porque entre nós candidatas nunca houve nenhuma rusga de candidatura. Muito ao contrário, uma legitimava a candidatura da outra. Então assim, era muito despretenso.

[...] a minha candidatura enquanto vereadora embora nessa mesma formatação eu entendia que depois de muitos anos trabalhando com movimento social mais o movimento negro que isso seria um ingrediente a mais.

Marilu relembra que quando saiu candidata, sua família não queria. Mesmo assim ela quis. Que profissionalmente falando, não foi bom ter sido candidata, embora estivesse trabalhando numa casa Legislativa – na Assembleia Legislativa de Santa Catarina – as pessoas não têm a dimensão do que é sair candidata e entenderam que ela poderia ter o número de votos muito maior do que teve; de um “estar dentro da questão, onde só quem sai candidata é que sabe no dia a dia e as dificuldades”.

Reflete ainda que “mesmo as pessoas que estavam engajadas com ela na campanha de início, no decorrer do processo não mais”, identificado como “momento de muito sofrimento”. E reflete sobre a ambiguidade da situação de “ser candidata como ato embora coletivo, mas também como ato muito isolado”. Mas, ainda assim, reitera sobre sua pré-disposição em se candidatar à vereadora novamente, “não pela visibilidade, mas pelo desafio de propor diferentes relações na construção da candidatura”.

Desde Marilu Lima de Oliveira às narrativas precedentes, como que em um movimento de rebobinagem, mais adiante e espaçadamente reunir-se-ão mais fios que atravessam as narrativas, por vezes com a mudança de fios de um relato perpassando outro(s).

4. 3. 4 Alaerte Leandro Martins

“O Racismo é o Sul do Brasil!”

Passo a associar Alaerte Leandro Martins à pesquisa no momento em que, estando em campo em dezembro de 2018 e janeiro de 2019, na cidade de Florianópolis, Edenice Fraga

compartilhou que havia sido selecionada para um Curso de Formação Política para 100 mulheres de todo o país, que seria realizado no mês de fevereiro, na capital curitibana.

Inteirada da ocorrência do mencionado curso, avaliei minha disponibilidade frente aos afazeres; as disciplinas do mestrado, os trabalhos e a pesquisa de dissertação em andamento apontavam uma sobrecarga, inviabilizando participar como aluna da formação no Paraná. Contudo, pela oportunidade enriquecedora para este estudo, despertada pela abrangência geográfica (nacionalmente), pelo programa teórico do curso¹⁰³, também pelo Instituto promotor e a pluralidade de mulheres que lá seriam reunidas, conversei com minha orientadora, que concordou que se ampliasse o estudo para Curitiba, no limite para mais uma interlocutora.

Formalizados os contatos com o Instituto de/por/para Mulheres¹⁰⁴, organizador do curso que estava em sua 3ª edição, a ser realizado, como nas edições anteriores, também na Universidade Federal do Paraná (UFPR), as coordenadoras Bárbara e Ana retornam com o aceite de minha participação da formação política como pesquisadora. Duas semanas em Curitiba. Com pesquisas pregressas, efetuei o levantamento de organizações e coletivos curitibanos voltados à promoção da igualdade racial. Resultando do mapeamento: a Rede de Mulheres Negras Paranaense e a ENÊ¹⁰⁵. Daquele primeiro, uma representante, curiosamente descobri, estava selecionada, inscrita e presente na formação: Célia Santos.

Por volta do segundo dia do curso, após conhecer todas as alunas, faço sugestões à Célia dos Santos, mulher negra, graduada em Direito e membro da RMN; conversarmos no intervalo. Atenta à minha exposição sobre a investigação proposta a respeito das motivações

¹⁰³ Curso de Formação Política (Escola de Verão). Conteúdos abordados: Liderança feminina; História da política brasileira; Feminismos, democracia e direito parlamentar; Corrupção e política; Políticas públicas; Direitos das mulheres; Direitos humanos; Comunicação política; Educação e redes sociais. Palestra: Gênero e Participação Social. Foram, no total, 1.647 inscrições de candidatas de diversos estados em apenas duas semanas de edital. Diante da alta procura, o número inicial de 40 vagas foi modificado e foram selecionadas 100 alunas em primeira chamada.

¹⁰⁴ “O Instituto Política por/de/sobre Mulheres é uma iniciativa de mulheres que desejam ampliar a participação política feminina no Brasil. Situado em Curitiba, o Instituto começou suas atividades em 2018. Em pouco tempo de funcionamento já possui parcerias com diferentes setores que também visam o aumento da participação de mulheres em espaços antes ocupados majoritariamente por homens”.

¹⁰⁵ Projeto assim batizado, em homenagem à Enedina Alves Marques – primeira mulher negra engenheira no Paraná e no Brasil, em 1945. Destaco a proposta do coletivo “na aceleração de líderes negras”.

“Buscando e selecionando mulheres negras, no início da carreira, e estendendo uma série de incentivos para que elas alavanquem suas histórias. São conteúdos que vão do autoconhecimento a mentorias personalizadas. Tudo guiado por outras mulheres. Acreditando que a inserção de mulheres negras em cargos de poder é uma ferramenta poderosa de redução das desigualdades que nos permeiam. Tudo é feito de maneira gratuita e individualizada”. Disponível em: <http://www.ene.org.br/>. Coincidentemente, o período do lançamento deste projeto ocorreu concomitante ao segundo mergulho em campo curitibano. Participei do encontro realizado no EBANX, no centro de Curitiba, com o predomínio de mulheres negras. Tal iniciativa, embora não incorporada aqui na dissertação (por falta de pernas), já que visa auxiliar (acelerar) mulheres negras que intencionam atuar em cargos de liderança, será desdobrada futuramente em profícuo(s) artigo(s) científico(s).

envolvendo candidaturas de mulheres negras, antecipadamente aponta o nome de Alaerte Martins como pessoa mais apropriada para o atendimento das questões apresentadas. Isso porque, além de Alaerte seguir coordenando a RMN do Paraná, ela também se candidatou nas últimas eleições ao cargo de Deputada Estadual.

Devido ao fato de Alaerte morar fora de Curitiba (numa comunidade remanescente de quilombo chamado de Lapa), Célia intermediou os contatos iniciais a fim de viabilizarmos os encontros presenciais, que vieram a ocorrer na semana seguinte. Acerca de sua candidatura (no Partido dos Trabalhadores), e uma mensagem geral referente as dificuldades para fora, do porquê de não haver mais mulheres negras se candidatando a cargos eletivos, Alaerte responde:

As mulheres negras pesquisarem vale muito mais sobre isso, do que eu. Porque eu sei que as mulheres não se candidatam. As mulheres no geral não se candidatam. Por isso que tem a tal da cota do 30% e por isso que os partidos correm atrás, só para encher as mulheres. Já não se candidatam no geral, então, nem se fala das mulheres negras. Meu bem, é o que eu te falei, se ela não tem tempo, não pode ser liberada do trabalho para ir numa reunião sobre pré-natal no seu bairro, você acha que elas vão se candidatar?

E daí sair para ir para reuniões de candidatura política, nunca, jamais. As mulheres têm ojeriza à política, infelizmente. Mas isso faz parte das relações de gênero que a gente vive na sociedade – de colocar as mulheres depois dos homens. Já as mulheres negras não participam [...] por conta de todos os motivos que as brancas não participam e principalmente porque elas estão trabalhando: cuidando da casa, cuidando dos filhos. Com toda certeza elas não têm sequer não só o conhecimento técnico político-filosófico. [...] também não tem dinheiro para fazer isso. Se elas não precisarem estar dando duro lá trabalhando certamente teriam mais (mulheres) negras na política – mas elas sempre estão trabalhando, em sua maioria.

Alaerte comenta, dentre outros aspectos, sobre fatores econômicos como limitadores e até mesmo impeditivos da participação de mulheres negras na política. É importante ter em vista ainda a experiência acumulada de três candidaturas pessoais ao cargo eletivo de Deputada Estadual em Curitiba, somada ao seu papel de liderança em sua comunidade, apontando ainda o ativismo via Rede de Mulheres Negras

A ideia da Rede de Mulheres Negras, primeiro, como eu falei, não conhecia ninguém, não conhecia a luta das mulheres negras. Quase nada. Mais exatamente lá nesta marcha Zumbi dos Palmares. No dia anterior teve uma oficina em que a rede feminista fez só para mulheres negras e lá que eu conheci mais da luta da militância. Porque até então minha cabeça era só questão da Saúde, da morte materna, mais nada. Não participava de movimento, efetivamente, então, lá que eu fiquei sabendo. E aí qual foi a ideia: da fundação da Rede. Acompanhei o (grupo) Maria mulher, uma organização, na época, com 15 anos de estrada. Reconhecendo a falta de movimento de mulheres negras é que tentamos fazer aqui no Paraná uma organização no mesmo nível de outras organizações dos outros estados como Maria mulher lá do teu Rio Grande. Como o Geledés em São Paulo, como Crioula no Rio de Janeiro e outras foram surgindo depois.

Sobre a fundação da Rede, Alaerte Martins rememora os propósitos e missão constituintes da organização de mulheres negras no Paraná:

Representar as mulheres negras paranaenses em todas as instâncias possíveis. Infelizmente até então a gente não tinha representação nenhuma, em lugar nenhum aqui. É muito difícil isso. Hoje a gente tem aproximadamente representantes, mais ou menos, numas 20 instâncias de definição de políticas públicas para a população. Basicamente é isso o trabalho que a gente faz – representar as mulheres negras.

Exemplificando os esforços pessoais de modo a convergir em políticas públicas, eminentemente para a população negra, destaca:

Essa reunião que eu vim agora de manhã faz parte do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Se a gente acredita no controle social, na participação social, que temos direitos, que os recursos existem, pagamos impostos e que, portanto, precisa que esses recursos sejam investidos conforme as necessidades da população. Isso se chama políticas públicas. Por isso que a gente tem que estar lá para ajudar a definir. Para monitorar, para que esses recursos venham se transformar em políticas públicas para as mulheres negras. É esse o trabalho que a gente faz. Não é simples, não é fácil. Temos muitas dificuldades.

Porque a grande maioria das nossas mulheres negras estão em subemprego, desemprego, são empregadas domésticas, diaristas domésticas no geral né. No mais baixo escalão de conhecimento e conseqüentemente de salário. Então, essas mulheres não têm nem como estar participando em pleno horário comercial de uma reunião pública.

Então, essa é nossa grande dificuldade: a gente se desdobra em mil para conseguir estar nas atividades. Eu estava vindo para cá hoje de manhã, eu moro na Lapa. Precisei sair de casa 7:45 para poder chegar até 9:30 na reunião pensando... “gente, acho que eu sou doída: me aposentei, em vez de ficar em casa fazendo nada com esse frio”. Mas se eu não venho para reunião quem é que vai poder ir, sendo que as mulheres estão trabalhando?

Observamos temas se cruzando novamente nas narrativas e experiências¹⁰⁶ ao longo dos relatos. A partir da fala de Alaerte Martins, podemos recuperar parte da fala de dona Val, em Florianópolis, quando ela comentou sobre as dificuldades vivenciadas por mulheres negras por não terem a “situação econômica definida [...], não ter emprego, não ter trabalho, não ter dinheiro”. A problemática é trazida de outra forma por Alaerte, passando pelos mesmos impeditivos (financeiros, em subempregos, acrescidos de pouco tempo) de mulheres negras curitibanas em maior participação no campo político.

¹⁰⁶ Segundo Márcio Ferreira Barbosa (2003), “[...] o valor das narrativas pessoais, em Ciências Sociais, reside no acesso que elas oferecem à experiência dos sujeitos culturais, e o problema que estamos a colocar incide, enquanto pergunta, diretamente sobre esse acesso. Assim, a nosso ver, a compreensão adequada da relação experiência-narrativa representa, a um só tempo, uma elucidação teórica e um exercício de reflexão que pode ser útil para quem quer que maneje relatos pessoais em sua atividade de pesquisa.

Refletindo sobre a questão da candidatura (ano, como se deu e a qual cargo) e da motivação em candidatar-se, Alaerte destaca:

Eu sempre fui da militância, do movimento de mulheres eu já participava de tudo quanto é tipo de reunião que tinha do movimento de mulheres, principalmente da saúde da mulher e sempre lá sozinha. Só eu de mulher negra. Esse inclusive foi mais um dos motivos que levou à criação da Rede de mulheres negras – fazer mais mulheres negras na militância. E aí a Rede já vem caminhando. Eu fiquei seis anos como coordenadora. Faltavam dois anos para eu me aposentar, e pensei “bom, a Rede já está caminhando”. Então, na minha cabeça inocente eu pensei “vou me candidatar”.

Coloquei na mente “trabalho esses dois anos que faltam e já vou fazer outra atividade”, tipo mais dois para cumprir um mandato e pronto. Essa é minha contribuição para a sociedade. Óbvio que não fui eleita na primeira. Não fui eleita. Mas o que me levou foi tentar dar mais uma contribuição para além da Rede, que aí já estava com outra coordenação caminhando.

Colocar, né, uma cara preta deputada – nós até hoje no estado do Paraná nunca tivemos nenhum deputado, que eu saiba, negro, muito menos nenhuma deputada. Nós temos 54 cadeiras aqui no Paraná na Assembleia Legislativa e em cada gestão há mulheres brancas.

Alaerte resume que “dentre os motivos principais para se candidatar foi se ter mulheres negras em todas as instâncias possíveis de decisão em Curitiba e no Paraná.”. Sem tergiversar, Alaerte segue elencando as possibilidades para reverter minimamente isso, passando também pela educação

[...] a minha felicidade de estar conversando contigo! Eu penso que, nossa, quanto mais mulheres negras saírem para estudar, fazer uma universidade, uma pós-graduação é a solução, falar sobre política. Porque até então a gente não falava nada e tem muitas que fogem de falar sobre esse assunto. Não querem mesmo falar sobre política em hipótese alguma. Então o que a gente precisa é de formação individual, quanto mais mulheres negras entrarem na faculdade melhor, na pós-graduação e grupos de formação política. Precisa-se disso. Evidente que as cotas do partido têm até uma discussão que 30% é muito pouco, que tem que aumentar para 50%. Então tem uma série de outras alternativas para as mulheres no geral, e para as mulheres negras ficarem em melhores condições de vida. E de formação que não tem, não vejo outra forma.

Quanto às mulheres negras referências e que são inspiradoras, nacional ou localmente, para Alaerte Martins, quem também inspira e é referência é Sueli Carneiro. Comenta sobre sua adoração e paixão por ela, que é filósofa e afirma que entender, compreender a situação das mulheres negras no Brasil “passa por Sueli Carneiro”.

A Ângela Davis já veio ao Brasil algumas vezes. Mas também tenho inspirações mais anônimas, por exemplo, não tão anônimas como a Maria da Conceição lá de Porto Alegre – que essa, sim, já foi candidata umas quatro, cinco vezes, nunca entrou. Eu me inspiro nela, sim, também com toda certeza.

A gente tem que se inspirar em todas as mulheres negras que vieram antes de nós e que batalharam muito para que a gente chegasse aqui. [...] só que eu não posso esquecer a minha mãe – porque ela estudou até o 3º ano primário, não teve condições de estudar mais. Mas, fez questão que eu estudasse.

Ao lembrar da gaúcha Maria da Conceição, Alaerte reflete o ser mulher negra no Paraná, também enquanto liderança quilombola, ao que ela contextualiza que “essa região é a que conforma os lugares mais racistas desse país, infelizmente”. Receosa de não dar conta de responder à pergunta, assevera

Quando vou em reuniões quer sejam nacionais ou internacionais, vejo que o **Racismo é o Sul do Brasil**, é o Sul do País. Interessante porque no Sul do Brasil praticamente quase todo é europeu, mas daí é interessante você analisar que você mesmo já me disse que tem lá uma prefeita Negra Eleita¹⁰⁷, inclusive em Santa Catarina já teve Antonieta de Barros¹⁰⁸, agora no Paraná, minha cara, 25% da população é Negra. Eu não lembro exatamente, mas até onde eu sabia Rio Grande do Sul em torno de 13%, Santa Catarina é 11%. O racismo no Paraná é o pior que tem.

Eu fui para Porto Alegre, lá no Grupo Hospitalar Conceição para uma fala. E aí fui no shopping ali perto para almoçar e você vê os negros sentados comendo lá naquele self-service, assim como você viu os negros na limpeza no balcão trabalhando [...] 13% da população aqui... eu não sei se você conhece aqui? Só aqui na XV (de novembro) eu te desafio a caminhar aqui e entrar nos comércios que tem. Você não vê o negro nem trabalhando, quanto mais como cliente.

O racismo aqui no Paraná, não sei te dizer exatamente o nome dos governadores que passaram por aqui, mas em questão de quinze, vinte anos atrás a propaganda do Paraná era “Paraná é um estado europeu”. Eles negam a presença negra¹⁰⁹ no estado. Aqui no teatro Guaíra todo ano em agosto, se eu não me engano, tem a festa das etnias. Eles nunca deram espaço para o movimento negro, para uma associação negra. Quando o fizeram, não foi para o Grande Auditório, era no pequeno. Teve um dia ou dois que teve apresentação do movimento negro. Eu vim, e a gente tinha sido excluído, sim. É o racismo muito grande. Deus, é muito triste o racismo, no meu Paraná, pior [...].

Desde as primeiras entrevistas, os inúmeros dados sobre os três estados e as formas de correlacionar as relações raciais que operam de forma diferente na região sul do Brasil, trazidos por Alaerte Martins, tiveram muita consistência e adequação a este estudo.

¹⁰⁷ Referindo-se à Tânia Terezinha, cuja trajetória será apresentada última parte do capítulo, no subtítulo Eleitas.

¹⁰⁸ Retoma-se Antonieta de Barros, contextualmente.

¹⁰⁹ REIS, ALINE. Paraná Preto

4. 4 ELEITAS

4. 4. 1 Karen Moraes dos Santos

A vereadora do Povo que batalha.¹¹⁰ “Tá ligada?”

Karen Santos é vereadora na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre/RS desde fevereiro do ano de 2019, quando a mesma (suplente até então), assume o mandato¹¹¹. Dentre as interlocutoras deste estudo, a vereadora Karen é a mais jovem – tem pouco mais de trinta anos. Ela relata um pouco da sua trajetória política:

Karen Moraes dos Santos. Nascida em Porto Alegre em 1988. Escorpiana (ah, tri risos). Formada em Educação Física (licenciatura), professora do Estado. Estou hoje vereadora. Minha trajetória política começou com o movimento estudantil de educação física, fiz parte do diretório Acadêmico da Executiva, da Nacional do curso. Também fiz parte do DCE da UFRGS a partir da secretaria de negros e negras, né. A partir desta secretaria que a gente organizou uma ocupação pela ampliação, pela manutenção e ampliação das ações afirmativas em 2012, a gente acabou fazendo uma vigília, uma ocupação. E dali vem a necessidade da gente ter um coletivo de estudantes negros da UFRGS. E a partir dali a gente cria o coletivo NEGRAÇÃO, que é o primeiro coletivo de estudantes cotistas e também a partir desse processo aí da luta pela permanência das ações afirmativas que eu conheço a Frente Quilombola. Então também começo a me organizar a partir de lá. Né, enquanto setor que atua no movimento negro, é mais restrita à questão dos quilombos Urbanos de Porto Alegre, mas que contribuiu, nossa, muito para a minha formação política. Hoje faço parte do coletivo ALICERCE¹¹². Me filiei ao PSOL em 2016 para concorrer e também faço parte de uma corrente interna que a gente deu o nome agora: atualidade da revolução.

Reforço, seguindo o roteiro, perguntando sobre suas atuações representativas, se estavam todas contempladas na fala anterior. Karen complementa:

[...] Basicamente o NEGRAÇÃO, a Frente Quilombola, o coletivo ALICERCE, o qual é minha organização mesmo, que me centraliza, vamos dizer assim. Desses processos de luta, pô, a Marcha Zumbi Dandara independente desde 2014; a Marcha contra o genocídio do Povo Negro. Em 2015, junto com articulação Quilombo Estiva lá de Salvador; o Comitê pela liberdade do Rafael Braga; a Frente Negra contra a redução da maioria penal. No movimento negro, nossa, a gente

¹¹⁰ Slogan das campanhas eleitorais de vereadora (2014) e Deputada Estadual (2018).

¹¹¹ Rearranjo decorrente do resultado das eleições do ano de 2018, com a então vereadora titular Fernanda Melchiona tendo sido eleita Deputada Federal, assumindo o cargo no Congresso Nacional no início de 2019.

¹¹² Coletivo de uma “juventude com trajetórias de luta a reivindicar com protagonismo e consciência, estando nas ruas e nos trabalhos cotidianos, acumulando e vivendo uma ideia de juventude que se coloca ativa nos processos de luta do povo que batalha. Apresentando suas concepções de mundo, de Brasil e juventude, educação e movimento estudantil” extraídas da publicação de material síntese da sua política. Política em movimento que quer fazer movimento também da tese: Tese ao Movimento estudantil.

participou demais, a gente criava todo tipo de frente para conseguir juntar a esquerda, juntar ativista e conseguir dialogar com a população.

Então, foram esses processos que me impulsionaram assim como uma liderança, assim, enquanto uma organizadora de protesto e também de articulações, sabe? De chamar as pessoas e conseguir garantir uma pauta, uma ordem do dia sobre as necessidades do nosso povo. Então, também combinar junto, né, com todos esses coletivos, também esses processos de luta da cidade. Que eu acho que não só contribuíram muito para minha formação política como pra de muito ativista que hoje a gente vê aí, na cidade de Porto Alegre.

Perguntada sobre as mulheres negras políticas, referências na capital gaúcha, no estado e no país, Karen acrescenta: “espaços de poder né? Pô, a gente tem assim algumas referências femininas no meu campo, assim, da luta mais radical”, e exemplifica:

[...] eu considero o Bar da Carla. A Carla é uma baita duma liderança política. Ela não está considerada num espaço de poder, mas ela cumpre um papel central, que é manter aquele bar aberto, que é um ponto de cultura. Que promove atividades onde a Frente Quilombola se reúne. Senão fosse a resistência daquele território, com certeza a gente não teria tantos quilombos urbanos em processo de demarcação e titulação. Então, não é um espaço de poder consagrado pela elite dominante, mas para nós, enquanto os de baixo, eu considero um espaço de poder e a Carla uma baita referência assim enquanto mulher negra, periférica.

Minha mãe de santo lá na Mapa, também. A mãe Pati sabe, ela toca um terreiro, uma associação, e é uma liderança política da comunidade, dentro de protesto contra violência, contra o fechamento das escolas, a mudança da rotina do Marcezan, agora a terceirização do posto lá da Lomba (do Pinheiro), então ela tá sempre por dentro, e sempre proativa, tendo a iniciativa, chamando a responsabilidade para si, e pra mim é assim uma referência tal qual diversas outras lideranças comunitárias que existem na cidade de Porto Alegre. Boa parte das lideranças dentro das comunidades são mulheres, por isso estão mais por dentro do cotidiano da vila, e que colocam, assim, problemas estruturais no país, que é o racismo, o patriarcado, a segregação... E estão lá, colocando a mão na massa, potencializando isso.

Então, assim, dentro das instituições, aqui na Câmara de vereadores eu sou a única mulher negra. Antes de mim tinha a Saraí, que era uma liderança, até, lá da Cruzeiro. Conheci a Saraí muito pela Jandi, que é liderança lá do Quilombo dos Alpes. Não conheci ela [Saraí] pessoalmente, mas sei da luta dela, da força que ela tinha em torno ali da comunidade da Cruzeiro. E a Negra Diaba, que também só ouvi falar né, na Câmara.

Na Assembleia Legislativa a gente não teve nenhuma mulher negra, nunca.

Então, realmente, dentro desses espaços institucionais, a gente é sub-representada, mas a gente vai pensar na política do cotidiano, do dia-a-dia. As mulheres negras movem estruturas tal qual Angela Davis diz, a gente só tem que pensar em que sentido, elas estão movendo né. Se a gente é a maioria e a gente tá vivendo o que tá vivendo hoje, assim com essa crise, esse pânico e a perda de direitos históricos nossos, acho que também tem um pouco dessa responsabilidade nossa. Estando na base, estando lá no dia-a-dia, tá ligado! Mas para mim as referências que eu carrego muito assim de mulheres são... essas duas.

Teria outras para citar, a Sílvia, que faleceu, do SINDISPREV, que me apresentou o MNU, que me apresentou o coletivo ALICERCE também, foi uma das pessoas que fez eu me organizar e já faleceu, baita Sindicalista. As próprias meninas que tu colocaste – a Reginete, a Sandrali, a Bruninha [...] que são do campo do PT, mas eu imagino o perrengue que elas devem segurar para se manter dentro desses partidos. E carregando as bandeiras que elas carregam assim, tá ligado. Então, também tem

que tirar o chapéu para essa galera que está mais tempo que eu nessa caminhada, assim, mais institucional(izada), porque também não é fácil, né.

Tal qual nas seções anteriores, a arte de Valdeonira segue me estimulando na posição de pesquisadora, como que juntando quadradinho em quadradinho para formar os fuxicos, ir juntando as reflexões entre as falas, motivações, vivências, experiências, referências das interlocutoras. Nesse sentido, antes mesmo da junta (textualmente) dos relatos aqui, há muitas ligas nas narrativas: por exemplo, na de Karen com a de Jeruse, apontando para a política enquanto espaços de poder outros, não só o do institucional. Ainda, ambas referenciam a mulheres negras, dentre outras, enfatizando lideranças comunitárias e afroreligiosas/Yalorixás.

Somos assim, reportadas (os) à Lélia Gonzalez (1982), em seu artigo “A mulher negra e a sociedade Brasileira”, abordando o candomblé: “religião afro-brasileira de origem iorubana, berço das demais religiões negras do Brasil [...] como resistência surgida no final do século XVIII e início do XIX”. Salientando a liderança principalmente de mulheres Yalorixás e Mãe-de-Santo, negras e pobres que não desempenham um papel apenas cultural/religioso:

Nestas comunidades, as mulheres negras e pobres assumem e mantêm posições de poder (...) o papel da mãe-de-santo dá a ela como mulheres negra e pobre (e também em vários graus aos grupos em volta dela) talvez a única entrada, na sociedade dominante.

Através das funções que exerce, ela estabelece um mecanismo de acesso aos recursos materiais e humanos apropriados por classes [...] que redistribuiu em maior ou menor medida ao seu grupo. Então através da religião, ela e seu grupo doméstico conseguem recursos e conexões maiores em termos de rede de influência, prestígio e clientelismo, para melhor sobreviver (GONZALEZ, 1982, p. 102-103)

Na narrativa a seguir, por sua vez, são evocadas pela vereadora Karen as motivações para as suas candidaturas aos cargos eletivos de vereadora, eleita suplente no ano de 2014 com 2.642 votos, e de Deputada Estadual em 2018, com 16.438 votos. Para melhor compreensão, subdivido o seu relato em três partes – 1) candidaturas e motivações; 2) respectivas campanhas eleitorais e 3) potencialidade e desafios:

1) Candidaturas e motivações

[...] então, eu faço parte do Coletivo ALICERCE. Desde o dia, acho que foi em 2015, a gente começou a fazer essa discussão de “ah, quem sabe a gente disputar uma eleição para conseguir dialogar com mais setores do que já dialogávamos, né”. A gente veio de uma origem estudantil, sindical, participamos das jornadas ali de junho de 2013, a gente viu que problemas estavam acontecendo no país, no mundo...o povo estava indignado...e pra gente ser influente, tínhamos que ser conhecidos. E, para isso, usar de todos os meios possíveis e necessários, assim, para conseguir...se impor. E para conseguir ter uma política de massas, mesmo.

2) Campanhas eleitorais:

E aí a gente utilizou da campanha eleitoral como esse momento de construir a campanha. As campanhas que já estava acostumada a fazer no marco estudantil, no marco sindical, no nível de cidade de Porto Alegre. Então, toda uma campanha construída assim coletivamente, não tinha um grupo dirigente. Era a gente refletindo o tempo inteiro da cor, do slogan, da foto. Era a gente em reuniões assim incessantes, um coletivo que, sei lá, envolvia umas 50 pessoas na época. E a gente se organiza por núcleos né – a saúde, a educação, terceirizadas, DMLU, de comunidades. Então todo mundo teve um processo assim de dinâmica mesmo de núcleos, de debater como é que conseguia contribuir, quais seriam as pautas principais, como é que a gente conseguiria fazer um debate interseccional, assim da questão de raça, classe, gênero, sexualidade. A crise, enquanto eixo central da nossa política.

A gente fez uma campanha sem prometer nada, né. Tipo, a gente sendo muito honesta com as pessoas. Quando íamos pedir o voto, colocávamos a questão de mudanças estruturais e sistêmicas. E para isso, ter uma organização forte, ter pessoas engajadas, nesse sentido. Que não queiram só fazer negócios. Que pensem realmente na formação política de quadros, de sujeitos políticos periféricos e da classe trabalhadora de novo. Voltar a falar em classe trabalhadora, voltar a falar em não só empoderamento, mas em tomada de poder mesmo.

[...]

Pensar a crise sobre essa ótica, sabe, do esgotamento mesmo, da sociabilidade no marco do capitalismo e para isso a gente precisava realmente do junho (de 2013), de pessoas na rua, né, mas com essa gana mesmo de tomar a economia, a política, a cultura, enfim, todo modo de vida. Estamos longe de fazer isso. Isso é uma ideia, mas que é uma ideia que tem base material, porque o capitalismo, ele tapa um buraco cavando o outro, sabe, então a gente vê que vai se esgotando, assim, as alternativas de saída para a crise trabalhista, a terceirização, o ajuste Fiscal, tudo! Só está aprofundando assim, sabe – a segregação no Brasil. E seguirmos pensando a revolução, o que antigamente parecia ser uma coisa meio idiota. Hoje em dia a gente vai percebendo que com essa elite que está aí com as cartas, políticos, esses representantes, fica difícil ter margem de negociação mínima, de qualquer concessãozinha; para não perder, eles preferem não dar nada, e criminalizam pra caramba a gente.

[...]

Então, a campanha tinha esse intuito assim, sabe, de alertar as pessoas sobre os ajustes, se apresentar como uma alternativa organizativa também, uma coletividade. Que refletia junto, que pensava junto, debatia da forma organizativa. Propondo-se também a apresentar enquanto uma candidata mulher, negra, professora, né, que também é um pouco o estereótipo oposto que majoritariamente compõe esses espaços de poder. E denunciar o nosso passado escravocrata, denunciar o patriarcado.

3) Potencialidades e desafios:

E eu acho que deu muito certo, assim. Foi uma campanha que não recebeu, tipo, fundo partidário. A gente recebeu mil panfletos, e muito pelo nosso engajamento mesmo. Fizemos uma campanha de muita panfletagem, muito volume de panfleto na rua. Galera se engajou mesmo para estar panfletando com chuva, com sol, de manhã. Até hoje, a gente mantém todas as quintas-feiras às 6:30 da manhã na São Jorge, para não perder essa perspectiva de estar assuntando com as pessoas, ouvindo o que têm a dizer da situação e sendo conhecido, né, indo, tendo moral com as elas, dando exemplos de que política é isso, não precisa ganhar para fazer isso. Receber, sabe profissionalmente, mas dedicar um tempo da nossa vida por uma causa, justa e necessária. Então, a campanha foi muito em torno desses valores, assim, sabe. E desses horizontes mais estratégicos mesmo, e se formar enquanto políticos também, enquanto tribunos do povo que denunciam amplamente todas as queixas da população – dos indígenas, dos quilombolas, das mulheres, do branco, dos trabalhadores de modo geral.

Como é que a gente conseguia? Tendo escuta do que estava pegando e conseguindo dar um tom político para suas denúncias, assim, tá ligado. Combinar eles com os elementos gerais da conjuntura para tentar explicar para as pessoas por A mais B, porque essa forma de democracia representativa institucionalizada é muito limitada, ainda mais em período de crise. Então estar aqui dentro hoje também é um desafio neste sentido. De estar mostrando – estamos aqui dentro, conseguimos essa cadeira, mas como é limitado. A gente não conseguiria fazer essa denúncia sem estar aqui dentro, seria muito panfletário né. Então o estar aqui dentro e continuar seguindo essa meta que a gente apontou lá em 2013, então, eu acho que é um desafio, não se perder.

Diante do exposto, compreendemos um pouco mais do percurso de Karen Santos, mulher negra, autodeclarada preta, eleita vereadora e desempenhando a função na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre há quase um ano. Conforme observado, trabalho este, de caráter mais coletivo, com sua narrativa auto evidenciando uma trajetória política assentada no e com o movimento estudantil.

Na sequência, narrativa e cargo transfiguram-se, ao conhecermos Tânia Terezinha da Silva – Prefeita do município de Dois Irmãos/RS; a sétima interlocutora.

4. 4. 2 Tânia Terezinha da Silva

(...) eu acredito fielmente que as pessoas não votam em alguém por ser negro ou por ser mulher

Final de dezembro de 2018¹¹³, em Dois Irmãos, município cujo slogan “Um doce de cidade” cedeu lugar aos enfeites do Natal dos Anjos. Antes do período de recesso da Gestão Municipal, a Prefeita Tânia disponibiliza agendas comigo para aquela semana, do dia 27 de dezembro em diante. Como costumeiramente, os encontros ocorrem em seu Gabinete no prédio que aloja ainda outras secretarias. Em horários que se alternaram entre o meio da manhã e início da tarde, próximo de findar o expediente daquele órgão, conversamos também sobre questões éticas envolvendo a pesquisa.

Das negociações primeiras em campo, a Prefeita Tânia Silva expressou sua preferência e disponibilidade em participar da pesquisa, exclusivamente no âmbito de seu gabinete e de agendas públicas. Não flexionando ou estendendo os encontros para a casa dela,

¹¹³ Pontuo que as narrativas trazidas, das conversas e encontros referem-se a momentos distintos, portanto não seguindo uma cronologia. Entretanto acomodando os relatos, proximamente do que a levou se candidatar, e por que se elegeu. À exemplo desta que se refere a dezembro de 2018, quase que começando de trás para frente, mas não seguindo uma ordem sequenciada.

dos seus familiares, sua rede de amigos, etc. Com esse seu posicionamento, acompanhado de algum desconforto – ao menos por mim assim interpretado –, o uso de história-de-vida como parte da metodologia pretendida até então, foi afastada a partir daquele momento. Momento ao que a Prefeita Tânia Terezinha prossegue agradecendo por tê-la escolhido para as entrevistas, para esse trabalho. Direcionando sua resposta para o “marco que foi a legislação em relação as cotas, né das mulheres”, ao mesmo tempo lançando uma crítica aos partidos porque num “primeiro momento eles procurarem mulheres para preencher uma cota obrigatória e não para o conhecimento da legislação, da constituição, para que ela saiba realmente qual é o seu papel”.

Demonstrando-se contrária a isso, a Prefeita Tânia expõe que “[...] na maioria das vezes é para conseguir colocar. Entrando uma mulher, coloca-se dois candidatos homens”, levando-nos assim a pontear com a fala de Marilu, que também expressa desacordo com esta postura partidária, no que se referiu à formatação de candidaturas de mulheres na agremiação partidária dela, ironicamente como “não para eleger os meninos”.

Tânia prossegue, abordando que “então, na maioria dos financiamentos políticos de uma campanha, eles são direcionados aos candidatos homens que têm mais chances de passar pelo pleito eleitoral. Quando a candidata é mulher, esse número, é obrigatório”.

Indagada sobre estratégias políticas, partidárias (se e quais) adotadas para sua campanha, Prefeita Tânia rebate “acreditar que não foram pensadas estratégias, mas que o foram realmente consolidadas – as oportunidades que ela teve na vida. Sempre dizendo às pessoas que a nossa vida é muito rápida, e nós não temos o direito de perder as oportunidades que nos vem – e então, é a esse direito que eu me agarro”:

[...] através de um concurso público, comecei a trabalhar em Dois Irmãos em 1991. Em 1995 fui convidada a fazer parte de um partido político. No mesmo ano, já concorri a vereadora, morando menos de dois anos no município. E naquela época eu fui a quarta vereadora mais votada no município sendo que, veja bem, não existia cotas femininas ainda. Mas porque talvez, pelo jeito de ser né, que é a minha essência. Minha profissão, ela não é a política – estou como prefeita aqui, mas em um cargo passageiro. A minha profissão é técnica em enfermagem, começado a trabalhar muito cedo.

Com 16 anos descobri que as pessoas vão à procura de um atendimento médico de enfermagem. Mas não somente por uma dor física ou para fazer uma injeção. Que cabe a nós profissionais tentarmos nos comunicar com essa pessoa que está do outro lado. Mesmo que seja uma mãe que leva o seu filho para fazer uma vacina, cabe a nós profissionais da Saúde conversarmos com essa mãe e perguntar: olha você está amamentando? como é que está sendo a sua vida? Mudou a sua rotina? Como é que ela está? Como é que está acontecendo? Porque nessa intenção nós conseguimos ver se ali nós temos uma mulher que pode estar com uma depressão pós-parto, que nem sequer é visto pela sua família. Mas que o profissional que está atendendo numa simples vacinação, por exemplo, num teste do pezinho consegue-se detectar. Um profissional atento que não só se preocupa com as partes técnicas e sim em ver a pessoa como um todo. Ele pensa em uma mãe quando não consegue olhar no olho

do filho, do bebê que está no colo. Essa é uma mãe que provavelmente ela tem depressão, que não está conseguindo aceitar as mudanças que houve na vida dela porque o normal é uma mãe olhar para o olho do bebê e o bebê olhar direto para o olho da mãe. E é o que cabe a nós, então, profissionais. Mesma coisa no posto de emergência quando chega o hipertenso, ou alguém com cefaleia - tu perguntares isso: como está a tua vida?... e assim é o meu trabalho, sempre foi assim.

Acredito que ali esse partido que me convidou, viu que eu estava me destacando junto à comunidade. Então, veja bem, em 96 eu fui eleita a primeira vez vereadora no município de Dois Irmãos. Mulher negra eleita vereadora.

Voltando lá no início, quando se fala em estratégias e preparação, na época quando fui eleita vereadora. Nossa, pensei: vou mudar o mundo. Vou fazer e acontecer – várias políticas. Fazer isso e aquilo. Quando entro para ser vereadora descubro a limitação para o vereador – ele não pode fazer nenhuma lei que mexa no orçamento do município ou do estado quicá do país. O deputado não pode fazer as leis que onerem o orçamento do estado. Nem os deputados federais, o da União. Então ali já foi um susto. Porque a maioria dos projetos envolve recursos financeiros e não se pode fazer.

Praticamente um vereador ou legislador, ele vê as leis do município, estuda, encaminha essas leis – aprova ou não. Fazer leis praticamente se resume a nome de ruas, de praças. À anteprojetos que podem virar projetos, mas que daí o Executivo precisa acatar ou não. Então o trabalho do vereador em si conforme diz a lei ele é muito restrito.

Tentei descobrir o meu papel, minha essência. Fazer então o que fiz na época (da saúde) – um elo entre a comunidade e a prefeitura. Que às vezes é desde uma lâmpada queimada, uma consulta, uma falta de informação que não se tem e que as pessoas lá 1996 tinham vergonha de vir à prefeitura, por não saberem falar porque sentiam não saber falar direito e coisa parecida. Então comecei a interagir mais com a comunidade e tentei ajudar nas melhores formas, dentre o que que elas queriam. Foi esse o meu papel como vereadora, mas que fui descobrindo e eu não posso nem dizer que foi estratégia, mas foi o dia-a-dia me ensinando. Dizendo para mim, né, aonde eu poderia exercer melhor o meu papel enquanto vereadora.

A Prefeita Tânia conta-nos até aqui um pouco mais detalhadamente sua atuação na área da saúde a qual ela estabelece como profissão. Descreve o desempenho dessas funções que, segundo ela, devem ir além da técnica, definidas como atitudes de um profissional atento. Especula uma possível visibilidade sua a partir do trabalho de enfermeira e toda sua dedicação ter oportunizado o convite partidário para concorrer. Salteia para o exercício do seu mandato, percebendo-se como interlocutora: “elo entre comunidade e governo”.

Das menções a respeito de um aprendizado na função de vereança ocorridos no dia a dia, expressados pela Prefeita Tânia, mantém-se juntas à política do cotidiano referida por Karen Santos.

Seguiu-se com o roteiro de questões adentrando sobre sua candidatura:

Daí depois fui candidata a vereadora de novo, e fui a mais votada na história do município de Dois Irmãos né e isso me credenciou assim com muita alegria e a dizer a todas as mulheres que vão escutar agora: acredito fielmente que as pessoas elas não votem alguém por ser negro ou por ser mulher, e sim pelas potencialidades que

vê nessa pessoa de transformar aquilo que não está bom. De acreditar nesse projeto. O que eu quero dizer para as mulheres é que nós não podemos minimizarmo-nos por ser mulher. As mulheres precisam votar em mim, toda as pessoas têm que acreditar em um projeto. E não votar ah porque eu sou negra, vou votar no negro ou porque é mulher, votar na mulher. Nós temos que ter a potencialidade de mostrar os nossos projetos e de mostrar o porquê que nós devemos ser votadas. O porquê que nós estamos botando nosso nome à disposição. Isso eu acho que é o importante, da gente trabalhar essas questões.

Depois, eleita prefeita em 2012. Fomos eleitos por 650 votos a mais. Já em 2016 a diferença dos votos foi em torno de 3.700 votos. Daí vem a pergunta: será que o aumento é porque eu sou mulher ou porque fizemos um bom trabalho e tivemos uma credencial para ser reeleita, com mais que ... o triplo em que a votação anterior? São esses questionamentos que eu acho que precisamos fazer.

É importante sublinhar que Tânia Terezinha da Silva, mulher negra, vereadora por três mandatos, e atual Prefeita (reeleita) da cidade de Dois Irmãos/RS integra esse estudo desde o ano de 2017, ainda quando da elaboração do projeto de dissertação, o qual foi apresentado na seleção do mestrado. Estabelecido o contato naquilo que podemos considerar como um pré-campo, e tendo apresentado os interesses nela para a pesquisa, desde a primeira conversa disponibilizou-se para participar.

Posterior ao resultado do processo seletivo do mestrado, e já matriculada no primeiro semestre de 2018, reunimo-nos oficialmente em agenda de campo. Naquele período, final do mês de abril, uma recente denúncia sobre desvio de verbas em que se via acusada em mídias jornalísticas, sobrepôs-se às outras questões do roteiro durante a entrevista. Eu que já acompanhava noticiários, redes sociais acerca da vida pública, de um modo geral, de Tânia e ciente da repercussão do caso, não objetei – prosseguindo a Prefeita Tânia, exteriorizando as ideias dela.

Figura 13 - Charge



Fonte: Rede Social (perfil pessoal) da Prefeita

Começo pedindo desculpas pela postagem longa, mas a água do meu poço (e não foi pequeno) de paciência transbordou. Calar significa concordar? Falar significa que atingiu? Mas me pergunto até que ponto tenho limites para aceitar uma perseguição sem precedentes? Com único intuito, ao meu ver, denegrir a imagem de um governo, ou da minha pessoa. Para quem me conhece, minha vida é pautada no trabalho árduo e difícil, sem ser vítima de nada, não estou reclamando, só agradeço. Me acusam de não saber o que fazer com o dinheiro, mas eles tampam os olhos no momento que não veem as melhorias na cidade (aumentamos mais de 950 vagas na educação infantil, de 2 ESF aumentamos para 8, fora as pavimentações, cidade limpa, eventos, melhorarias na segurança entre outros). Convido eles (jornalistas) para passar um dia ou então uma semana comigo, fazendo um diário da prefeitura, pois vão ver que começo a trabalhar as 7:30 e chego em casa as 22 horas, o telefone não para e os finais de semanas (mesmo gostando) são em eventos da nossa comunidade ou comunidades vizinhas. Só peço um favor, pensem que por trás de uma prefeita, gestão, existe uma pessoa, ser humano que tem uma família, amigos que leem essas reportagens e se abalam com elas, e que tem toda uma equipe que trabalha duro todos os dias, para atender as demandas da comunidade, sejam concursados, contratados ou 'ccs' todos atingidos com essas "piadinhas". Peço que sigam com o trabalho de vocês que nós seguiremos o nosso, com muita seriedade e convicção que estamos no caminho certo. Beijo no coração de todos (REDE SOCIAL, Perfil pessoal, 2018).

Retomando sobre a questão das diárias e das charges, Prefeita Tânia contextualiza com mais detalhes como chegou a informação até ela, como tentou lidar com a questão, jurídica e até pessoalmente:

Foi por parte de um jornal local que tem uma seção que fazem piadas né, então foram piadas repetitivas que foram colocadas em um jornal da cidade que é vendido na cidade. Não eram anônimas, eram em jornal impressos que vinham sempre piadas repetidas de vários assuntos relacionados a minha pessoa.

Eu até pensei, mas assim como eu posso dizer – era o tipo daquelas piadas de fino trato. Fino trato é aquela que se encontra lá e escondida, mas ela não é gritante, de sabe “eu estou ofendendo a mulher, eu estou ofendendo a prefeita, estou sendo preconceituoso ou racista”. Não! Tudo aquilo, bem sutil. Cheguei a ver com o jurídico aqui, ele disse que não, né. Eu pensei, bom para quê também – gastar energia tudo nisso né?

Então realmente eu desabafei, mas não pensei que ia ter tanta repercussão nem nada. Foi realmente para falar o que aconteceu. Queria esclarecer para as pessoas na verdade e trazer a luz do dia, ao que acontecia. O que foi bem produtivo, né. Passou pela minha cabeça, mas como eu disse é tudo tão sutil. Até tenho que elogiar quem fez, até a piada. Porque era tudo colocado mais em sutilezas muito grandes, que daí não tinha como configurar. [!!!]

Em outro momento das entrevistas, Prefeita Tânia Terezinha compartilha suas percepções das proximidades, similitudes e distanciamentos das regiões visitadas na Alemanha em relação à Cidade de Dois Irmãos, de berço germânico,

[...] principalmente nas cidades do interior é muito semelhante à nossas cidades pequenas, são super semelhantes as cidades que eu fui em termos de limpeza, organização nas cidades. Isso a gente observa aqui na região sul e por que eu falo das pequenas cidades, porque daí eu fui em Berlim, Frankfurt, já era diferente. Já tinha uma conotação de Capital porque já eram cidades-capitais, né, maiores. As do interior são muito parecidas com as nossas em termos de organização.

O propósito da Alemanha na verdade é a diminuição do gás carbônico, então a luta deles é esta né, porque no início do século... não! No início da existência da Europa eles desmataram muito. O que não desmataram, a guerra terminou. Então lá eles não têm oxigênio, precisando diminuir o gás carbônico. Havendo assim, muito incentivo para energia solar, incentivos para carros elétricos, muita preocupação com aquecimento global. Que a Alemanha tem porque não estão preparados para o calor, isso se sentiu muito. Fui com prefeitas de outras regiões do Brasil (RJ, SP, Curitiba e Acre), as quais sentiam o choque, diferente. Por isso digo que o nosso Brasil é lindo.

Foi uma experiência muito rica conviver com essas prefeitas e saber das realidades que cada uma tem, são as mesmas preocupações em segurança pública, em educação e saúde. As mesmas em todo o nosso país, diferindo a forma de tratar e a peculiaridade de cada região.

Também por isso eu voltei apaixonada pelo nosso Brasil. Porque foram muitas regiões assim e todas prefeitas mulheres, mas com cada uma com histórico diferente, mas a base com muita semelhança. Com mulheres maravilhosas [...] que têm posicionamentos, que vão atrás sabe, que estão ali na luta, que estão na frente, e arregaçam as mangas. Assim como uma árvore – como posso dizer, foi tronco né com muitas ramificações, mas todas com a mesma essência isso foi muito bom.

Do relato anterior da Prefeita Tânia, na primeira parte, é oportuno refletir-se sobre as influências da colonização alemã na Região Sul do País, destacadamente Dois Irmãos, Florianópolis e Curitiba.

Com o enunciado “voltei mais apaixonada pelo nosso Brasil” pode-se especular o fenômeno pesquisado pelo historiador José Rivair Macedo, associados à Diáspora negra, de que muitos negros africanos passaram a se perceber/compreender negros a partir da saída ou afastamento forçados de África, em outros países. (CURSO DANDARAS, 2019).

Ou ainda, a percepção das contrastantes relações raciais brasileiras em relação à Alemanha, manifestadas em “(...) mais ou menos sentiam o choque diferente, que por isso que eu digo que o nosso Brasil é lindo”.

Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (AMVRS)¹¹⁴

No ano de 2019, Tânia Terezinha acumulou ainda o cargo de Presidente da Associação de Municípios do Vale do Rio dos Sinos, a respeito do qual compartilha “o orgulho de ter sido eleita pela maioria das(os) prefeitas(os) como representante dos 12 municípios¹¹⁵, precisando unir os pensamentos em um só e lutar”.

¹¹⁴ A Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos é uma entidade de fins não econômicos, de duração ilimitada, com personalidade jurídica própria, que terá por sede os municípios que a compõem, regendo-se pelos presentes Estatutos.

¹¹⁵ Campo Bom, Dois Irmãos, Canoas, Estância Velha, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Rolante, Sapiranga, Morro Reuter, Lindolfo Collor e Taquara.

[...] por essa bandeira, então, nós tivemos assim muitos avanços na área de Oncologia que, por exemplo, os pacientes estavam 100 dias esperando. A união¹¹⁶ dos 12 prefeitos no ministério da saúde e na Secretaria de Saúde do Estado também, para que essa fila fosse outra, com 30 dias, 20 dias de espera da primeira consulta – foi uma grande vitória.

Relata ainda sobre “outras conquistas como na área de Segurança Pública e nas questões tributárias, obtidas por meio da consolidação de consórcio, com compras compartilhadas entre os municípios”. Nessa situação, “as doze prefeituras tiveram em torno de 60% da diminuição do valor agregado de cada produto”. Referindo-se ainda, ao ano de 2018 como intenso, de muitas realizações, de muitas experiências e tendo o sentimento de gratidão.

Escolho trazer este relato não apenas para expor as preocupações e realizações de Tânia Terezinha enquanto Gestora Máxima do Executivo de Dois Irmãos, somada à Presidência na Associação de Municípios do Vale dos Sinos na modalidade de consórcios, a fim de destacar o comprometimento com as competências dos cargos. Trago o relato também para propor pensar estas falas e ações em confronto às charges publicadas em jornal circular do município. As ilustrações da Prefeita Tânia com imagens associadas ao desvio de verbas públicas, ainda que desacompanhadas de provas, e avaliadas como “piada”, encobrem de certo modo, despercebidamente, até mesmo relações de poder, reforçadoras de estereótipos de cunho racista e sexista.

Problematizado minimamente isto, no próximo relato, por outro lado, a partir de informações (passíveis de averiguações no site de Transparência Pública) evidenciando preparo técnico, e desenvoltura das responsabilidades, somadas à investidura e autoridade do cargo

a nossa gestão já está se preparando para um 2019 muito difícil, tanto na área financeira, como na área de gestão, de contratos. Enfim, nós estamos prevendo 2019 muito difícil. Entrando, por isso, o ano com muita cautela. Porque nós dependemos de recursos de retorno de impostos. E nós não sabemos como vai ser o ano vindouro. Então, o que se fala é: cautela, pé no freio. Não acelerar. Vamos andar com segurança. [...] Com muita alegria estamos encerrando 2018, aqui no nosso município, com todas as contas em dia, fornecedores todos pagos rigorosamente em dia. Salários pagos em dia – hoje, inclusive, antecipando o salário deste mês de dezembro.

Então, digo que precisamos ser arrojados, sim. Mas cautela ao mesmo tempo. Porque nós gestores públicos, nós lidamos com muitas pessoas. Depende de nós. A prefeitura é [como] uma empresa. Não menosprezando nenhum tipo de empresa[...], mas por exemplo se tu tens uma empresa de móveis ou informática – se especializa

¹¹⁶ Referindo-se ao Consórcio Público da Associação os Municípios do Vale do Rio dos Sinos (CP Sinos), entidade é responsável por proporcionar oportunidades de processos licitatórios coletivos para compras de produtos, equipamentos e serviços (...) aumentando a capacidade de realização dos municípios.

nisso. A Prefeitura é uma empresa com muitos segmentos. Estou falando da área da saúde, daqui a pouco vou falar sobre ação natalina, sobre a [secretaria da] Fazenda, de mobilidade urbana, do serviço social. Então, essas demandas da “empresa” aqui são muito grandes.

Sequencialmente à analogia anterior – da “Prefeitura à uma empresa”, a Prefeita Tânia Silva manifesta que “muitas pessoas dependem de nós. Cada assinatura que eu dou, eu mexo na vida de muitas pessoas”. E argumenta que, devido a isso, “nós precisamos ter responsabilidade, cautela e pés no chão e sempre olhando para frente”. Visão esta que se apresenta por meio da narrativa em um “nós” (autoridades), empregado em um plural majestático – autodesignando-se junto a outras pessoas – a partir de seu cargo enquanto gestora pública (e demais gestores), bem como de sua equipe, na prestação dos serviços públicos. Há esforços e atenção, segundo o relato, para tais responsabilidade e deveres diante do poder de uma assinatura da Prefeita, mexer e afetar a vida de tanta gente: outros nós, de conjunto de pessoas beneficiárias destas ações políticas.

Chegando ao fim deste capítulo 4, no qual foram apresentadas as sete interlocutoras por meio de suas trajetórias políticas, principalmente, e antes de avançarmos às considerações finais, me parece oportuno retomar as motivações para a pesquisa, vinda também de vivência pessoal ao notar ausência de mulheres negras nestas esferas – executiva e legislativa – desde posições de liderança, assessoria, secretariado, prefeitas, vereadoras, deputadas, entre outras. A pesquisa acabou resultando neste panorama coincidente da Região Sul do Brasil, com o explicitado durante o texto, contando também com a participação de Jeruse Romão na capital catarinense e Alaerte Leandro, no Paraná. Não diferindo tanto para o sudeste brasileiro, mesmo apresentando maior número de candidaturas de mulheres negras à política institucional. Tal cenário é demonstrado por Áurea Carolina, mulher negra eleita a vereadora no ano de 2016 em Belo Horizonte, e à deputada federal nas eleições de 2018, ao expressar que

Estar em lugar que somos pouca é sempre difícil, e na política não é diferente. É ilusão achar que nos bastamos ali. Ralamos muito, mas nossa capacidade de resposta é limitada e há muito por fazer. Temos que multiplicar nossas presenças. (CAROLINA, ANO, n. p.)

Perceber isso tornou-se motivação disparadora em pesquisar a temática, não direta e necessariamente pelo enfoque das relações raciais. Ainda que problematizar a sub-representatividade de mulheres negras na política institucional infira (como que automaticamente) o racismo, desafiei-me inicialmente a me afastar, a pensar por outros

vieses, além da minha condição implicada/situada enquanto pesquisadora. Escrito de outra forma, eu não fui para campo investigar *racismos*. Os encontros, os diálogos, as entrevistas com as sete interlocutoras, nas mais variadas situações, não raro confrontaram meus esforços de distanciamento. Mesmo em busca de outras formas, atos racistas agrediram-me, agrediram-nos. Seguem agredindo-nos.

Na mitigação de tais efeitos, destaco a contribuição do pensamento de Almeida

A superação do racismo passa pela reflexão sobre formas de sociabilidade que não se alimentem de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que no máximo podem ser mantidos sob controle, mas nunca resolvidos. Todavia, a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar. (ALMEIDA, 2019, p. 208)

Oportuno ainda é paráfrase do trecho do Canto das Três Raças (1976), interpretado por Clara Nunes: essa escrita que devia ser uma escrita de alegria, redige-se também com um soluçar de dor, tramadas nas trajetórias políticas – de Jeruse Romão, Valdeonira Silva dos Anjos, Edenice Fraga, Marilu Lima de Oliveira, Alaerte Leandro Martins, Karen Santos e Tânia Terezinha da Silva.

Assim, tal tarefa concernente ao racismo, referida por Almeida, reconhecidamente perpassa por este estudo. Com o muito já dissertado, especialmente deste ponto em diante, para as considerações finais. Ainda que extemporaneamente (do tempo apropriado e desejável comumente em trabalhos acadêmicos), não obstante, seguir-se-á refletindo os limites e também possibilidades a algumas destas “formas alternativas de organização” consideradas nestas narrativas *entre eleitas, candidatas e não-candidata à cargos eletivos*. Mulheres negras. Sete, em três estados da Região Sul do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das narrativas apresentadas, foi possível compreender e refletir sobre os desafios que essas mulheres enfrentam ao longo de suas vidas. Nesse processo, tive como inspiração o trabalho da antropóloga Karina Kuschnir (1996, 2000 e 2007) que defende que no campo de estudos de mulheres na política é possível compreender percepções e valores associados à prática política, por meio de trajetórias individuais de parlamentares conjuntamente com o “mapeamento de redes sociais que as rodeiam e as sustentam.”. (KUSCHNIR, 1996, p. 7).

A partir dos relatos sobre suas histórias, as sete entrevistadas mostraram que seguem vinculadas a organizações sociais, grupos, coletivos e movimentos (estudantil, políticos, partidários) de um lado; ou em atuações nas áreas da saúde e educacionais, de outro, bem como na área pública de modo geral. Inseridas nesses espaços (por vezes concomitantemente), sobressaem-se seus ativismos e engajamentos públicos. São esses históricos que, em maior ou menor grau, entrecruzam-se às suas atividades profissionais, muito próximas ou já partícipes nas instâncias da política institucional. Mas a trajetória de cada uma das sete mulheres desta pesquisa tem suas particularidades, o que mostra que caminhos diversos oportunizaram a elas depararem-se, em um dado momento, com a possibilidade de candidaturas no “mundo da política”¹¹⁷. Nesse sentido, recorro novamente à mineira Áurea Carolina, atualmente deputada federal, socióloga e cientista política, problematizando através de redes sociais, que não se trata de uma identidade fixa. Ela vai se construindo à medida que se acessam novas oportunidades, que ampliam repertório e criam deslocamentos. Eleita deputada, percebe-se criando instabilidades em seu pertencimento, quebrando com a expectativa do lugar programado para pessoas como ela. Mas é também um sinal de que as coisas estão mudando. Sua trajetória está longe de ser um feito individual. Tendo a ver com as oportunidades e os acessos que teve (CAROLINA, 2020).

Uma questão que cabe destacar é que a participação das mulheres que se tornaram interlocutoras desta pesquisa se deu basicamente por meio de indicação de outras mulheres que têm ou tiveram atuação política. Ou seja, nenhuma das sete participantes se auto indicou

¹¹⁷ Termo empregado, a partir da conceituação de Kuschnir, a política e a sociedade em geral, como fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e as influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas. Existem muitos “mundos da política”, dependendo do contexto etnográfico que se estuda. Para compreender esses mundos é importante estudar tanto as concepções dos políticos quanto seus financiadores, assessores, eleitores e da sociedade mais abrangente na qual estão inseridos. (KUSCHNIR, 2003, p. 66)

para participar, tendo eu chegado à maior parte delas por redes de indicações referendando-as como *mulheres negras em espaços políticos de poder*. O que eu quero dizer com isso é que em nenhum momento observei a pesquisa definida por elas como um espaço de promoção pessoal. A maioria delas mostrou alguma surpresa em serem escolhidas/convidadas a integrar o estudo. Além disso, expuseram a identificação nesta pesquisa como um importante canal de escuta, desprovido de tensionamentos ideológicos, onde referiram um sentir-se à vontade. Isso é condizente com outras posturas que se evidenciaram nas entrevistas, que considero um dos resultados primeiros, os quais comento na sequência.

A partir de uma das questões principais do roteiro de entrevistas, dizendo respeito às motivações quanto a candidatarem-se ou não, as mulheres entrevistadas não mencionaram disposições ou razões de ordem (estritamente) do pessoal: “ah, sonho, sonhei em ser prefeita, vereadora, deputada, política”, mas sim seus interesses em contribuir para melhorias e maiores acessos dos grupos, organizações e instituições que participam.

De forma geral, apresentaram-se inclinadas muito mais a ocupar esse espaço institucional político para e por um “nós”, um coletivo. Ou seja, a possibilidade de colaborarem em melhorar a vida da população negra foi o que apareceu mais regularmente nas entrevistas.

Outro dos achados interessantes desta pesquisa (e que era uma das minhas preocupações iniciais) é a ilação por se ter um perfil (melhor ou adequado) para candidatarem-se ou mesmo acerca da candidatura de outras mulheres negras. Suas colocações dirigiram-se mais para os porquês (motivações) e para quem o trabalho era necessário. Elas argumentaram características, caracterizações e elementos que consideram importantes que uma mulher negra candidata a cargos eletivos sopesem, entretanto baseadas em suas próprias experiências. Ou seja, não foram feitas projeções generalizadas e genéricas para outras mulheres.

Isso pode ser verificado nas suas falas sobre suas práticas. Valdeonira dos Anjos, por exemplo, olhando para sua trajetória de candidata a vereadora, disse que era importante “ser ambiciosa, ter olho ligeiro, pescar as coisas, ir atrás, saber sorrir, saber respeitar (...) saber viver com o outro”. Marilu Oliveira observou a importância de “unidade, em se ter condições, em uma nova educação nas relações com os partidos políticos”, o que estava entre os seus próprios projetos; Edenice Fraga comentou que é preciso “coragem e acreditar-se capaz”; Alaerte Martins, por sua vez, mencionou a importância de “participação maior nos espaços políticos para que convertida em maior representatividade”. Karen Santos indicou suas

inclinações dedicadas às funções de “articulação e liderança”, e Tânia Terezinha da Silva discorreu sobre a importância de se ter “atenção e responsabilidade”.

Mais projetadamente foram os argumentos de Jeruse, que embora não candidata a cargos eletivos, com vultoso acúmulo na área política, atenta às dificuldades das candidaturas de mulheres negras, entendendo como o jogo é jogado e, não à toa, aponta a necessidade de “ginga” no processo.

Com isso, é possível compreender através das falas delas que não existe um perfil específico, ou habilidades extraordinárias para se ocupar cargos políticos eletivos; como também elas mostraram o imbricamento das suas experiências de vida, as quais encarnam as lutas, os sucessos e os desafios cotidianos nos seus projetos políticos.

A pesquisa mostrou também a importância da família – filhos e (ex)cônjuges –, amigos e colegas de trabalho, depreendidas nas dinâmicas do que podemos entender como bastidores de escolhas decisórias dessas mulheres, na medida que, nos seus relatos, aparecerem recorrentemente como fontes de incentivos ou desânimos para as candidaturas das sete mulheres. Além disso, algumas delas, particularmente Karen Santos, indicaram a dimensão coletiva das suas decisões e atuações políticas; evidenciando desde uma candidatura, campanha e eleição advindas de construção coletiva, na mobilização de mais atores sociais, para além dos familiares.

Mas isso não significa dizer que os apoios recebidos – seja da família, de colegas, ou mesmo as construções coletivas deem conta da experiência das mulheres negras na política institucionalizada). A complexidade da experiência política está também no reconhecimento de emoções que se expressam na interioridade dos sujeitos e que em vários momentos foram também revelados nas entrevistas, com maior ou menor ênfase. Um exemplo emblemático disso é a avaliação de Marilu Oliveira, de que “ser candidata é um ato coletivo, também muito isolado.” Escrito de outra forma, neste grupo de sete mulheres, cinco delas suscitaram a solidão por elas sentidas, antes e durante a candidatura; quatro das candidatas – Valdeonira dos Anjos, Marilu Oliveira, Edenice Fraga e Alaerte Martins – e uma das eleitas – Tânia Silva. Jeruse Romão (não-candidata) sugere “sacrifício” e muitos “rompimentos”.

Recuperando trechos de suas falas, sublinhamos:

➤ Valdeonira, ao mencionar que “convida para participar de uma reunião, não vão (...) as pessoas com mentira eu acho, ainda tenho a relação de mais de duas mil pessoas que iam votar em mim”;

➤ Marilu Oliveira, ao compartilhar “muitos que começam a campanha contigo, não terminam”;

➤ Edenice Fraga: “[...] e minha poesia e arte não são ativismo? O que é então?”;

➤ Alaerte Martins ressentido-se: “[...] sempre ia lá sozinha, só eu de mulher negra”;

➤ Tânia Silva, comentando dos momentos de campanha e relembrando: “do quanto se sentiu sozinha em visita a algumas casas”.

➤ Jeruse Romão, mencionando, “os rompimentos” atuais e os adiante, em meio às negociações para o alcance¹¹⁸ de maior representatividade especialmente de mulheres negras nas instâncias institucionais políticas.

Karen Santos, diferentemente, sem citação direta a familiares, leva-me a uma leitura de encontrar na militância e grupos à sua volta um conjunto de pessoas fortalecendo a candidatura e o mandato.

Este estudo, a partir dos seus dados, compreende que não há uma candidatura ou candidata ideal. São elementos assomados às suas trajetórias que as motivam, mais ou menos, em um ou outro período. Mas é possível também perceber recorrências em suas histórias, por exemplo, as suas ocupações profissionais, suas redes e relações em que estão inseridas, que recupero a seguir a partir das seguintes questões: 1) organizações/coletivos e 2) inscrições partidárias.

1) organizações/coletivos e segmentos que apareceram nas narrativas:

➤ Educação (poesia, arte) saúde e segurança; Programa Antonieta de Barros, Rede de Mulheres Negras; Alicerce, Frente quilombola e Movimento estudantil; Atendimento em saúde; Associação Antonieta de Barros, Escola de Samba, Fuxico, Literatura negra e feminina, Instituições militares (polícia e escola);

2) Inscrições partidárias referidas pelas interlocutoras alinham-se a posicionamentos políticos em instituições menos conservadoras¹¹⁹:

➤ PT (Jeruse Romão e Alaerte Martins), PSB (Marilu Oliveira), PDT (Valdeonira dos Anjos), PSOL (Karen Santos), Rede Sustentabilidade (Edenice Fraga) e MDB (Tânia Silva).

Uma outra questão que cabe destacar nestas considerações finais diz respeito a conexões que observei nas histórias das candidatas. Atenta evidentemente ao pensamento de que tais

¹¹⁸ Ao mesmo tempo, é preciso destacar as limitações da presente pesquisa que não acompanhou de perto o cotidiano da parlamentar, tendo realizado somente uma entrevista com ela, na qual ela deu muito destaque à questão do coletivo.

¹¹⁹ Sobre este tema, ver a inovadora pesquisa Índice de Democracia Intrapartidária: uma proposta de mensuração a partir dos estatutos dos partidos políticos brasileiros, de Eneida Desirree Salgado (2019), resultante de seu estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná.

conexões entre mulheres negras não se estabelecem de maneira automática em função de nossas semelhanças, e as possibilidades de comunicação genuína entre nós não são fáceis de concretizar. Muitas vezes fingimos reconhecer a ideia de apoio mútuo e conexão entre mulheres negras porque ainda não atravessamos os obstáculos no caminho rumo a essas possibilidades, não exploramos completamente as raivas e os medos que nos impedem de compreender o poder de uma irmandade negra real. (LORDE, 2019)

Fortificada com o esse pensamento resgatado, proponho aproveitar a imagem do Fuxico artesanal para expressar que algumas vezes a tarefa de costura é interrompida por *nós* que enlinham/enrolam, impedindo o transpassar da agulha para ligar, juntar os pontos. Nas histórias das mulheres desta pesquisa identifiquei três tipos de “nós”:

- O “nós” da primeira pessoa do plural que dá título a esta dissertação – Negras, nós¹²⁰! A maioria das mulheres tinha a percepção de que as mulheres negras conformam uma coletividade historicamente situada e desfavorecida.

- O “nós” enquanto pontos de entrelaçamento das suas histórias, ou seja, o embolado das suas vidas com o próprio trabalho na política. Com relação a isso, classifico e descrevo a seguir os itens (1) Dedicção a causas sociais: educação, saúde e segurança e (2) O duplo lugar da atuação política.

- E o “nós” identificado enquanto impasses, tensões, dificuldades e obstruções que elas enfrentam, que serão explicitados nos itens subsequentes (3) As dificuldades financeiras e (4) O racismo.

Pontos de entrelaçamento

“*Nós*” I Dedicção a causas sociais: educação, saúde e segurança

Jeruse Romão (Pedagoga: Núcleo de Estudos Negros – NEN);

Valdeonira Silva dos Anjos (Professora, Fundadora da Associação de Mulheres

Antonieta de Barros – AMAB; Fuxico, Escola de Samba DasCuia);

Edenice Fraga (arte – poetisa, diretora PMSC, Segurança);

Marilu Lima de Oliveira (Pedagoga, Programa Antonieta de Bairros – PAB);

Alaerte Leandro Martins (Saúde, Educação: titulações de Mestre e Doutora. Rede de Mulheres Negras – RMN/PR),

Karen Santos (Professora, NEGRAÇÃO, ALICERCE, Frente Quilombola);

¹²⁰ E também foi recuperado do relatado por Dona Val, durante o trabalho de campo, referindo-se ao livro *ata*, como nome de uma das formações de Grupos de Mulheres, idealizados por ela e por Uda Gonzaga, na década de 80, em Santa Catariana. E que no ano de 2001, também com novas integrantes, constitui-se juridicamente em Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB).)

Tânia Terezinha da Silva (área da saúde – Enfermeira concursada; coordenadora no posto 24 horas)

Com esta síntese, observamos uma ênfase nos temas recorrentes e compartilhados na educação, particularmente nos remetendo às experiências coletivas das sete partícipes da pesquisa. Ângulo aproximado ao pensamento da teórica feminista estadunidense bell hooks¹²¹, dentre outro conjunto de atuações em sua carreira, ao refletir sobre o processo de mulheres negras e o caminho intelectual, de como se dão esses acessos. Assim, apoio-me em hooks em justaposição à inserção pela via da educação, presente nos sete relatos e trajetórias anteriormente conhecidas (hooks, 1995).

Deste “*Nós*”¹, acerca da dedicação a causas sociais: educação, saúde e segurança, proximamente estão apresentadas no artigo “Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro” constante na obra *RS NEGRO Cartografias sobre a Produção de conhecimento*, do pesquisador e historiador José Antônio dos Santos. Ainda que localizadamente no Rio Grande do Sul, por empreender como fonte de pesquisa a imprensa negra (a partir do final do século XIX), prestando-se à reconstrução de uma determinada coletividade que tinha no jornal o principal meio de comunicação e reivindicação. E à reconstrução de trajetórias individuais que participaram como lideranças, reescreve-se sobre a contribuição dos intelectuais negros ao que se conhece como *pensamento social brasileiro*, portanto atingindo-se “outras perspectivas históricas (SANTOS, 2009). Desse modo, estendendo-se a compreensões ramificadas até mesmo de outras localidades e regiões.

Já no preâmbulo do estudo, Santos reflete que “Nos meios de comunicação brasileiros são recorrentes as ideias de baixa estima, desorganização familiar e pouca afeição à política e ao mundo acadêmico e intelectual que caracterizariam a população negra” (2009, p. 83). Quando da sequência de seu estudo de cunho historiográfico, controvertidamente, resulta no entendimento de que

O espírito associativo do negro brasileiro, que serviu de título para artigo de Arthur Ramos em 1938, ou o negro antes de tudo um organizador, constituiu forma perene de resistência e integração ao longo de toda a história brasileira. Desde a formação dos quilombos, a fundação de caixas de alforria e clubes abolicionistas, irmandades religiosas e confrarias, corporações e comunidades de terreiro, entidades carnavalescas e beneficentes, clubes de recreação e educação, as comunidades negras sempre se organizaram visando a integração na nação que se formava. O

¹²¹ bell hooks prefere que seu nome seja grafado em letra minúscula. “Desafiando convenções linguísticas e acadêmicas, pretende dar enfoque ao conteúdo da sua escrita e não à sua pessoa. Objetivando não ficar presa a uma identidade em particular, mas estar em permanente movimento”.

discurso separatista, segregacionista ou que simplesmente pregasse a volta ao continente africano, nunca foi expressivo na imprensa negra brasileira (SANTOS, 2009, p. 95)

Tal pensamento nos remete direta e taxativamente para:

“*Nós 2*” O duplo lugar da atuação política

Outra ligação possível que vejo é a de Karen Santos, enquanto mulher negra eleita vereadora, ao comentar do “estar dentro”, “do ter uma cadeira” ser considerado algo muito limitado. Ainda, “desse lugar [político institucional]” por ela referido, contrasta com a fala de Jeruse Romão – que não quer ficar presa “nesse lugar”. Ao mesmo tempo, Karen Santos também se refere à atuação na política representativa como um “lugar estratégico”. Tal como menciona a Prefeita Tânia que diz ser “nesse lugar”, no cargo que ocupava ainda quando vereadora, que ela pensava “poder mudar o mundo, mas estando dentro e percebendo a função do legislativo, muito limitante”; em outro diálogo, expressado por ela, que isso “a deixa mais realizada, estando agora no Executivo e podendo fazer a diferença na vida das pessoas”.

Essas pontuações convergem também com a explanação de Valdeonira dos Anjos no entendimento da importância de se “ter poder político”. Em correspondência ao “espaço de decisão como espaço político”, sublinhado por Edenice Fraga. Juntamente ao afirmado por Marilu Lima Oliveira, da compreensão da participação necessária “nas estruturas dos locais, nas estruturas partidárias”, e de mais “importante que ser candidata, é o de entender o processo”. Vinculam-se, ainda que distanciadamente, o contexto mais impeditivo de mulheres negras alçarem-se na política, por sua vez relatados por Alaerte Martins na problematização de que, sem condições materiais, nem dinheiro ou tempo, relegadas em sua maioria no cuidado à casa e aos filhos. Ou seja, não só um duplo lugar, mas o “se desdobrar em mil para conseguir estar nas atividades (políticas)”.

Nesse sentido, é pela via historiográfica, recorrendo-se novamente a José Antônio dos Santos, de sua pesquisa já devidamente referida, sobre “intelectuais negros, imprensa e contribuição ao pensamento social brasileiro”, quanto à

busca pela emancipação dos negros realizar-se por alguns deles, quando vislumbraram a possibilidade de definir, construir e alcançar outro lugar aos negros como homens e *mulheres* de ações, ideias e pensamentos, trajetórias de vida que nos indicam encruzilhadas e horizontes possíveis à superação dos preconceitos e estereótipos ainda visíveis na sociedade brasileira. (SANTOS, 2009, p. 98, grifo meu).

Atendo-se a este indicativo dos horizontes, mais ainda das encruzilhadas, ajustadas às compreensões de que estas “interrompem fluxos, abrem e fecham caminhos, ao mesmo

tempo, irrompem, interrompem, tanto quanto potencialmente permitem conexões, materializado o princípio de indeterminação” (CARDOSO 2016 apud SILVA 2017), princípio este, capaz de evitar a política da polaridade e fazer emergir como os *outros de nós mesmos* (1998 apud SILVA 2017)”. No caso das candidaturas de mulheres negras a cargos eletivos respectivamente à política institucional, nas sete narrativas são suscitados impeditivos que enredam, sobretudo no tocante à sustentabilidade, recursos e subsídios a estas empreitadas e projetos.

Impasses, tensões, dificuldades e obstruções

“Nós” 3 Dificuldades financeiras

Praticamente todas as entrevistadas comentaram das dificuldades financeiras presentes nas suas campanhas eleitorais: Karen Santos, por exemplo, citou que tinha 1000 panfletos; Valdeonira, na sua época, xerocou seus santinhos; Edenice, mesmo numa posição de estabilidade financeira – aposentada tenente-coronel, escritora e palestrante – reconhece a questão financeira como empecilho para as candidaturas; quanto à sua campanha, recebeu R\$ 800,00 apenas do partido.

A fala de Alaerte refere, além dessa questão, uma associação com tempo não disponível, pois as mulheres negras em sua maioria têm que trabalhar; enquanto relatado desde os primeiros encontros pela Prefeita Tânia, da ausência de recursos. Também Jeruse Romão, ainda que não candidata, mas da posição de dirigente partidária, apresenta dados recentes da assimetria dos financiamentos das campanhas para mulheres negras candidatas; sua declaração: “não, nós não conseguiremos fazer isso” é ilustrativa para a situação.

Se no trabalho manual do fuxico são necessários tecidos cortados em pequenos quadradinhos para formar um, o texto demudado nas etapas que envolve a costura dos fuxicos – de narrativa em narrativa, mais partes são ajuntadas – todas atravessadas, enosadas por aquilo que veda recursos vitais e, em grande medida, “em termos de acessos à educação, aos serviços sociais e públicos, às oportunidades de lazer, ao poder político – inviabilizadas pela preservação e manutenção monopolista dos recursos vitais da sociedade¹²²: o racismo¹²³”.

¹²² MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

¹²³ De certo é que para uma abordagem devida ao estudo do racismo, estão análises mais aprofundadas sobre relações raciais e necessariamente de raça, democracia racial, movimento negro, movimento de mulheres negras, feminismo negro, até mesmo de políticas partidárias, em acordo ao lócus pesquisado. Advertidamente pouco articuladas e desenvolvidas ao longo do texto, mas que justificadas pelo decurso da pesquisa. Priorizando-se as

“Nós” 4 RACISMO

O Brasil não é um país racista, mas é um país onde existe racismo. Em uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, mas 98% disseram conhecer pessoas que manifestavam algum tipo de discriminação racial. (FOLHA, 2009)

Opto por começar a explicitação deste “Nós” (4): racismo, com esta citação por ter nela uma problematização mínima daquilo que a antropóloga e historiadora brasileira Lilia Schwarcz avalia, de que a pesquisa passa a impressão de que todo brasileiro se sente como uma “ilha de democracia racial” sendo cercados de racistas por todos os lados.

Ilustrativo para se compreender o apontado por Sílvia Almeida (2019),

de que o racismo transcende o âmbito da ação individual, frisando a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo, mas de um grupo (de uma raça) sobre outro(a). Algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional, chegando-se assim à conceituação de *racismo institucional*, como enorme avanço referente ao estudo das relações raciais.

Prossegue trazendo: “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Ou seja, as instituições são racistas porque a sociedade é racista”.

De uma obviedade que o pensamento possa refletir, aproximo-o das situações experienciadas por Edenice Fraga – denunciando e processando duas pedagogas que

narrativas das sete mulheres negras e de suas trajetórias política, entre as respectivas escolhas teórico-metodológicas. Acentuadas daí a frequência e a regularidade das subjetividades próximas em suas biografias, a partir das quais, aqueles conceitos-chave não foram verificados enquanto categorias uniformes de sentido para elas. Relevantemente à suma importância destes elementos, sugere-se para além das/os autoras/es já presentes na dissertação, os seguintes estudos das temáticas correlatas para uma maior compreensão sobre o racismo: **Raça** ver FANON, Franz (2008) *Pele Negra, Máscaras Brancas*; HAL, S. (2016 p. 161-188) *Cultura e representação*. BARRETO, R. A (2005). *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação. **Democracia Racial** ver SALES JR, Ronaldo L. (2006), *Raça e justiça: o mito da democracia racial e racismo institucional no fluxo de justiça*. SCHWARCZ, L. K. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. **Movimento de mulheres negras e feminismo(s) negros(s)** ver CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003; - MOREIRA, Núbia Regina. *Representação e identidade no feminismo negro brasileiro*. Artigo apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Agosto de 2006 (UFSC); RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing*. *Revista Estudos feministas*, v. 3, n. 2nº2, 1995; - BAIRROS, Luiza. *Nossos Feminismos Revisitados*. *Revista Estudos feministas*, n. 2\95; CALDWELL, Kia Lilly. *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000. **Movimentos Sociais Negro** ver LIMA, P, A. *Movimentos negros e a abordagem política da violência racial no Brasil Contemporâneo: genealogia antropológica e histórica de um problema*. In.: GT71 - Los movimientos afrolatinoamericanos: trayectorias, acciones y desafíos. XIII Reunión Antropológica do Mercosul: Porto Alegre, 2019; - ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araújo (org). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007; - BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos/entrevistas e textos; organizador Quilombohoje*. São Paulo, SP,1998; SUDBURY, Júlia. *Outros tipos de sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação*. Ed. Selo Negro. Summus, SP. 2003.

trabalhavam na Escola Militar, quando Fraga conduzia a Direção. Também é possível identificar as *sutilezas do racismo* nas manifestações públicas em cartazes, charges, piadas sobre a Prefeita Tânia Terezinha e a ação nada sutil que revelei na “descrição tensa” sobre o campo com Marilu Oliveira. Além disso, a fala da Alaerte Leandro Martins do acentuado racismo na região sul.

Ademais, as dificuldades financeiras vivenciadas, percebidas por todas as sete mulheres negras, apontam o evidente desafio do racismo ser confrontado “nas instituições cujo padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiam determinados grupos raciais, implicando o racismo como parte da ordem social. Ou seja, não é algo criado na instituição, mas por ela reproduzido” (ALMEIDA, 2018, p. 47).

Compreendido isto, além do confronto, o combate deste modo de operação é com a implementação de práticas antirracistas efetivas, com instituições adotando políticas internas que visem: a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo; b) remover obstáculos para ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanente para debates e eventual revisão de práticas institucionais; d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero, segue advertindo o autor, Silvio Almeida, que, além de docente universitário, é também filósofo e advogado. Sintetizo a partir de seu pensamento no já clássico e fundamental livro “Racismo Estrutural”.

Como que (des)enlizando/(des)enrolando alguns desses *nós*, estão Karen Santos, Vereadora em Porto Alegre, Tânia Terezinha da Silva, Prefeita da cidade de Dois Irmãos. Negras. Mulheres. Eleitas. Gaúchas. Conseguindo fazer isso apesar e/ou desviando das barreiras estruturais e institucionais.

A eleição da Prefeita Tânia Terezinha requer uma pesquisa muito mais aprofundada do que foi possível desenvolver para esta dissertação, mesmo porque as questões da presente pesquisa voltaram-se para as motivações sobre concorrer, ou não, a cargos eletivos – e foi na abordagem deste problema de pesquisa que as interlocutoras referiram a questão do racismo. No caso da Prefeita de Dois Irmãos/RS, que se apresenta com uma estética que não minimiza os traços étnicos, evidente através de imagens públicas de sua carreira política onde se verifica a preferência pelo uso de tranças, crespos com volumes, afro mais natural – variando apenas os cortes e penteados. Também com o uso de lenços, turbantes e roupas com estampas afro.

Vale destacar que o racismo não foi pautado (diretamente) por ela nas entrevistas. A questão foi exteriorizada indiretamente ao serem trazidas as denúncias do desvio público de

dinheiro em que se viu (injusta e indevidamente) acusada. Além do mais, avaliando e tratando como piada e sutileza. Além disso, referiu sua convicção que a comunidade Dois-Irmãozense não votou nela “por ser negra ou amarela...”, destarte demonstrando despistar sobre a “existência do racismo, ao menos não na cidade de Dois Irmãos”. Argumento este que oportunamente presenciei, de seu discurso público do aniversário oficial¹²⁴ da cidade. Acompanhando-a próximo de onde proferiu sua fala, mencionando a sua percepção de que “racismo não existe, não ali”.

Mais do que tentar elaborar sobre sua afirmação, o que ela aporta para a presente pesquisa é mais uma complexidade da presença das mulheres negras na política. Uma das questões a ser levantada e que deixaremos em aberto para investigações futuras, é se a pergunta sobre mulheres negras na política não está de alguma forma dando ênfase maior à cor da pele do que às pautas que estas mulheres trazem para o jogo político. Ou seja, além de quem são as mulheres negras e como suas vidas se entrelaçaram com a política, seria o caso de refletir sobre suas pautas e o quanto elas tencionam, ou não, os valores e as relações vigentes de poder. Quem sabe pesquisas futuras poderão adentrar essas questões.

De modo pessoal, sigo alinhada à reflexão trazida pelo antropólogo Alex Ratts, em sua reconstrução da trajetória de Beatriz Nascimento, a qual refere o corpo negro como:

corpo que porta carências radicais de liberdade, que procura e constrói lugares de referência transitórios ou duradouros (...) território das relações de poder e de racialização; identidade como reconhecimento e como possibilidade de recriação inclusive do pensamento negro; amplexos entre a razão e a emoção (RATTS, 2006).

Nesse sentido, Almeida (2018) alerta-nos “o racismo não se limita à representatividade. Ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias, em espaços de poder e de decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista”. Já que “a ação dos indivíduos se orienta muitas vezes possibilitadas institucionalmente, com os princípios estruturais da sociedade em pano de fundo”.

Almeida (2018) contribui para a continuidade da análise, levantando a problemática da “supremacia branca no controle institucional”, na medida em que a ausência de pessoas não brancas em espaços de poder e prestígio, é o sintoma de uma sociedade desigual e, particularmente, racista.

¹²⁴ O aniversário da cidade de Dois Irmãos data de 10 de setembro de 1959. Em setembro passado, com uma programação comemorativa aos 60 anos de Emancipação e com selo dos 190 anos da Imigração alemã. Os registros de imagem deste evento estão no APÊNDICE 1 - FOTOS.

Portanto, é fundamental para a luta antirracista que as pessoas negras e outras minorias estejam representadas em espaços de poder, seja por motivos econômicos e políticos, seja por motivos éticos. Valho-me de dois questionamentos de Silvio Almeida – primeiro: “seria tal medida suficiente? É uma prática efetiva manter algumas poucas negras em espaços de poder sem que haja um compromisso com a criação de mecanismos institucionais efetivos de promoção de igualdade?” Segundo: “a liderança institucional de pessoas negras basta quando não se tem poder real, projetos e ou programas que possam de fato incidir sobre problemas estruturais, como as questões da ordem da economia, da política?”

Indagações que por certo este estudo não tem a pretensão de responder, esgotar ou resolver. Mas que compartilha do pensamento de Lélia Gonzalez ao voltar atenções e considerações:

sobretudo a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo, moral (...) que ao nosso ver desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos *a nós*, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos a luta pelo nosso povo.

Destaco, nesta mesma direção, algumas ideias de Marielle Franco, *presente!* Mulher negra, lésbica, mãe, ativista social e eleita vereadora em 2016. Socióloga e pesquisadora, também mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro. Mais do que tributos, reverências e referências: “UPP: a redução da favela a três letras”, dissertação de mestrado, publicada no *livro Tem Saída* (BUENO, W. BURIGO, J. MACHADO, R. P., SOLANO, E. (org.), 2017). Destaco especialmente as reflexões oriundas do capítulo “A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada” (FRANCO, 2017), de lá transladas:

As mulheres negras, moradoras das periferias em favelas são ativas nos cenários políticos, culturais e artísticos na cidade. Ainda que a luta/ativismo/militância por elas protagonizadas seja inicialmente relacionada às questões locais e intimamente lincadas às condições objetivas e subjetivas das suas vidas no território, conquistam dimensões fundamentais para avançar às condições locais, alcançando impacto em toda a cidade. (...) Neste sentido, há várias mulheres reveladas que se destacam e ultrapassam em ações e representações, o ambiente que predominam em suas vidas. Tal fenômeno por sua vez, não é determinado por questões estritamente individuais, por serem iluminadas ou especiais, mas por uma questão de trajetórias, encontros, percepções de si, do outro, oportunidades, articulação, a inserção nas questões sociais. (...) E, com ênfase afirmativa, tal fenômeno, que se encontrava em ascensão pré-golpe traz para a esquerda (e para todas(os), grifo meu) o desafio de manter esse crescimento para superar a onda conservadora que predomina hoje no país. Contudo, um considerável número de mulheres faveladas não vê com simpatia a participação na sociedade política e muito menos, reúne facilidade para aproximação dos corpos que alcançam os espaços institucionais do poder do Estado que para a maioria, sem grandes distinções, são enxergados como poderosos e poderosas. Esse quadrante se

amplia com o êxito das classes dominantes, nesse cenário de golpe, e ao alargar a visão hegemônica de que o principal problema do Brasil é a corrupção, e não as desigualdades. (p. 70-73)

Enquanto reflexão advinda de experiência ancorada no sudeste do país, de parte da trajetória política da vereadora Marielle Franco, lá historicamente eleita, também (a)bru(p)talmente executada, muitos paralelos regionalmente desdobram-se.

Tratando-se este estudo, de mulheres negras localizadas mais ao Sul do Brasil, na qual os resultados das últimas eleições evidenciam um aumento do conservadorismo no campo político institucional nos três estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Contrastadamente, abrangendo trajetórias das sete interlocutoras: Tânia Terezinha da Silva, Karen Santos, Jeruse Romão, Valdeonira Silva dos Anjos, Edenice Fraga, Marilu Lima de Oliveira e Alaerte Leandro Martins; mulheres negras. Desde experiências entre eleitas, candidatas e não-candidata a cargos eletivos – propulsoras de reflexões outras. E porque não, convertidas em (novas) estratégias políticas, de aliança, de articulações, de mandatos compartilhados?¹²⁵.

Como Marielle propõe, “um exercício fundamental para entender e atuar no contemporâneo”, intensamente “construir uma análise, com base nessa complexa condição objetiva, com vários elementos subjetivos que impactam a disputa ideológica, as narrativas e a institucionalização do poder dos discursos dominantes”. (FRANCO, 2017, p. 75). Consoante

¹²⁵ Considere-se o pré-projeto “*Muitas* fazendo votos Juntas(os)? Mandatos Coletivos e compartilhados: Uma análise antropológica”. Apresentado como pré-projeto de tese, para a seleção de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, no ano de 2019. Trabalho este objetivando compreender as redes, práticas e relações estabelecidas a partir de mandatos coletivos, advindos de campanhas coletivas. Adentrando ao entendimento prévio tratando-se de “mandatos de tamanho reduzidos, de co-parlamentares, que em geral se conhecem por atuarem em causas sociais parecidas. O planejamento do tamanho e dos papéis é feito de maneira anterior às eleições, numa relação contratual e aproximada entre os participantes. Em geral são marcadamente ideológicos, sem a possibilidade de participação de pessoas estranhas, ou que não compartilhem visão de mundo. As decisões são tomadas para toda a gestão do gabinete e do mandato por meio de deliberação. Exemplos que se enquadram nesses quesitos são o de Áurea Carolina, Cida Falabella e Bella Gonçalves no coletivo *Muitas*-Gabinetona (Belo Horizonte / MG), a Bancada Ativista liderada por Mônica Seixas (São Paulo), o *Juntas* em Pernambuco lideradas por Jô Cavalcante e o mandato coletivo de Alto Paraíso de Goiás. (PVBLICA, 2019). Note-se que conceitualmente diferem de *mandatos compartilhados*, segundo pesquisa realizada por PVBLICA - Instituto de Políticas Públicas, de propriedade do Instituto Arapyauá/SP. Onde estes “adotam sistemática de votação com distribuição de poder de voto de maneira individualizada para cada co-parlamentar”. [...] A intimidade constitutiva neste campo, é um terreno antropológico e político muito fértil; [...] Pontos destacadamente para que esta pesquisa se volta são os – das tomadas de decisões passando por redes sociais, websites, celulares, ou seja, mediadas pela comunicação e tecnologia da informação. Acordos por vezes – sedimentados na virtualidade; [...] e vêm demonstrando-se como alternativas promissoras ao campo eleitoral vigente no País. Isto porque, oportunizam à eleição de conjuntos distintos de *pessoas, sujeitos e grupos*, variados e representativos. Não apenas os(as) já antecipados(as) detentores(as) de carreiras políticas advindas por vezes de laços de consanguinidade, conjugalidade e parentesco (de pai-para filho-para neto-bisneto, por entre cônjuges, etc.). [...] De certa forma, tendendo a ser um prosseguimento da pesquisa iniciada para a dissertação (à época) em curso”.

ao incontornável e sério prognóstico de que “então, *nós* não conseguiremos fazer isso” (ROMÃO, 2019).

De farrapos de ideias em farrapos de ideias (BARROS, 1937), cerzir novas costuras (políticas e interpessoais), que a seus modos, convirjam para uma gramática antirracista, de resistência, de (re)existência, de enegrecimento¹²⁶ da política institucional: NÓS!

¹²⁶ Adoto o termo justaposto ao utilizado por Sueli Carneiro, empregado em diversos artigos, com o uso da expressão “enegrecendo o feminismo a fim de designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro”. Carneiro citada inclusive por Alaerte como uma de suas referências política enquanto mulher negra, filósofa, escritora. Ativista reconhecida no movimento social negro brasileiro. Fundadora e atual diretora do Geledés. Entre as principais intelectuais negras autora do feminismo negro no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Polen Livros, 2018.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BAIROS, Luiza. A participação das mulheres negras nos espaços de poder. Brasília, p. 1-34, 2010. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheresnegras-nos-espacos-de-poder>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRAH, Avtar. Diferenças, diversidades, diferenciações. *Cadernos Pagu.*, jan./jun., p. 329-376, 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Homens brancos representam 80% dos eleitos para a Câmara. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/442710-homens-brancos-representam-80-dos-eleit-os-para-a-camara/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, Caroline. *Trajetória de Mulheres Negras em Florianópolis: Transmitindo oralidades e letramentos*. Dissertação. PUC/SP

DICIO Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ENEGRECER A POLÍTICA

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdU4M1EYNRTBGv3Am8axddy4oBKl8NKXRWoNr3eh7JkrH64Q/viewform>

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

FOLHA Online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/351832-obra-desvenda-a-construcao-e-o-funcionamento-do-racismo-no-brasil-leia-capitulo.shtml>. Acesso em: 28 jan. 2020.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie. BURIGO, Joanna. MACHADO, Rosana Pinheiro. SOLANO, Esther (org.). *Tem saída? Ensaio críticos sobre o Brasil*. 2017

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel, T. (org.) *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 87-106 (Coleção Tendências, 1)

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*. Ano 3, n. 478, jun./dez. 1995.

KOFES, M. S. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 235 p.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Milena de. *A inserção de Mulheres Negras no mundo da política eleitoral: uma análise sobre a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos Estados da Bahia e de São Paulo*. 2015. 115f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Artes Ciências e Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, São Paulo, 2015.

LOLATTO, Simone. *Mulheres na Política: Trajetória das vereadoras titulares em Florianópolis/SC (Brasil)*. 2016. 348f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis. Florianópolis, 2016.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1996.

PEIRANO, Mariza. *Uma Antropologia da Política: Rituais, representações e Violência*. Cadernos NuAP, 1998.

PINTO, Celi Regina Jardim; SHULZ, R.; MORITZ, M. L.; MARAES, T. *Perfis, trajetórias, desempenhos: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REDE MULHERES NEGRAS-PR. Disponível em: <http://rmnpr.org.br>. Acesso em 21 jan. 2020.

ROWLAND, Robert. *Antropologia, história e diferença: alguns aspectos*. Porto: Afrontamento, 1987.

REIS, Aline; SCHERNER, Carolina. *O Paraná Preto*. Curitiba: Ithala, 2015.

SANTOS, Neusa Sousa. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SCAPINI, Gabriela Luiz. “*Rumo à vitória com a permissão de Deus*”: campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016. 2019. 114f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2019.

SCOTTO, Gabriela. Representação e apresentação: uma análise da campanha de Benedita da Silva para a Prefeitura do Rio de Janeiro. 1994. 203f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 1994.

Silva, G. F.; Santos, J. A. & Carneiro, L. C. C. (Org.) *Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro RS NEGRO*. 2009

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA, Marcelo da. “O poder da criação”: outras histórias sobre os festivais de samba-enredo nas encruzilhadas do sul do Brasil. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Marcelo da. *Ué gaúcho, em Floripa tem samba?: uma antropologia do samba e do choro na Grande Florianópolis ontem e hoje*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2012.

SIVORI, Horácio; CARVALHO, Marcos Castro. Empoderamento da bancada religiosa conservadora e as controvérsias sobre moralidade sexual no campo educativo. *Cadernos Pagu*, 2017, n. 50.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576 p.

UMUNNA. Mulheres Negras Decidem. Disponível em: <https://mulheresnegrasdecidem.org/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

VICTORA, G. Ceres. KNAUTH, R. Daniela. HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe!: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema. *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais*. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1_.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

APÊNDICE 1 – IMAGENS/ FOTOS¹²⁷
Prefeita Tânia Terezinha da Silva – Dois Irmãos

Festa de 60 anos de Emancipação e 190 anos da imigração alemã em Dois Irmãos



¹²⁷ Fonte: Mosaico de imagens compilados pela pesquisadora. (SILVA, P.I.M)

**Entrevista no Gabinete da Prefeita Tânia
Em Dois Irmãos/RS**

Seleção de imagens que compreendem agendas oficiais com a presença da Prefeita Tânia¹²⁸,
entre 2012 a 2018¹²⁹

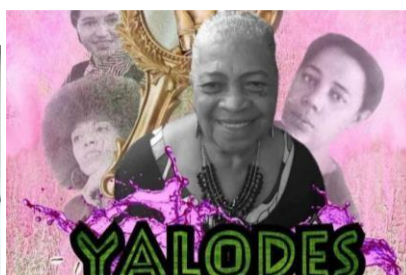


¹²⁸ É sobre (também) determinação, singeleza e resiliência!

¹²⁹ Disponíveis também no site da prefeitura de Dois Irmãos, através de clipagens e assessoria de imprensa da Prefeituraável.

Em Florianópolis/SC com JERUSE ROMÃO e VALDEONIRA DOS ANJOS¹³⁰
Seleção de imagens, com mosaico de fotos compilado pela pesquisadora

Figura 1: Chegada com Jeruse à casa de Valdeonira, mostrando a extensão da Sede da Escola DasCuia, com fantasias na Sacada. Figura 2: Jeruse Romão, Valdeonira dos Anjos e Pamela Iris, as três sentadas no sofá, já na casa de dona Val. Figura 3: Valdeonira faz anotações da pesquisa em seu caderno, com a pesquisadora Pamela, ao lado. Por entre nós, constam quadros com fotografias dos familiares e também do seu DasCuia.



Curtido por **wilsonmartinslalu** e outras pessoas
romaojeruse Amanhã vou celebrar a irmã de minha mãe...minha ancestralidade. Tia Valdionira. DasCuia.

Figura 5 Publicação de Rede Social com manifestação de Jeruse Romão sobre a homenagem à tia, no Samba Enredo 2020. Convidada especial do Carro alegórico de Valdeonira, próximo à ala da Educação faz um mundo melhor



Figura 4 Escolha do tecido com a Tia Valdeonira para cumprimento das obrigações religiosas de Jeruse Romão

Figura 6 Folder sobre o NEN (Núcleo de Estudos Negros) guardados na caixa de relíquias de Jeruse Romão

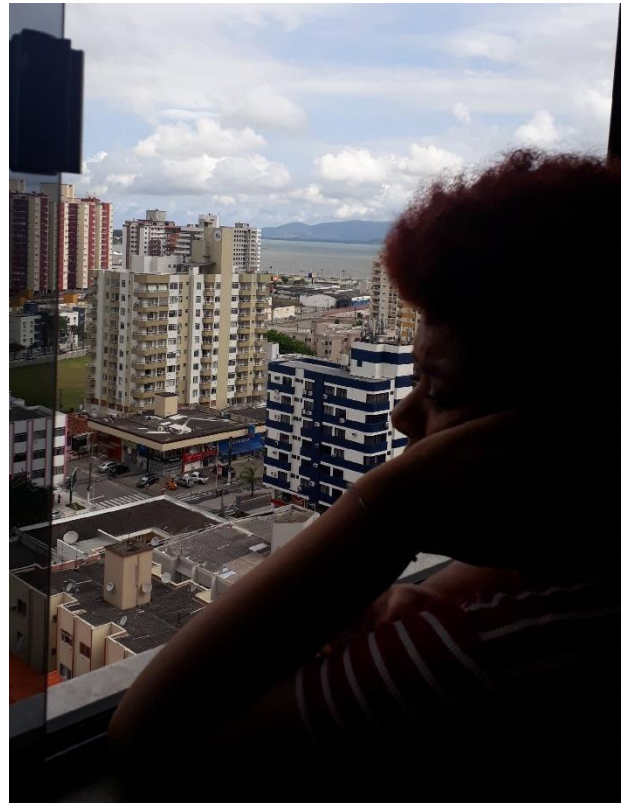
¹³⁰ Com Dona Val é... (também) sobre vida, educação, respeito e transbordar.

Para maiores informações referente ao tema Yalodês, sobressai a tese doutoral da exponencial Jurema Werneck. "O samba segundo as Ialodês: Mulheres negras e cultura midiática". Apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007

JERUSE ROMÃO¹³¹ (Continuação)

Figuras 7 e 8. Pamela Íris com Jeruse Romão em seu apartamento. (com Antonieta de Barros...)

Dia e campo apoteóticos



Figuras 9 e 10 Jeruse Romão e Pamela Íris no Gabinete do Vereador Lino Peres, do qual ela é assessora parlamentar. Registros de datas diferentes



Entrevista Jeruse Romão

O fim do racismo começa na educação

Pedagoga e mestrande em educação com o tema "educação e movimentos sociais", pela Universidade Federal de Santa Catarina, a professora Jeruse Romão, 36, dedica os últimos 11 anos de sua vida à emancipação da população negra. Coordenadora pedagógica do programa de educação do Núcleo de Estudos Negros de Santa Catarina, o qual ajudou a fundar, Jeruse desenvolve o trabalho de formação com professores. "Capacitamos crítica e teoricamente os educadores sobre os vários aspectos das relações raciais no Brasil e, em seguida, depois de participar como palestrante na I Conferência Estadual de Educação, Jeruse Romão falou sobre a educação do negro no Brasil:

30 de Agosto - Como a história oficial retrata a trajetória do negro no Brasil?
Jeruse Romão: A versão oficial retrata o negro como o "ex-escravo", que veio ao Brasil para desenvolver atividades, raramente contextualizadas como trabalho, nas minas, com o gado e na Casa Grande, e acaba com a libertação pela Princesa Isabel. Hoje ainda são raros os livros didáticos que avançam na trajetória do negro. Os demais param na abolição.

30 - Você faz parte do Núcleo de Estudos Negros (NEN). Quais são as principais necessidades desta entidade?
Jeruse Romão: Na formação do professor, criamos um programa de educação, que edita o jornal "Educação Afro" e a revista "Pensamento Negro em Educação". Ambos tem o objetivo de fazer o que o sistema de ensino não faz: capacitar crítica e teoricamente o educador sobre os vários aspectos das relações raciais no Brasil e, em especial, na escola. O próximo número da revista será lançado no dia 20 de novembro e terá como tema os negros e o currículo escolar. Também criamos, em 1995, o *S.O.S. Racismo*, que atende as vítimas do preconceito racial.

30 - Um dos pontos abordados em sua intervenção na Conferência foi o da política de branqueamento da raça e da educação saneadora. Como foi ela se concretizou?
Jeruse: Na década de 1920, o Ministério da Educação foi criado no Brasil para implantar uma escola divulgadora das mensagens do Estado. E o projeto do Estado para o país era torná-lo desenvolvido pelos modelos europeus, o que pressupunha o branqueamento da raça. Assim, a educação ajuda na separação entre os seres "superiores" - os de origem europeia - e os "inferiores" (os negros). Na prática, significou dentro da escola desvalorizar os valores culturais e históricos da raça negra. A escola também foi um instrumento estratégico para a implantação de me-

didas saneadoras, como, por exemplo, ensinar higiene às crianças pobres. A ideia por trás destas medidas era de que as mães pobres (e negras), não tinham condições de criar seus filhos, como se a culpa fosse delas, e não de sua condição de miserabilidade.

30 - Como funciona a "democracia racial" no Brasil? Quais são as suas contradições e seus reflexos na educação?
Jeruse: Na realidade a democracia racial é um mito. Se funcionasse, não estaríamos lutando pela garantia dos direitos de negros e índios no Brasil. Este discurso da igualdade racial foi criado, sobretudo, para que não se discutissem os problemas e lutas da Blackness brasileira. Com este discurso, a elite joga para os negros toda a responsabilidade pelos seus fracassos. Enquanto o Estado brasileiro propagandea para o mundo a democracia racial, aqui os negros lutam cotidianamente contra o racismo, seja no mercado de trabalho, na educação ou na mídia.

30 - A discriminação dentro da escola já não é um indicador de desvalorização do negro pela sociedade?
Sim. A discriminação ocorre contra alguém que não é valorizado e respeitado, contra o "outro", o diferente, principalmente pelo desconhecimento total da história deste outro. A escola reproduz as relações sociais, que são machistas, elitistas e também racistas.

30 - Recentemente, no interior do Paraná, o movimento negro entrou na justiça pedindo a retirada de um livro didático que explicava como os negros eram discriminados. A alegação era de que o livro reforçava o racismo que pretendia denunciar. Neste caso, uma intervenção do professor em sala de aula, aprimorando a discussão, não bastaria?
Jeruse: Se os educadores tivessem recebido uma formação que lhes desse o preparo para intervir, sim. Mas a mesma escola que prepara a criança, prepara o educador e sabemos de suas deficiências e negligências. Neste caso, o movimento negro apenas interveio para que as crianças negras não fossem discriminadas.

30 - Os meios de comunicação têm uma

não tem como função cristalizar no passado a problemática educacional afro-brasileira. No entanto, julgados afro-brasileiros. Este tipo de ganhos pertinente indicar que pretende sistema herdamos quando pretendemos modificá-lo. O raciocínio institucional sempre justificou a não inclusão dos conteúdos afro-brasileiros por considerá-los legados de uma sociedade "incapaz de constituir civilização". Esta negação da cultura sempre contribuiu para o afastamento do negro da escola. Logo, não podemos implantar uma educação multicultural sem a contextualização crítica da história educacional, só para formar a escola um ambiente menos hostil à população negra. Não queremos uma inclusão voltada só para preparar o negro ao mercado de trabalho, mas que esta educação ajude este segmento do povo brasileiro a se compreender como sujeito da história, ou seja, como promotor de sua própria liberdade.

Jeruse Romão: "A história oficial dos negros não passou da abolição"

3 - 30 de AGOSTO - Novembro de 1992

¹³¹ É (também) sobre experiência (s), afliências, exuberâncias e ancestralidade.

MARILU LIMA DE OLIVEIRA¹³² ...à Uda



Figura 1 Faixada Lateral próximo à casa de Uda Gonzaga, Escola de Samba COPALORD ao lado no Morro da Caixa



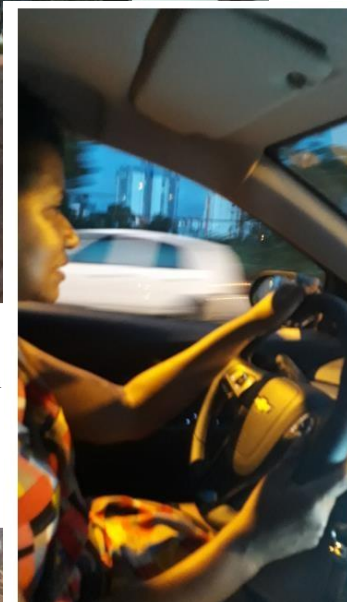
Figura 2 Marilu, Uda, Pamela Íris e Regina



¹³² Ressalta-se que dos diversos registros fotográficos feitos durante o campo com Marilu, o celular à época não contava com backup, impossibilitando-se trazer imagens como os de nós juntas almoçando no Mercado Público de Florianópolis, com delicioso cardápio, típico da Ilha. E outro restaurante tradicional do centro da cidade. De modo que trago a recuperada de um momento no segundo semestre de 2019, ao caminharmos pela região central, dentro de uma instituição educacional com o mapa da África, tornando-se um registro ímpar e mágico, como tantos vivenciados desde a “sambalestra” que oportunizou nosso 1º encontro. De lá para cá, imensos aprendizados com esta mulher negra inspiradora, com uma existência carregada de *dororidades*, sem deixar de sorrir e acreditar no melhor das pessoas (definitivamente é (também) sobre amor preto, que cura!). Também aproveito para trazer, a fotografia das eleições de 2016, constante no registro de candidatura de Marilu, e outras imagens à frente do arquivo da ALESC com Marilu à frente do Programa Antonieta de Barros(PAB).

MARILU LIMA DE OLIVEIRA (continuação)



EDENICE FRAGA¹³³

Curso de Formação Política em Curitiba. Débora Aguiar do Recife, em Curitiba, lendo o poema da epígrafe, do livro de Edenice Fraga. fev/19



Edenice entrevistando Valdeonira em seu programa Televisivo



Edenice Fraga e Pamela Íris na Passarela Nego Quirido, no aquece para o Desfile da DasCuia., Falando de política e sobre amor. Com Edenice Fraga, integrando o carro da Matriarca Valdenoria dos Anjos, samba-enredo no qual também contribuiu enquanto escritora. Pamela íris, desfila ineditamente na ala de Convidados da Escola (e na vida).

¹³³ É (também) sobre *coragem, sobre comandar emoção e razão – ternuras* Com esta mulher negra, condutora de breve roteiro turístico, levando-me a pontos importantes de sua trajetória, Florianópolis à fora. Em mais de uma oportunidade desfrutamos juntas dos prazeres da comensalidade, com cafés, pizzas e calzones. Especial de mais, das as lágrimas, as tantas trocas e conversas.

KAREN SANTOS¹³⁴, VEREADORA(PSOL) CMPA



Figura Karen me oferecendo Pão Amada Massa (artesanalmente feito por moradores em situação de rua da cidade de Porto Alegre, passando pelo projeto Boca de Rua. Bergamota da horta da Pesquisadora



¹³⁴ É (também) sobre admiração! Uma breve observação, de ordem zodiacal – segundo os signos, o meu corresponde ao inferno astral, da “escorpiana..triiii”. Com o máximo de respeito aos astros, e sobretudo a Karen, um paraíso negro: de enfrentamentos e lutas diárias de *um povo que batalha*. Sigamos ligadas(os) à essa preta aglutinadora de coletividades tantas.

ALAERTE LEANDRO MARTINS¹³⁵



Figura Alaerte Leandro com Pamela Íris na Praça Santos Andrade, em frente à Universidade Federal do Paraná (Faculdade de Direito) - Curitiba/PR



Figura Rede de Mulheres Negras do Paraná



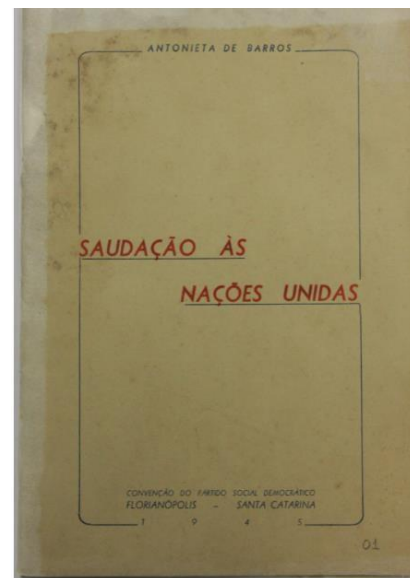
Curitiba, Lançamento do Projeto ENE Aceleração de Mulheres negras



¹³⁵ É (também) sobre ousadia, sobre audácia, profundidade, REDES e intensidade.

ANTONIETA DE BARROS¹³⁶

Figura Reprodução da Sala -Antonieta Diretora
-Centro Florianópolis



¹³⁶ É (também) sobre plenitude e **INÉDITOS VIÁVEIS!** Guiando-me às Sete... tornam-se oito... sendo nove... desde os "os passos que vem de longe" aqui, agora, à fios sem fim: Negras, **NÓS!**

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título Provisório do Projeto: “Sou candidata! Eu, candidata?” Mulheres Negras da Região Sul do País – Entre eleitas, candidatas e não-candidatas

Meu nome é **Pamela Íris Mello da Silva** sou aluna de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faço parte do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS). Sou orientada pela **Prof^a. Dr^a. Ceres Victora**. Estou fazendo uma pesquisa que tem por objetivo principal compreender *os bastidores de candidaturas de mulheres negras eleitas em Dois Irmãos e Porto Alegre/RS; das motivações entre candidatas e não candidatas em Florianópolis/SC e Curitiba/PR*.

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa porque exerce (.....). A sua participação se dará na forma de entrevistas com e sem roteiros. Estes dados de pesquisa serão utilizados para a elaboração da minha dissertação de mestrado. As entrevistas, que terão mais a forma de conversas informais, terão duração média de 30 a 45 min), mas este tempo poderá ser flexibilizado conforme a sua disponibilidade.

Se houver interesse, é possível também que marquemos outros momentos para desenvolver em maior profundidade qualquer dos temas da entrevista. O local das mesmas poderá ser escolhido por você para sua maior conveniência e as entrevistas poderão ser gravadas desde que você autorize.

Importa ainda explicitar que a sua participação tem um caráter *voluntário, não havendo a concessão de nenhum benefício material e que esta é considerada uma pesquisa de "risco mínimo"*, no sentido de que não será utilizada nenhuma técnica invasiva de coleta de dados.

Mas você poderá se sentir desconfortável ao relatar alguma situação angustiante e/ou relembrar preconceito(s) pelo(s) quais já passastes. De qualquer forma é importante esclarecer que sua opinião e suas vivências serão respeitadas e que você poderá se recusar a responder alguma pergunta ou mesmo solicitar a interrupção da sua participação na pesquisa em qualquer momento.

Os dados da pesquisa serão guardados por, no mínimo, cinco anos. A participante receberá uma cópia do TCLE, devidamente assinado.

Caso você tenha alguma dúvida posteriormente à realização da entrevista, poderá fazer contato comigo ou com minha orientadora pelos seguintes meios:

Nome: Pamela Íris

Ceres Víctora

E-mail: afroiris@gmail.com

E-mail: ceresvictora@gmail.com

Após estes esclarecimentos, solicito o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem:

Nome da entrevistada

Assinatura da entrevistada

Porto Alegre, _____ de _____ de 2019.

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DAS ENREVISTAS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Nome, data e local de nascimento.

1. Alguma *atuação* representativa? Se sim, aonde? Por que, quando e como começou? Se não, por que não?
 - 1.1 Recorda tuas participações iniciais?
2. Tu conheces sobre as mulheres negras em espaços políticos de poder da tua cidade, região?
 - 2.1 O que tu sabes que elas estão fazendo? Como tu imaginas?
 - 2.2 E no Brasil?
3. Já pensou em te candidatar a cargo(s) eletivos? Não Por que? / Sim Por que? À Como foi/será? Quais pautas prioritárias?
4. Por que concorrer/concorrestes a um cargo eletivo na política?
 - 4.1 Por que não concorrer/concorrestes?
5. Tem inspirações, referências de mulheres negras na política? Quais? Por que estas? Por que não?
 - 5.1 Qual o contexto que de repente (não) te possibilitastes?